



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL



Seção II

ANO XXXIV — Nº 026

SÁBADO, 7 DE ABRIL DE 1979

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 36ª SESSÃO, EM 6 DE ABRIL DE 1979

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Pareceres

Referentes à seguinte matéria:

— Projeto de Lei da Câmara nº 47/78 (nº 704-B/75, na Casa de origem), que obriga os ônibus de linhas intermunicipais e interestaduais a portarem estojo com medicamentos nos termos que menciona, e dá outras providências.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Designação de Srs. Senadores para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 3/79, para apurar a devastação da floresta amazônica e suas implicações.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR BERNARDINO VIANA — Medidas adotadas pelo Sr. Ministro do Interior em favor do desenvolvimento da região Nordestina. Criação de um pólo agroindustrial para o Piauí.

SENADOR DINARTE MARIZ — Preconizando medidas em defesa da economia do Nordeste e, em particular, do Estado do Rio Grande do Norte, face às secas que ora se verificam naquela região.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 76/79, de autoria do Sr. Senador Louival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Ministro Ângelo Calmon de Sá, no dia 15 de março de 1979. **Aprovado.**

— Requerimento nº 77/79, de autoria do Sr. Senador Louival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Embaixador Antonio Francisco Azeredo da Silveira, no dia 15 de março de 1979. **Aprovado.**

— Requerimento nº 83/79, de autoria do Sr. Senador Lázaro Barboza, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 299/77, de sua autoria, que dá nova redação ao art. 246 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). **Aprovado.**

— Requerimento nº 84/79, de autoria do Sr. Senador Dirceu Cardoso, solicitando o desarquivamento do Projeto de

Resolução nº 50/78, do Sr. Senador Alexandre Costa, que extingue o Quadro de Pessoal CLT, aprovado pelo ato da Comissão Diretora nº 8/76, e dá outras providências. **Aprovado.**

— Projeto de Lei do Senado nº 20/68, de autoria do Sr. Senador Ney Braga, que altera a redação do § 4º do art. 9º da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967. **Rejeitado** o prosseguimento da tramitação. Ao Arquivo.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR ITAMAR FRANCO — Injustiças praticadas contra ilustres homens públicos mineiros, atingidos por atos institucionais.

SENADOR EVANDRO CARREIRA — Conscientização ecumênica da mocidade brasileira de defesa da floresta amazônica. Declarações do Sr. Ministro Andreazza, veiculadas em órgãos da Imprensa, a respeito de diretrizes daquele Ministério com relação à Amazônia. Abertura de diálogo, em âmbito nacional, com aquele titular da Pasta do Interior, sobre o equacionamento da problemática amazônica.

SENADOR LEITE CHAVES — Considerações sobre as garantias individuais asseguradas aos cidadãos espanhóis por sua Carta Magna, a propósito da abertura política preconizada pelo Presidente João Baptista Figueiredo. Recuperação das prerrogativas do Poder Legislativo brasileiro.

SENADOR JOSE LINS, como Líder — Intenção de S. Ex* ao dar apartes ao discurso proferido pelo Sr. Evandro Carreira, na presente sessão. Considerações relativas aos objetivos do MINTER com respeito à Amazônia.

SENADOR DIRCEU CARDOSO — Visita a ser realizada, segunda-feira próxima, ao complexo nuclear de Angra dos Reis—RJ, pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado que investiga denúncias relativas à execução do acordo nuclear Brasil—Alemanha. Concessão da “Ordem do Mérito Militar” ao Desembargador Carlos Fernandes Aboudib, do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

SENADOR HUMBERTO LUCENA — Adoção, pelo Ministério do Interior, de providências visando a construção do açude público “Cacimba da Várzea”, bem como de outras medidas destinadas a amparar as populações atingidas pela seca, nos municípios que integram a região do Curimataú—PB.

EXEMPLAR ÚNICO

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador Evelálio Vieira, proferido na sessão de 5-4-79.

— Do Sr. Senador Henrique Santillo, proferido na sessão de 5-4-79.

— Do Sr. Senador José Lins, proferido na sessão de 5-4-79.

3 — ATAS DE COMISSÕES

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 36ª SESSÃO, EM 6 DE ABRIL DE 1979

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. LUIZ VIANA, NILO COELHO, ALEXANDRE COSTA, JOÃO BOSCO E JORGE KALUME

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — João Bosco — Jarbas Passarinho — Bernardino Viana — José Lins — Dinarte Mariz — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — Moacyr Dalla — Itamar Franco — Amaral Furlan — Henrique Santillo — Benedito Canelas — Affonso Camargo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECERES Nós 47 E 48, DE 1979

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1978 (nº 704-B/75, na origem), que “obriga os ônibus de linhas intermunicipais e interestaduais a portarem estojo com medicamentos nos termos que menciona, e dá outras providências”.

PARECER Nº 47, DE 1979

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Relator: Senador Braga Júnior

1. O presente projeto estabelece que as empresas concessionárias de transporte coletivo de passageiros, de via terrestre, rodoviário e ferroviário — e fluvial — são obrigadas a manter, nos veículos e embarcações, estojos para socorros de urgência, observadas as instruções que a respeito serão baixadas pelo Ministério da Saúde (art. 1º).

Além disso, determina a proposição que as empresas aludidas ministrarão aos condutores, bem assim a todo pessoal que operar os veículos, noções de socorro de urgência e de uso dos estojos.

2. Esta Comissão, examinando os projetos PLS nºs 238/75 e 100/76, opinou pela rejeição de ambos.

O principal argumento que sustentou a conclusão foi o de que a matéria já estava consubstanciada em Regulamento.

De fato, no aludido parecer foi lembrado que o Decreto nº 68.961, de 1971, que dispõe sobre transporte coletivo de passageiros de estradas de rodagem estabelece que, “além dos exigidos pela legislação de trânsito, os veículos deverão estar equipados com os

seguintes implementos: (item IV), caixa de socorro médico urgente, obrigatório ou não, segundo exigir o DNER, em função do percurso desenvolvido pela linha”.

O mesmo argumento poderia ser desenvolvido para aeronaves e navios, sendo que nestes, dependendo da capacidade de carga e de lotação, é necessário médico na enfermaria, o que reflete deva ser o assunto regulamentado mediante ato administrativo, em face da diversidade de veículos.

Pela Portaria nº 003-GMS, de 17-1-67, as companhias de transporte aéreo devem ter caixas de medicamentos para os primeiros socorros (cap. 13. art. 18). Aliás, todos os Comissários daquelas empresas recebem um curso completo de pronto-socorro, existindo, inclusive, equipamentos de socorro para a sobrevivência nas selvas.

A Norma Complementar nº 4/DR.OP, ao Regulamento dos Serviços Rodoviários Interestaduais e Internacionais de Transporte Coletivo de Passageiros estabelece, em seu art. 22, que as empresas deverão observar e fazer cumprir as normas de segurança, higiene, medicina do trabalho e prevenção de acidentes estabelecidas pela legislação, especialmente as constantes da Portaria nº MTPS/31, de 6 de abril de 1954; Portaria nº DNSH/32, de 29 de julho de 1968; Portaria nº MTPS/3.237, de 27 de julho de 1972 e de demais prescrições legais pertinentes a tais matérias, cuja fiscalização será exercida pelas autoridades competentes do Ministério do Trabalho.

Por sua vez, as Companhias de Serviço de Cabotagem na costa brasileira e as de navegação de longo percurso já mantêm serviço médico a bordo e o indispensável equipamento de pronto-socorro.

Ante o exposto, opinamos pela rejeição do presente projeto.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 1978. — Lourival Baptista, Presidente — Braga Júnior, Relator — Vilela de Magalhães — Alexandre Costa.

PARECER Nº 48, DE 1979

Da Comissão de Saúde

Relator: Senador Adalberto Sena

O projeto em exame visa a estabelecer que as empresas concessionárias de transporte coletivo de passageiros de via terrestre ou fluvial mantenham obrigatoriamente, nos veículos e embarcações, estojos para socorros de urgência, observadas as instruções a serem baixadas pelo Ministério da Saúde.

2. Conforme se verificou, tal objetivo é análogo aos dos projetos, já considerados desnecessários, nºs PLS 238/75 e 100/76.

3. Na apreciação deste último, no âmbito desta Comissão, assim nos pronunciamos na reunião de 29 de junho de 1977:

"De autoria do Eminente Senador Fausto Castelo Branco, o projeto em apreço manda acrescentar à Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito), dois dispositivos, um exigindo estojo de emergência contendo medicamentos de primeiros socorros, para os veículos de transporte coletivo e de cargas, e outro, obrigando aos candidatos à carteira de habilitação de motorista a comprovação de "conhecimentos mínimos para prestação de primeiros socorros médicos".

Esta Comissão, com o parecer do ilustre Senador Otair Becker, já teve oportunidade de se manifestar sobre proposta correlata, de autoria do eminentíssimo Senador Osires Teixeira, que foi rejeitada pelo Senado, na sessão de 16 do mês em curso.

Com a sua iniciativa, propunha o ilustre representante por Goiás que as empresas de transportes de passageiros, rodoviários, ferroviários, fluviais, marítimos ou aéreos, de percursos interurbano, interestadual e internacional, fossem obrigadas a manter "completo equipamento de emergência".

Esta Comissão se pronunciou contrariamente à matéria, cujos louváveis propósitos ressaltou, em virtude de "seus objetivos já estarem atendidos pela legislação específica", como o comprovam o Decreto nº 68.961/71, a Portaria 002-GM5, de 17-01-67 e a Norma Complementar nº 4/DR.OP ao Regulamento dos Serviços Rodoviários Interestaduais e Internacionais de Transportes Coletivos de Passageiros.

De fato, tanto o Decreto como a Portaria acima citados dispõem sobre a obrigação de os veículos coletivos se equiparem de "caixa de socorro médico urgente", ou "de caixa de medicamentos para os primeiros socorros".

Recebemos, para relatar, a proposição do eminentíssimo Senador Fausto Castelo Branco, no dia mesmo em que o Projeto nº 238, de 1975, do ilustre Senador Osires Teixeira, foi rejeitado, razão por que não nos foi possível propor a tramitação conjunta das duas matérias, na forma do art. 279, item II, nº 8, do Regimento Interno.

Diante das razões consubstanciadas no referido Parecer desta Comissão anteriormente emitido e não obstante reconhecermos e louvarmos os designos do projeto em exame, somos pelo seu arquivamento, na forma estabelecida no art. 154, alínea c do Regimento Interno."

4. Em face desses e de outros precedentes, opinamos, igualmente, pelo arquivamento do presente processo.

Sala das Comissões, 5 de abril de 1979, — Gilvan Rocha, Presidente — Adalberto Sena, Relator — Jorge Kalume — Henrique Santillo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Tendo em vista a criação, através da Resolução nº 3, de 1979, da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a devastação da floresta amazônica e suas implicações, a Presidência, de acordo com as indicações das Lideranças, designa para integrar a referida Comissão os seguintes Senadores: ARENA — Raimundo Parente, Aloysio Chaves, João Bosco, Jorge Kalume, Bernardino Viana e Benedito Ferreira; MDB — Henrique Santillo, Pedro Simon e Evandro Carreira.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardino Viana.

O SR. BERNARDINO VIANA (ARENA — PI) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ao assomar a esta alta tribuna do Poder Legislativo, fazemo-lo com aquela compreensível emoção cívica de quem pretende servir ao seu País, colocando, porém, em primeira prioridade, os problemas do Nordeste, sofrida região da nossa Pátria, talvez mais do que a Amazônia, porque tem consciência da sua contribuição histórica à soberania nacional, à economia brasileira, ao seu desenvolvimento cultural e político.

Fronteira viva da nação, no Atlântico Equatorial, já na formação da nacionalidade, o Nordeste expulsava, com seus bravos capitães, das três raças formadoras, tanto os piratas do século XVI, como os flamengos e franceses, do século XVII, escrevendo, com sangue, a epopeia da Restauração Pernambucana.

Com São Paulo, aquela região disputava, em pé de igualdade, no século passado, até o advento da República, a preeminência política e econômica, entre as Províncias brasileiras.

Portanto há ali, uma longa experiência de desenvolvimento econômico, de espírito pioneiro nas indústrias, que pode ser resumido na biografia de homens como Delmiro Gouveia e outros.

Além disso, o Nordeste sempre foi, a partir do Império, um dos mais adiantados centros culturais do País, disputando, com São Paulo, a primazia da criação dos cursos jurídicos no Brasil.

Por que não progrediu tanto o Nordeste?

Em primeiro lugar, as intempéries: longas estiagens e invernos prolongados. Em segundo lugar, a dificuldade de recursos, quando a SUDENE, criada sob os melhores auspícios, se viu sucessivamente esvaziada de meios, para investimentos setoriais como a pesca, turismo e reflorestamento.

É esse Nordeste de contrastes climáticos, que hoje, ainda não refeito da recente tragédia provocada pelas chuvas abundantes, notadamente na região geoeconómica do São Francisco, vê-se, agora vitimado com a seca que estiola considerável parte de suas terras.

É o Nordeste que nos traz aqui.

O Ministro do Interior, Senhor Mário Andreazza, em pronunciamento feito sexta-feira última, na reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, definiu as metas do Governo do Presidente Figueiredo para o Nordeste.

Sua Excelência, apesar de não ser ligado à região, demonstrou alta sensibilidade para os problemas que afligem a população nordestina, principalmente quando reconhece que, malgrado os esforços despendidos, permanecem quase imutáveis os níveis de desigualdade, os desequilíbrios regionais de renda entre aquele e outras regiões do País.

Realmente, ocupando 18% da área do País e com 30% de sua população, o Nordeste participa com apenas 30% da renda interna brasileira e, estima-se que a renda *per capita* corresponda a apenas a metade da do Brasil.

Na região, concentram-se quase 50% da pobreza do País: mais de um terço da pobreza urbana e cerca de dois terços da pobreza rural.

Na agricultura, sabe-se, a menor eficiência do setor em relação ao do Centro-Sul e do Brasil deve-se aos efeitos conjugados dos seguintes fatores: terra menos produtiva, menor dotação de área cultivada por pessoa e menores índices de capitalização.

De igual modo, menor densidade de capital por trabalhador e participação relativa menor nos ramos industriais mais modernos e dinâmicos, explicam a posição de inferioridade da indústria nordestina relativamente a do Centro-Sul e do Brasil.

No campo social, os indicadores de nutrição, educação, saúde, taxas de mortalidade, nível de desemprego e expectativa de vida, clamam por ação imediata e conjunta do Poder Público, clero e classes empresariais.

Para atenuar essas disparidades, foram criados, em 1952, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e, em 1957, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Com todas as distorções verificadas nos mecanismos dos artigos 34/18 e o esvaziamento a que foi submetida a SUDENE, com a destinação de parte dos recursos dos incentivos para programas especiais e instituições de fundos como o FISET e o FUNGETUR, operou-se, ainda assim, na Região, transformações que resultaram numa economia resoluta e dinâmica que, apesar disso, não acompanhou o crescimento que o País experimenta desde 1964.

Agora, para satisfação geral, o Sr. Ministro do Interior anuncia medidas reais para a área, algumas delas já concretizadas, como veremos a seguir:

a) Cr\$ 8 bilhões, para este ano, destinados ao desenvolvimento rural integrado — POLONORDESTE, Irrigação e SERTANEJO — e de apoio à agroindústria;

b) elevação do orçamento do FINOR para 1979 de Cr\$ 7 bilhões e 300 milhões para 13 bilhões e 600 milhões de cruzeiros;

c) elevação, a partir de 1980, de 50% para 100% do percentual que as sociedades de economia mista deverão aplicar das deduções de seu Imposto de Renda e, exclusivamente, ao FINOR e ao FINAN;

d) redução gradativa de 50 para 30% das parcelas de incentivos fiscais destinadas ao PIN e ao PROTERRA que, no futuro, serão tais encargos paulatinamente, transferidos para o orçamento da União, sem prejuízo de sua execução normal; e

e) reexame do Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, de modo que se obtenha melhor distribuição dos incentivos fiscais entre os vários fundos de investimentos, com prioridade de distribuição de maior soma de recursos para as regiões de menor desenvolvimento relativo como o Nordeste.

Para fortalecimento do Banco do Nordeste do Brasil S.A. através do Ministério do Interior, serão operados os seguintes reforços de caixa:

a) elevação a partir de 1980, de 8% para 12% dos recursos do Imposto sobre Operações Financeiras; e

b) utilização, a partir de 1980, dos recursos do PIS e PASEP arrecadados no Nordeste para serem aplicados no financiamento de programas e projetos de interesse para o desenvolvimento regional.

Finalmente, entende o Sr. Ministro que os recursos da União transferidos para o Nordeste devam ser, a partir do próximo ano, depositados nos Bancos oficiais visando ao seu fortalecimento e abrindo um leque de oportunidades para operações de crédito a curto prazo:

Com a adoção dessas medidas, espera-se acelerar o crescimento da agropecuária, sobretudo no que se relaciona com a produção de alimentos básicos e objetivando reduzir-se, aceleradamente, a pobreza rural, a consolidação do desenvolvimento industrial, com base nos complexos industriais integrados em implantação ou em estudo e com a preocupação de estimular e interiorizar a agroindústria; e, finalmente, o desenvolvimento social, voltado fundamentalmente para as populações de baixa renda, para a redução da pobreza onde quer que ela esteja e para melhoria da infraestrutura e dos equipamentos urbanos das regiões metropolitanas, — cidade de porte médio e dos pólos rurais de desenvolvimento.

Essas as providências por que tanto anseia a comunidade nordestina, e que me cumpre dar a devida ênfase nesta Casa.

Mas, ao ensejo desse evento, desejo apelar ao eminente Ministro do Interior, no sentido de que olhe, com particular interesse, a situação do meu Estado — o Piauí — cuja renda "per capita" corresponde à metade da do Nordeste sendo a sua renda interna uma das mais baixas do País.

É que, apesar dos recursos naturais de que dispõe, o Piauí até 1976 só havia participado com 0,26% do total das liberações dos incentivos fiscais conferidos aos demais Estados.

Apesar de contar com vastas extensões territoriais ociosas, plantios como os da cana-de-açúcar, nos vales mais úmidos, e de mandioca, nos elevados, são opções indispensáveis à integração de uma política agrícola naquela região.

Temos experiência em duas usinas de açúcar, uma no Piauí e outra no Maranhão, nas proximidades de Teresina, que comprovam a notável produção média de 80 toneladas de cana por hectare.

Os tabuleiros mais afastados do rio Parnaíba apresentam produtividade média de 25 toneladas de mandioca por hectare, sem calagem e adubação, desde que se utilize sementes selecionadas.

Por outro lado, o Piauí, segundo estudo feito pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Universidade de São Paulo, conta com 1,7 milhões de hectares de babaçuais localizados no vale do grande rio.

Como a produção média de coco por hectare é de 3 toneladas a capacidade produtiva do Estado seria de 5,1 milhões de toneladas.

Essa tonelagem oferecia 1 milhão, 173 mil toneladas de mesocarpo e 739 mil e 500 toneladas de carvão.

O mesocarpo, ou farinha amilácea do babaçu, produziria, na base de 80 litros de álcool/t. 93 milhões, 840 mil litros de álcool.

Por que não se pensar, pois em um pólo agroindustrial para o Piauí, visando sobretudo a produção de álcool? Ao Senhor Ministro do Interior, juntamente com o das Minas e Energia, solicito para que somem esforços e determinem a elaboração de diagnóstico do problema. A hora é esta. O petróleo, como natural não renovável, é o responsável pela atual crise conjuntural.

Como é sabido, de 1966 a 1976, o petróleo evoluiu de uma participação global de 32,8% para 43,3% no consumo de energia no Brasil. Dados mais recentes do Ministério das Minas e Energia indicam que este número caiu para cerca de 41% no início de 1978.

Nos últimos 10 anos, a produção de petróleo no Brasil continua estacionária, em torno de 10 milhões de metros cúbicos ao ano. Este fato representa dependência externa do Brasil de 83%, com relação às importações desse combustível.

As reservas brasileiras são, na atualidade, de 1 bilhão de barris, enquanto as reservas mundiais totalizam 579 bilhões de barris.

A PETROBRÁS, na luta incessante para achar o óleo cru, está investindo o equivalente a 3,5 bilhões de dólares no período 1977/81, somente na exploração e desenvolvimento de produção. Todavia, o adicional de petróleo previsto até 1981, de 150 mil até 250 mil barris/dia, pouco representa em relação às necessidades nacionais.

No presente exercício, a demanda global de petróleo totalizará um crescimento de 13,7% em relação ao exercício de 1977, contra um crescimento da economia esperado para 5 ou 6%. Portanto, caso a economia brasileira mantenha pelo menos um nível de emprego razoável, a demanda de petróleo poderá elevar o consumo para mais de 2 milhões de barris/dia, ainda no período 1985/6.

E relevante notar como o petróleo vem pesando nas importações brasileiras, já absorvendo um terço de nossas divisas relacionadas com a exportação de bens. As projeções para o presente exercício indicam a importação acima de 4 bilhões de dólares.

O Programa Nacional do Álcool, segundo Amaury Fassay em trabalho elaborado para a revista *Rumos* sob o título "Opções para Reduzir a Dependência", aparece como uma das maiores oportunidades que o Brasil terá para:

a) Efetuar acréscimos líquidos de emprego no campo. Poderá criar, em 10 anos, um milhão de novos empregos diretos na agricultura para produzir 30 bilhões de litros de álcool/ano.

O Sr. Dinarte Mariz (ARENA — RN) — Permite um aparte, nobre Senador Bernardino Viana?

O SR. BERNARDINO VIANA (ARENA — PI) — Pois não, nobre Senador Dinarte Mariz.

O Sr. Dinarte Mariz (ARENA — RN) — Estou ouvindo, com muita atenção, o discurso de V. Ex^e, realmente, porque, sendo um nordestino e representante de um dos Estados que mais estão procurando os caminhos do desenvolvimento neste momento, V. Ex^e abordou com muita propriedade alguns aspectos do Nordeste, notadamente do seu Estado. Mas devo dizer que o Nordeste, nesta hora, está passando por uma das maiores ameaças para a sua economia.

Falo com conhecimento da região, sobretudo com conhecimento de causa do Estado que represento nesta Casa, o Rio Grande do Norte. Devo dizer que, no meu Estado, já hoje podemos anunciar, perante o País, que a seca que ontem era uma ameaça, neste momento é uma realidade. Estamos no começo de abril e sabemos que não é possível uma semeadura, nesta altura, para esperar uma colheita ainda no presente ano. E não temos nenhuma faixa do Estado em que se possa assegurar, ao menos precariamente, uma parcela mínima de produção no setor de cereais. Conseqüentemente, este é o Nordeste, e como o meu Estado, deve estar grande parte dos outros Estados vizinhos. Pernambuco que foi sacrificado, sabemos, pelas grandes enchentes, as inundações do São Francisco, onde o Nordeste se abastece em grande parte pelo sistema de irrigação que nos dava uma segurança de produção regular, está totalmente sem nenhuma capacidade de produzir. Sabemos que até agora, segundo depoimento que temos recebido dos pernambucanos, notadamente do Senador Nilo Coelho que nos preside nesta hora, não há condições, nem no presente ano, de se recompor o sistema de irrigação no São Francisco, que era a grande esperança ainda do Nordeste, no que tange à produção de gêneros alimentícios. Lá no meu Estado, as chuvas foram mínimas até agora, e não é mais possível confiar em qualquer produção agrícola. Conseqüentemente, o Nordeste está, a esta altura, com todos os horizontes, em relação à produção de gêneros alimentícios, totalmente superados. No Estado de V. Ex^o, eu sei que há uma parte com regular produção. No Ceará, também uma pequena parte, embora esteja sujeita a bolsões que ainda não têm assegurada a sua produção. No meu Rio Grande do Norte, não temos uma só região onde se possa assegurar a produção agrícola. Então, o discurso de V. Ex^o é oportuno e levo a V. Ex^o as minhas felicitações, as minhas homenagens e a minha solidariedade, pelas reivindicações que V. Ex^o está fazendo, em boa hora, em defesa dos interesses do Nordeste. Muito obrigado.

O SR. BERNARDINO VIANA (ARENA — PI) — Agradeço a intervenção de V. Ex^o.

Continuo, Sr. Presidente:

- b) Economizar aos preços atuais do petróleo no mercado internacional, 2,5 bilhões de dólares/ano.
- c) Investir, para tal nível de produção ao longo de 10 anos, um valor próximo de 10/12 bilhões de dólares.
- d) Direcionar estes investimentos para as regiões mais pobres do País, com o objetivo de efetuar melhor distribuição espacial e pessoal de renda.
- e) Dar opção ao Brasil para reduzir sua dependência energética.
- f) Ocupar o interior da Nação, com os efeitos ligados à integração nacional.
- g) Permitir que a taxa de crescimento das migrações para as urbes seja menor; reduzindo-se os elevados investimentos em infra-estrutura social e urbana, hoje de exclusiva responsabilidade do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a partir da aprovação pelo Presidente da República no CDE, em reunião de 6-11-74, da Exposição de Motivos de nº 17, deu-se ênfase especial à formação de complexos industriais integrados, à implantação de pólos agroindustriais e à execução de ações orientadas no sentido de promover a complementariedade e a diversificação do setor industrial da Região, beneficiando os Estados da Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão. A estratégia adotada prevê a implantação dos seguintes pólos: Petroquímico, Químico e de Fertilizantes, Electro — Metal-Mecânico, Têxtil e de Confecção, Couro e o III Pólo Industrial do Nordeste.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex^o um aparte?

O SR. BERNARDINO VIANA (ARENA — PI) — Pois não.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador Bernardino Viana, no ano de 1978, S. Ex^o, o Sr. Ministro do Planejamento Reis

Velloso, fez uma solicitação à SUDENE, para que elaborasse um Plano Especial de Desenvolvimento para o Estado do Piauí.

O SR. BERNARDINO VIANA (ARENA — PI) — É o Programa Operativo Especial.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Exatamente. Participei, como Superintendente da SUDENE da orientação desse Plano. Posso portanto, informar que cerca de 2 bilhões de cruzeiros, foram consignados ao desenvolvimento do Piauí, dos quais cerca de 10% já foram previstos no presente exercício.

O SR. BERNARDINO VIANA (ARENA — PI) — Muito obrigado a V. Ex^o pelo aparte.

Apesar de ser um dos Estados mais pobres, o Piauí, ainda desta vez, não foi beneficiado com a estratégia adotada, mesmo contando, como já frisamos, com terras ociosas que se prestam otimamente para o plantio de cana-de-açúcar e mandioca, além da incomparável opção do babaçu — riqueza típica daquela região.

A partir da cana-de-açúcar, a Comissão Nacional do Álcool aprovou para o Estado duas destilarias, uma para produção de 180 mil litros/dia, trabalhando 180 dias/ano; a outra, de 240 mil litros/dia, com jornada de trabalho de 300 dias/ano, com localização nos Municípios de José de Freitas e Amarante. A CNAL aprovou outra, a partir da mandioca, para produção de 150 mil litros/dia, em Uruçuí, no Sul do Estado.

Esses projetos estão em fase final de análise nos Bancos financeiros.

Poder-se-ia pensar na instalação de uma quarta destilaria, a partir da cana-de-açúcar, com a capacidade de 120/180 mil litros de álcool/dia, em Palmeirais, onde há terras públicas disponíveis e estrategicamente bem localizadas.

Outra opção seria a implantação de 50 minidestilarias, 30 a partir da mandioca e 20 da farinha amilácea do babaçu, caso fossem favoráveis os resultados dos estudos que se vêm desenvolvendo nessa área.

A política de apoio à tecnologia nessa área vem merecendo especial atenção da Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio, tanto para matérias-primas amiláceas, como a mandioca e o babaçu, como para as sacarideas do tipo da cana-de-açúcar e sorgo sacarino.

Se implantadas fossem essas destilarias, no prazo de cinco anos o Piauí alcançaria uma produção de 225 milhões de litros de álcool/ano, o que resolveria seu consumo atual de combustível — 80 milhões de litros/ano — por simples substituição dos derivados do petróleo. Feita a projeção do consumo atual para 1984, a uma taxa anual de 13,8% de expansão, poder-se-ia contar com um excedente de 72 milhões de litros de álcool/ano.

Tal excedente exportável seria altamente benéfico à sustentação do nosso porto marítimo em fase final de construção no litoral piauiense.

Sr. Presidente, e Srs. Senadores, fortalecidos os organismos regionais — BNB e SUDENE — com os recursos financeiros já definidos e os por definir, eleitas as prioridades supostamente acertadas para eliminar a pobreza urbana e rural, com a racionalização das atividades produtivas da Região, dinamizados os setores de saúde, educação, habitação e os problemas sociais, resta-nos, a nós piauienses, que estamos na retaguarda das retaguardas, apelar, por intermédio deste Augusto Parlamento, para que as autoridades responsáveis nos propiciem os meios indispensáveis para sairmos da estagnação, reconhecendo que, dentre outras oportunidades da atividade econômica, a criação do Pólo-Agroindustrial para o Piauí seria, no momento, o caminho mais curto para tingirmos o progresso social e econômico.

Por derradeiro, Sr. Presidente, deixo esta tribuna do Senado Federal confiante em que os iterativos propósitos do eminente Presidente João Baptista Figueiredo, de "minimizar as desigualdades econômicas verificadas no Nordeste", possam obter a necessária

consecução, com as medidas preconizadas pelo Ministro Mário Andreazza e definidoras das metas do Governo para o Nordeste brasileiro, se transformem em realidade, e no mais curto espaço de tempo possível. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dinarte Mariz.

O SR. DINARTE MARIZ (ARENA — RN) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Traz-me à tribuna, nesta breve comunicação que tenho a oportunidade de fazer, a seca que ameaça o Nordeste, principalmente o meu Estado.

Falei hoje com o Governador do Rio Grande do Norte, Dr. Lavoisier Maia. Recebi de S. Ex^e as informações mais tristes em relação aos dias que estamos vivendo, pois a seca, em meu Estado, já precisa ser denunciada e enfrentada imediatamente, a fim de se evitar que grande parte da sua população, principalmente aquela que vive da agricultura, não sinta, em breve, dificuldades em alimentar sua família.

Estamos atravessando uma fase difícil em nossa economia. Já a esta altura do ano, abril, não temos mais condições de se fazer semeadura, pensando em colheitas derivadas desse trabalho.

Sabemos que nossas semeaduras são feitas sempre no mês de fevereiro. Quando as condições climáticas são muito favoráveis, semeamos em janeiro. O comum é em fevereiro. Passou-se março, as chuvas vieram sem nenhuma possibilidade de propiciar confiança para que se fizesse a semeadura. Aqueles que tiveram condições de fazer semeadura, a fizeram, e já perderam a segunda semeadura. Nesta altura, ninguém vai mais semear, ninguém vai mais plantar.

Então, julgo de meu dever, denunciar, daqui, às autoridades responsáveis pelo sistema econômico vinculado ao Nordeste, principalmente aos Ministros Mário Andreazza e Delfim Netto, dos Ministérios do Interior e da Agricultura, respectivamente, e o que está ocorrendo naquela Região, e solicitar-lhes medidas urgentes e precisas, para que não tenhamos, dentro de pouco tempo, uma situação social inteiramente descontrolada e perigosa para própria manutenção do regime.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Ex^e me permite um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ (ARENA — RN) — Pois não, nobre Colega.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador Dinarte Mariz, o assunto que V. Ex^e traz à baila hoje, é da maior importância. Há poucos dias, reunida a Comissão de Agricultura, para ouvir a palestra do Sr. Ministro Delfim Netto, tivemos oportunidade de comentar o problema da seca no Nordeste. V. Ex^e sabe que na zona semi-árida do Nordeste vive metade da população da Região, e, o que é mais sério, dali se origina metade da produção agrícola do Nordeste. Ora, se considerarmos que uma seca de dimensão média poderá frustrar, pelo menos metade da safra, chegaremos à conclusão de que o prejuízo causado por uma seca média é de ordem de 30 bilhões de cruzeiros. Se acrescentarmos a essas perdas os prejuízos indiretos à indústria e ao comércio, bem como as despesas adicionais do Governo Federal, chegaremos à conclusão de que o custo de uma seca pode se elevar a mais de 40 bilhões de cruzeiros. Isso dá a dimensão da catástrofe que representa a seca no Nordeste. Quanto à seca atual, tenho me mantido em constante contato com a SUDENE e com o DNOCS. O programa de Assistência, no caso da caracterização final de uma seca, está totalmente elaborado. As autoridades estão acompanhando o desenrolar dos acontecimentos. Não teremos, se Deus quiser, uma seca total mas a ajuda do Governo Federal parece que vai ser necessária em alguns bolsões isolados. Um dos bolsões mais amplos que se estão caracterizando é — como bem diz V. Ex^e — é do Rio Grande do Norte. Esse testemu-

nho da posição das autoridades federais trago para que todos saibam que ninguém será pegado de surpresa, e que o Nordeste e o Governo Federal estão preparados para assistir a região.

O SR. DINARTE MARIZ (ARENA — RN) — Agradeço o aparte de V. Ex^e, que, em parte, é confortador, pois V. Ex^e vem de uma posição na Administração federal que lhe permite aquilatados recursos e da disposição do Governo em relação à nossa Região, mormente no que se refere às estiagens.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Quero fazer minhas as palavras de V. Ex^e, quando, nesta tarde, alerta as autoridades Federais, notadamente o Sr. Ministro do Interior, o Superintendente da SUDENE e o Sr. Diretor-Geral do DNOCS para os efeitos da prolongada estiagem, digamos mesmo da seca parcial que começa a assolar algumas zonas do Nordeste brasileiro. *O Globo* de hoje dá notícia sobre o que se passa no meu Estado, onde, além de alguns municípios da chamada Zona do Curimataú, vários do Alto Sertão estão sendo atingidos, entre os quais Catolé do Rocha. Acentua esse prestigioso órgão da imprensa carioca:

“O Deputado Américo Maia, da ARENA, afirmou que nos Municípios vizinhos a Catolé do Rocha os criadores de gado enfrentam, pela irregularidade das chuvas, a falta de pasto e têm que alimentar o gado com farelo de caroço de algodão, o que encarece o custo da criação bovina. Por isso, segundo o Deputado, os agricultores esperam que o Governo tome medidas de assistência. Ele propõe financiamento a baixos juros para os criadores de gado. E frentes de trabalho para enfrentar o desemprego temporário da mão-de-obra agrícola.”

Portanto, são da maior atualidade as palavras que V. Ex^e pronuncia no Senado.

O SR. DINARTE MARIZ (ARENA — RN) — Agradeço o aparte de V. Ex^e

Sou muito bem informado, realmente, sobre o que está ocorrendo no Nordeste. A Paraíba tem uma parte seca, tem um bolsão, o Ceará também, mas no meu Estado a seca é total. Não temos um setor onde seja assegurada qualquer colheita na área agrícola. É uma situação que me preocupa bastante. Sei que o Governo não vai deixar a população morrer de fome. Mas o que desejo, são medidas para modificar aquilo que se vinha fazendo ou que se vem fazendo durante tantos anos, tantas décadas, para atender ao problema da seca que, e que, a meu ver, está errado. Hoje, quando vem a seca, a primeira coisa que se mobiliza são as tais “Frentes” de serviço, na minha opinião, criminosamente. Essas “Frentes” de serviço não têm nenhuma finalidade hoje, pois levam os homens para arranhar a terra, fazer estradas com carrinho de mão, ou por outros processos semelhantes, o que é uma loucura e um desperdício de dinheiro, pois em muitas ocasiões viciam os homens, que vão para as cidades e não voltam ao campo.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA — PE) — V. Ex^e me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. DINARTE MARIZ (ARENA — RN) — Pois não.

O Sr. Aderbal Jurema (ARENA — PE) — Estamos ouvindo, com o maior interesse, as apreensões e os apelos que V. Ex^e faz, secundado pelos Senadores José Lins e Humberto Lucena. Em verdade, o Nordeste vive sempre de olhos para o céu. E quando V. Ex^e assinala que precisamos modificar completamente essa técnica de atendimento, V. Ex^e tem toda razão, porque um velho estadista do Nordeste, o Professor Agamenon Magalhães, já dizia que precisávamos sair desse período empírico e resolver o problema da seca com medidas de caráter permanente, com as pequenas barragens nos pequenos rios do Nordeste, transformando mesmo o Nordeste, através de poços, em um paliteiro, na sua linguagem sertaneja de Serra Talhada. Portanto, V. Ex^e tem razão, nós precisamos, com urgên-

cia, modificar esse tipo de atendimento que não satisfaz, que é, sem dúvida, um atendimento paternalista e completamente errado para a era da tecnologia, quando olhamos para os Estados Unidos que resolveram o problema das secas no Arizona, no Texas e em outros Estados, domando as águas, domesticando os rios e fazendo com que o americano daquela região não vivesse à espera das chuvas como vive, eternamente, o nordestino, sobretudo o sertanejo.

O SR. DINARTE MARIZ (ARENA — RN) — Muito grato a V. Ex^e pela contribuição que me traz.

Mas, Sr. Presidente, continuando o meu discurso, repto as "Frentes de Trabalho", como acabei de afirmar, verdadeiramente, criminosas do ponto de vista econômico. Paga-se ao homem para uma frente de serviço que, em verdade, nada mais é do que um processo de emergência para ele receber um salário.

O Sr. Bernardino Viana (ARENA — PI) — Senador Dinarte Mariz, permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ (ARENA — RN) — Com muito prazer ouço V. Ex^e

O Sr. Bernardino Viana (ARENA — PI) — É o seguinte: as autoridades responsáveis pela área econômica no Estado do Piauí incentivaram cerca de dez agricultores, grandes proprietários do Município de Uruçuí, que tem mais ou menos cerca de 30 mil habitantes, para que fizessem, este ano, um grande plantio de arroz. Então, os grandes proprietários implantaram 3 mil hectares de arroz nos grandes chapadões de Uruçuí, terra propicia mesmo para essa gramínea. O que aconteceu é que realmente a chuva faltou e eles estão na iminência de perder todo o plantio, conforme comunicação que recebi, ontem, do Banco do Estado do Piauí.

O SR. DINARTE MARIZ (ARENA — RN) — Muito obrigado a V. Ex^e. Sei também, como V. Ex^e está confirmado, que os bolsões são gerais em relação à região. Embora o Estado de V. Ex^e seja daqueles mais protegidos pelas chuvas, com setor de produção já assegurado, ele, como V. Ex^e é testemunha, também está alcançado pela estiagem.

Mas, Sr. Presidente, continuando o meu raciocínio, o que o Governo deve fazer? É muito fácil criticar, é muito fácil dizer que as coisas estão erradas. Mas sempre, quando faço minhas críticas, quando aponto erros, procuro indicar aquilo que acho que é certo, o razoável, o lógico e o desejável.

Então, em vez das "Frentes de serviço", o Governo federal devia financiar os fazendeiros, os agricultores, não dando dinheiro, que se gasta, sem nenhuma possibilidade de retorno, mas financiando os fazendeiros para que eles possam conservar em suas fazendas, no trabalho, no desmatamento para plantio no futuro, e outros trabalhos de pequena ação; para que possam manter todo o pessoal das suas fazendas e, amanhã, quando as chuvas voltarem, quando no próximo ano, tivermos invernos, o Governo, então, terá o retorno dos juros que poderiam render esses empréstimos, terá o retorno do dinheiro que empregou. Fazer um planejamento semelhante ao do Projeto Sertanejo, com empréstimos a juros de 2%, ou por outra, a "fundo perdido" — como está em moda a expressão — emprestando o dinheiro por 20 anos os fazendeiros, para que ele conserve, no local, os trabalhadores que, uma vez indo para as "frentes de serviços", como tem ocorrido, não voltam mais, tornando-se assim, o principal fator do despovoamento da área agrícola do Nordeste. Realmente, o homem moço que vai para a frente de serviço raramente retorna ao trabalho do campo. Conseqüentemente urge uma medida salvadora para evitar o colapso total da economia agrária daquela sofrida região.

Sempre, nas minhas argumentações, na minha longa vida pública, dedicada à minha região, nunca defendi outro interesse que não aquele compatível com o desenvolvimento e, sobretudo, com a dignidade do homem.

O homem que recebe o dinheiro como uma compensação, como se fosse dado, deve sentir-se humilhado. Ao homem capaz não se deve dar nada, deve-se dar oportunidade, deve-se dar assistência para que ele possa trabalhar e, à custa do seu trabalho, dar a retribuição devida à Nação, que tanto precisa dos braços dos brasileiros para o seu desenvolvimento.

Quantas vezes, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho-me sentido humilhado quando falavam tanto na indústria da seca. Era uma coisa que me humilhava como sertanejo. As "frentes de serviço" sempre foram malvistas, e até certo ponto com razão. Compravam os funcionários para apontar homens que não existiam, fantasmas. Formaram-se "frentes de serviços" com milhares e milhares de operários quando, na realidade, representavam uma pequena parte daquilo que estava no papel. Mas nós, nordestinos, é quem pagávamos por isso, muitas vezes, sem nenhuma culpa ou sem nenhuma participação naquelas coisas. Eram funcionários, muitas vezes, que vinham de fora e que manuseavam os papéis e o dinheiro, mas o nordestino é que pagava, perante a opinião pública do País, qualificado como fazedor da indústria da seca.

Isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, devia acabar. Tenho certeza de que na hora em que se organizar, e é fácil fazê-lo, o financiamento a toda a área agrícola atingida pelas secas, tenho certeza de que daremos um grande passo em benefício da região nordestina.

O homem, o fazendeiro que recebeu o financiamento para o seu trabalho, para a construção dos pequenos açudes, para o desmatamento e o aproveitamento das terras, no sentido de cultivá-las, ele está auxiliando o Nordeste, e mais do que auxiliando, ele está concorrendo para que o homem do trabalho agrícola não saia do local indicado para continuar o seu trabalho.

Recebi, hoje, Sr. Presidente, do Governador do Rio Grande do Norte, o Dr. Lavoisier Maia, um telefonema no qual manifestava a maior apreensão sobre a situação naquele Estado. Com o conhecimento que tenho, sertanejo que sou e de uma região das mais secas do Estado, posso dizer, daqui, aos responsáveis pelo problema, que deve ser imediatamente deslocada uma autoridade capaz de aquilatar, de verificar e de assistir às necessidades que o Nordeste reclama. Mas, deve-se em primeiro lugar, evitar-se que se façam, como no passado, as tais "frentes de serviço", tão amaldiçoadas para a nossa economia e até tão deprimentes para a história de nossa região.

De uma vez por todas, Sr. Presidente, precisamos acabar com essa maneira de assistir, superficial e inútil, sem uma diretriz que possa, no futuro, explicar as divisas gastos sem nenhuma possibilidade de retribuição.

Já declarei aqui, e repito agora, que o único setor que tínhamos, como uma compensação para a produção agrícola do Nordeste, era o São Francisco, já com um bem adiantado trabalho de irrigação. Mas, lá, a crise está tão grande ou maior do que a seca que nos ameaça, pelas enchentes. Conseqüentemente, o Nordeste, hoje, tem que receber gêneros alimentícios da região centro-sul do País.

Certa vez, lembro-me que, falando ao saudoso ex-Presidente Getúlio Vargas sobre uma das secas do Nordeste, quando todos falavam, fiz uma pausa e pedi para que desse um aparte sobre o que estava ocorrendo no meu Estado, onde o salário mínimo era a metade do salário da região centro-sul do País e onde o homem estava recebendo, nas frentes de serviço, menos de dois salários mínimos, e sendo alimentado por aquela região, onde o salário mínimo era duas vezes aquele, realmente, que estava sendo dado no Nordeste. Ele parou um pouco, chamou o Dr. Bittencourt, que nessa época era o Diretor do DNER e mandou que ele multiplicasse o salário para que, realmente, os operários recebessem mais alguma coisa. A minha intervenção deu, naquela hora, aos operários do Nordeste, nunca menos de 40% do que estava sendo pago no momento, na "frente de trabalho".

Isso é que me impressiona, Sr. Presidente: na hora em que tivemos uma coisa ajustada, e perdoe-me o meu eminente colega que está aqui, presente, e que é um dos homens mais dedicados e mais

competentes em relação à economia do Nordeste, o nobre Senador José Lins, perdoe-me S. Ex^t quando me refiro à desorganização, ainda, de um sistema que já devia estar, realmente, organizado e tecnicamente consentâneo com os dias que estamos vivendo, em relação ao desenvolvimento da nossa Região.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Permite V. Ex^t mais um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ (ARENA — RN) — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^t

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Nobre Senador Dinarte Mariz, o tema é da maior importância — até para o Brasil. Comentei há pouco que o Nordeste não pode mais ser tomado de surpresa por uma seca. Hoje, a SUDENE tem um sistema de acompanhamento do período chuvoso da Região, que conta com mais de seis mil estações de coletas de dados sobre chuvas. E dessas seis mil estações meteorológicas, cerca de novecentas remetem dados sistemáticos de dez em dez dias e, quando necessário, até de cinco em cinco dias, para que se acompanhe a evolução do período chuvoso ou da seca do Nordeste brasileiro. De modo que, os dados referentes à situação do Nordeste, não só no seu todo, mas com relação a todos os seus bolsões, são completamente conhecidos. Há um plano feito, previamente, para ser utilizado e para ser desencadeado no momento em que isso se tornar necessário. De modo que, não há qualquer motivo de apreensão no sentido humano. A apreensão é que Deus nos ajude, e, realmente, chova. Mas, se não chover, o Governo e as autoridades locais estão preparados para cooperar e ajudar o Nordeste brasileiro. V. Ex^t diz bem que as frentes de serviço não só desajudavam, em certo sentido, os pobres agricultores nordestinos, porque concentravam milhares de homens e de famílias à beira das estradas, afastando-os dos seus próprios lares, e ainda se pagava mal, porque, muitas vezes, se pagava 60, 70, 80% do salário mínimo. E, finalmente, ainda havia os atravessadores, aqueles que se organizavam para vender gêneros alimentícios aos flagelados, e que não funcionavam senão como verdadeiros atravessadores, ficando com a grande parte do lucro dos benefícios que o Governo levava a essas famílias.

Hoje estamos melhor organizados para assistir aos agricultores. O tipo de assistência também é hoje melhor. Já na última seca foi pago o salário mínimo total a todos os trabalhadores e, eliminou-se a figura do atravessador. O sistema atual elimina, totalmente, o fornecedor, de modo que as famílias beneficiárias recebem, realmente, o benefício total do salário. O único problema que permanece é o das frentes de serviço. Como V. Ex^t, penso que essas frentes de serviço devem ser usadas ao mínimo, porque elas não satisfazem às reais necessidades sociais das famílias alistas. Mas já na última seca, ao invés de organizar as clássicas frentes de serviço, a mão-de-obra foi empregada na sua própria área, construindo barragens, fazendo açudes, aguadas, cacimbas, ou mesmo tijolos para venda a baixo custo às populações; extraíndo pedras para o calçamento das pequenas cidades e distritos, em suma, utilizou-se um tipo de organização completamente diferente. Como V. Ex^t, também preconizamos, na medida do possível, em vez das frentes de serviço ou pelo menos ao lado delas o emprego das populações em obras novas do projeto sertanejo, para fortalecer as pequenas e médias propriedades privadas da região, sem deslocar as famílias de seus lares. Muito obrigado a V. Ex^t

O SR. DINARTE MARIZ (ARENA — RN) — Agradeço, mais uma vez, o aparte de V. Ex^t Vejo que V. Ex^t está de acordo com o meu ponto de vista, mas quero lhe dizer que o que precisamos é que o homem fique na sua propriedade, e de que, nesta altura, em vez de pequenas e médias propriedades, elas agora devam ser avançadas para as grandes propriedades onde estão as grandes concentrações rurais. Esses precisam receber os recursos, manter o seu pessoal, os seus trabalhadores fiscalizados pelo Governo, mas para retribuir o dinheiro na época oportuna, ou por outra, depois de 20

anos, que é quanto o Projeto Sertanejo prevê para as pequenas e médias propriedades.

Sen. Presidente, Srs. Senadores, tenho a impressão de que procurei fazer um relato criterioso, tanto quanto possível, dentro dos conhecimentos que tenho sobre a minha região e talvez como um dos mais velhos representantes do Nordeste nesta Casa. Com a sensibilidade de quem nasceu, de quem viveu e tem vivido no meio do sertanejo, convivendo com a seca, eu posso realmente trazer um depoimento específico sobre a região.

Recordo-me que, quando Governador do Estado, nós tivemos a maior seca do Nordeste, em 1958, quando fui ao Presidente da República — que realmente deu trabalho a todo o Nordeste, o eminent e saudoso Juscelino Kubitschek de Oliveira — fiz-lhe um relato e mostrei a Sua Exceléncia que o Governo do Estado não pedia nada, nenhuma verba para, por seu intermédio, ser empregada naquela seca; mas, desejava fiscalizar, e indicava para supervisor da seca no Nordeste o General Manoel Joaquim Guedes, de saudosa memória, que comandava naquela época o setor do Exército no Rio Grande do Norte.

Pois bem, na realidade, organizou-se o serviço e não houve uma falha sequer no Rio Grande do Norte. E quando o Presidente Juscelino recebeu várias denúncias em relação às coisas do Nordeste, designou o Coronel Ramagem para fazer uma fiscalização. Vieram acusações em alguns Estados, mas, no Rio Grande do Norte, tive a vaidade de ouvir o "nada consta" no relatório lido pelo próprio Coronel Ramagem, que depois foi General e fez uma carreira brilhante, até chegar ao fim da sua vida militar.

Pois bem, estava escrito no relatório; "O Rio Grande do Norte representa dentro do quadro que fiscalizei um oásis entre os outros Estados da Federação". Perdoem que eu acentue isto; não é atacando os outros Estados, é dizendo do cuidado que houve durante aquela época em que eu era responsável pelo Poder Público no meu Estado.

É o que deve ser feito agora, fiscalizar, mas dar condições para que o homem não se retire do seu setor de trabalho e possa ser mais útil a esta Nação tão atribulada economicamente pelas enchentes, as greves e, agora, as secas do Nordeste.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Almir Pinto — Mauro Benevides — Agenor Maria — Cunha Lima — Humberto Lucena — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Lomanto Júnior — João Calmon — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está finda a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 76, de 1979, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Ministro Angelo Calmon de Sá, no dia 15 de março de 1979.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição.

E o seguinte o discurso cuja transcrição é solicitada:

Quando, há pouco mais de dois anos, honrado pelo grande estadista o eminente brasileiro, o Presidente Ernesto Geisel, fui, convidado para as elevadas funções de Ministro da Indústria e do Comércio, encarei as novas responsabilidades como um grande desafio a enfrentar, seja pela enorme complexidade das atribuições deste Ministério, seja porque assumia o cargo a menos da metade do término de um Governo marcado por tremendas dificuldades no campo econômico, impostas pela crise do petróleo.

Tive, contudo, a felicidade de guiar minha gestão por um conjunto claro e objetivo de diretrizes, lançadas por Sua Excelência na primeira reunião ministerial, a 19 de março de 1974, de modo a ajustar a economia brasileira à nova ordem internacional. Assim, com o irrestrito apoio do Presidente foi-me possível dar continuidade aos programas em curso, promover o seu aperfeiçoamento e agilizar sua execução.

Na área da política industrial inúmeras providências foram adotadas, particularmente as destinadas a acentuar sua contribuição aos propósitos de substituição de importações de bens de capital e insumos básicos, de apoio ao empresário privado nacional e de indução à descentralização do desenvolvimento industrial.

Nesse contexto, não poderia deixar de mencionar as Resoluções nºs 9 a 14 do CDE, ambas de 1977, as quais, estou certo, estão fadadas a provocar efeitos altamente benéficos no perfil da indústria brasileira, no mais rápido alcance de nossa maioria industrial — inclusive na área tecnológica — com melhor distribuição espacial do desenvolvimento e da renda.

Alguns indicadores demonstram, sem dúvida, o sucesso das ações empreendidas pelo Governo Geisel. Em 1978, 89,7% dos investimentos em projetos aprovados pelo CDI se referiram a indústrias de bens de capital e insumos básicos, quase o dobro da participação em 1973 (48,6%). No mesmo ano, 79,7% das máquinas e equipamentos demandados por aqueles projetos foram fornecidos pela indústria nacional, contra 36,3% em 1973.

Especificamente quanto a insumos básicos, consolidou-se o Pólo Petroquímico de São Paulo, inaugurou-se o da Bahia e deu-se início à implantação do Pólo do Rio Grande do Sul. Importantes medidas foram adotadas com o propósito de se obter a auto-suficiência em fertilizantes, defensivos, papel e celulose, metais não ferrosos e outros insumos.

Por sua inegável importância para a economia nacional, dediquei especial atenção à agroindústria do açúcar e do álcool, preocupando-me particularmente em desenvolver e consolidar o Programa Nacional do Álcool, hoje não apenas simples iniciativa governamental mas uma esplêndida realidade, já ostentando expressiva contribuição à redução de nossa dependência de fontes externas de energia. Na safra 79/80 estaremos produzindo 3,8 bilhões de litros de álcool, quase seis vezes o volume obtido no período 76/77, de 660 milhões de litros.

Em termos sociais e econômicos, cabe assinalar, também, a inegável contribuição do PROÁLCOOL para viabilizar o aproveitamento de matéria-prima que, diante da necessidade de contingenciar a produção de açúcar, em face das dificuldades do mercado internacional, teria permanecido no campo. Imagine-se a situação a que teria chegado a agroindústria canavieira — e por extensão os trabalhadores a ela vinculados — não fora a utilização crescente de volumes de cana para a produção direta de álcool. Iniciado esse processo na safra 77/78, com a transformação em álcool do equivalente a 15 milhões de sacos de açúcar, já na safra em curso esse volume será de 44 milhões de sacos, devendo alcançar 75 milhões no período 79/80, quando estaremos empregando na produção de álcool 40% das disponibilidades de cana.

Todavia, esses números não expressam o real significado do avanço que conseguimos em tão pouco tempo. Com efeito, na área agronômica, na de tecnologia, no manejo e na distribuição do produto obtivemos valiosas informações e experiências que tomarão

menos difícil a execução das próximas etapas do Programa, particularmente a de utilização exclusiva do álcool em veículos automotores, em larga escala.

Contudo, mais importante foi a determinação do Presidente Geisel em apoiar decisivamente o início e o desenvolvimento de Programa de tamanha relevância para o desenvolvimento do País. Suas firmes posições em defesa do PROÁLCOOL e sua fé na viabilidade da ampla utilização dessa fonte energética renovável constituíram, sem dúvida, a mais forte motivação que tivemos para trabalhar com afinco e ver alcançada e ultrapassada, com um ano de antecedência, a meta de 3 bilhões de litros, antes fixada para a safra 80/81.

Outro programa a que dediquei especial atenção foi o siderúrgico, por considerar ser impossível promover um desenvolvimento auto-sustentado sem um moderno parque produtor de aço, competitivo, sobretudo em condições de atender às crescentes necessidades da indústria nacional.

No ano passado atingimos a marca de 12,1 milhões de toneladas de aço, mais do que o dobro da produção de uma década atrás, alcançado, pela primeira vez, a auto-suficiência em termos físicos. Colocamo-nos em 13º lugar entre os maiores produtores de aço do mundo, situando o déficit da balança comercial em apenas US\$ 158,5 milhões, bem distanciado pois do saldo negativo registrado em 1974, que foi de US\$ 1,4 bilhão.

Merce registro também a infra-estrutura institucional consolidada pelo Governo que ora termina, representada pelo CONSIDER e pela SIDERBRÁS, em que se apoiaram as profundas transformações ocorridas, especialmente no campo do planejamento siderúrgico e na formação de recursos humanos. Nos últimos dois anos assistimos à extraordinária recuperação da COSIPA — que já se ombreia com a USIMINAS, a maior siderúrgica brasileira — e também ao início da implantação da AÇOMINAS e da Usina Siderúrgica de Tubarão.

Na área do café, além da continuidade dos programas de recuperação das lavouras e de renovação do parque cafeeiro, empenhei-me em ações voltadas para a defesa dos preços no mercado internacional, as quais permitiram, de um lado, a obtenção de expressivos volumes de divisas e, de outro, a transferência dos benefícios das altas cotações para os nossos produtores.

A média anual das exportações dos dois últimos anos foi de quase US\$ 2,5 bilhões, receita sem precedentes na história do café. Os preços médios recebidos pelos produtores, em termos reais, duplicaram entre 1976 e 1978, enquanto o de garantia praticamente triplicou no período, benefício nem de longe obtido por qualquer dos demais produtores amparados pela política de preços mínimos do governo.

Poderia, Senhor Ministro João Camilo Perin, meus senhores, minhas senhoras, destacar outros setores da administração do MIC; discorrer sobre os resultados da área de tecnologia industrial; do fortalecimento no INPI; da reestruturação do CDI e de tantos outros trabalhos na área institucional. Mas, não é esse o momento para fazer amplo balanço do Governo na área da indústria e do comércio: que a história realize o julgamento mais adequado das ações que empreendemos.

Deixo o Ministério da Indústria e do Comércio com o sentimento do dever cumprido. Não fiz tudo a que me propus realizar em tão curto período de tempo, mas esforcei-me para dar o melhor de minha capacidade no desempenho do honroso cargo, procurando levar a todos os brasileiros maiores padrões de bem-estar e de justiça social.

Contudo, tenho a convicção inarredável de que contribuí na busca incessante de melhores caminhos para o nosso desenvolvimento; influí, com o melhor dos propósitos, para a adoção de medidas com esse objetivo e para o debate no campo das idéias; abordei temas que, mal compreendidos no início, sobretudo por meus companheiros do setor privado, hoje são aceitos por amplos segmentos, tanto no setor público, quanto na iniciativa particular. Exemplos marcantes são os assuntos relacionados com a similitude,

a forma de proteção à indústria nacional, a redução dos incentivos fiscais e financeiros, e, já como realidade, a próxima concretização do legítimo anseio da política industrial: a transferência do BNDE para a jurisdição do MIC.

Senhor Ministro João Camilo Penna,

Não deixo a Vossa Excelência um Ministério sem problemas. Do universo enorme de suas dificuldades, pude apenas resolver os mais angustiantes e deixar outros equacionados.

Vossa Excelência tem um grande campo de trabalho pela frente a assumir o cargo sob novo cenário, numa hora em que a Nação, saindo de uma fase a que não pode fugir, se reencontra com a democracia.

O Brasil vê iniciar novo Governo sob o signo das esperanças mais fundadas. Todos aguardamos melhores dias e realizações ainda maiores no campo político, econômico e social e haveremos de pugnar para a construção de uma Pátria livre, justa e democrática, com harmônica distribuição dos frutos do desenvolvimento e elevado nível de justiça social.

Estou certo de que Vossa Excelência se encontra preparado para enfrentar esses desafios. Conhecendo-o de longe tempo, sei da sua capacidade de trabalho, disposição para o diálogo e dedicação à coisa pública, méritos que nos dão a tranquila confiança de que o MIC está em boas mãos. Foi, sem dúvida, uma feliz escolha do Presidente João Baptista Figueiredo.

Senhores,

Agradeço ao Presidente Ernesto Geisel a confiança em mim depositada e o apoio com que distingui o meu trabalho. Guardarei de Sua Excelência as lições de patriotismo, o alto sentido do dever, o exemplo de liderança autêntica e a inabalável disposição de servir ao nosso povo.

Aos meus colegas de Ministério apresento a gratidão de quem sabe avaliar os benefícios da colaboração e do trabalho em equipe. Destaco, por dever de justiça, o apoio, a compreensão e o incentivo que recebi do Ministro Mário Henrique Simonsen, com quem muito aprendi durante os três anos em que estive, sob seu comando, à frente do Banco do Brasil e a quem muito devo pelas realizações no Ministério da Indústria e do Comércio. Ao futuro Ministro da Fazenda, Doutor Karlos Rischbieter, cabe ainda o meu reconhecimento pelo auxílio que, como Presidente do Banco do Brasil, prestou ao MIC nestes últimos dois anos, seja pela cessão de elementos do seu seleto e qualificado corpo de pessoal, seja pela eficaz participação em muitas das ações que empreendemos em prol do desenvolvimento do País.

Aos empresários, desejo reafirmar o quanto me esforcei para ouvi-los e debatermos juntos questões de elevada importância para o futuro da indústria e do comércio. Agradeço sua valiosa participação nos estudos que empreendemos e a colaboração inestimável através de seu engajamento aos programas do Governo. Se muitas vezes divergimos, e se nem sempre decidi segundo seus pontos de vista, almejo apenas que compreendam minhas posições e tenham em conta que procurei agir segundo os superiores interesses do Brasil.

Presto também o merecido tributo à imprensa, especialmente aos jornalistas credenciados junto ao MIC. Seu trabalho eficiente e dinâmico foi sem dúvida dos mais importantes para que o Ministério fizesse chegar à opinião pública as informações sobre seus atos e realizações. Atuando com independência e combatividade, a imprensa foi também, na área sob minha responsabilidade, veículo da maior relevância para o grande debate sobre temas do maior interesse nacional.

A todos os funcionários deste Ministério, dos mais humildes aos mais graduados, fiéis colaboradores de todos os momentos, cumpre-me apresentar os sinceros agradecimentos, pois nada teria realizado sem a ajuda de sua inteligência, de seu trabalho e dedicação.

Embora correndo o risco de cometer omissões, ao homenagear todos aqueles que comigo empreenderam um trabalho com lutas e sacrifícios, externo minha gratidão aos líderes e chefes de equipes

nas pessoas de Lycio de Faria, Mailson, Breno, Fischer, Lauro, Rogério, Almany, Edilson, Hatab, Marins, Bautista, Ubirajara, Camilo Calazans, General Carmo, Henrique Cavalcanti, General Américo, Said Farah, José Lopes, Alpheu Amaral, Cesário e tantos outros que comigo conviveram nesse período. O sucesso de minha gestão, por modesto que seja, é corolário da qualidade dessa equipe, que por isso será aproveitada em sua quase totalidade pelo novo Governo em posições destacadas, muitas de maior responsabilidade e relevo.

Aos que permanecem no MIC, integrando a nova administração, peço que dispensem ao meu sucessor o melhor dos seus esforços, auxiliando-o a realizar o mais profícuo trabalho em proveito do desenvolvimento sócio-econômico do País.

Agradeço, por último, a compreensão e o estímulo que recebi de minha família e, de modo especial, de minha esposa. Ela suportou comigo os sacrifícios que o cargo impõe, com altivez e paciência. Soube dar-me energia e novas forças para enfrentar as horas de tristeza, serenidade para encarar os desafios, também participando, com alegria, dos momentos de felicidade.

Ao final, tenho a honra e a satisfação de transmitir, neste momento, o cargo de Ministro de Estado da Indústria e do Comércio ao ilustre brasileiro Dr. João Camilo de Oliveira Penna, a quem desejo pleno êxito, certo de que conduzirá a Pasta com zelo, competência, dedicação e elevado espírito público.

Ao caro amigo João Camilo e à sua Excelentíssima Família os meus mais efusivos votos de felicidade pessoal.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 77, de 1979, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira, no dia 15 de março de 1979.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição.

E o seguinte o discurso cuja transcrição é solicitada:

"Senhor Ministro de Estado, Senhoras e Senhores,

Peço a Vossa Excelência me permita que as minhas primeiras palavras se dirijam ao Presidente Ernesto Geisel, para renovar-lhe a minha gratidão pela escolha de meu nome, e pela forma como o fez, para Ministro de Estado das Relações Exteriores de seu Governo, e pelo apoio que emprestou, a mim e ao Itamarati, nesse largo período de cinco anos. Creio que nada poderia ter-me sensibilizado mais do que haver sido selecionado em razão de diretrizes de política externa e o fato de Sua Excelência ter dado sempre consideração atenta aos planos e projetos que lhe foram submetidos pelo Itamarati.

Há dois dias atrás, na última reunião de seu Gabinete, tive a oportunidade de indicar a Sua Excelência a expressão de minha admiração por sua obra de Governo, bem como de assinalar aos meus colegas de Ministério e aos seus colaboradores diretos o meu reconhecimento pessoal.

Desejo, agora, manifestar, e o faço com a maior satisfação, os meus agradecimentos aos membros do Congresso Nacional, pela receptividade e pela generosidade com que consideraram o planejamento e a execução da política externa deste período que termina. Não me esquecerei, jamais, das vezes em que souberam estimular, sem distinções partidárias, os debates que comigo mantiveram nas ocasiões em que tive a honra de ser ouvido pelo Parlamento brasileiro. Não poderiam, do mesmo modo, ter sido mais corretas as relações entre o Poder Judiciário e o Itamarati, nem mais nítido o escrú-

pulo que teve sempre o Ministério das Relações Exteriores em dar curso às decisões soberanas dos Tribunais.

Aos jornalistas o que devo dizer — creio — é que, no elogio ou na crítica, cada qual acreditou estar cumprindo sua missão. Sinto-me, ademais, no dever de agradecer aos que me ajudaram, com lucidez e propriedade, nas mais diversas circunstâncias e momentos. Porque conheço o que representa para eles a notícia, até em termos de realização de suas personalidades, quero acrescentar que existe um dever paralelo ao deles, por parte das autoridades responsáveis, que é o de informar a opinião pública. Não lhes faltei com esse dever, mas confesso que tal atitude exigiu de mim, muitas vezes, plena convicção em manter-me fiel a essa posição de princípio.

De qualquer modo, esta é a minha última fala, pois, nesta Casa, tudo o que se diz sobre política externa é da competência exclusiva do Ministro de Estado e dos que sejam por ele designados para falar em seu nome. Não sou mais notícia a partir deste discurso.

No lustro que passou, uma das preocupações básicas no manejo das questões externas foi a de que a política, nesse setor, representasse o mais amplo consenso nacional possível, se bem que as decisões coubesse ao Governo. Para que isso pudesse ocorrer, era preciso ter presentes os propósitos do Chefe de Estado de promover a distensão política e de proceder à normalização institucional do País.

Nesse contexto, era necessário imaginar um desenho de comportamento político geral, que levasse em conta as diferenças de tempo entre a política interna e a externa, e o fato de que, nesta última, os interesses nacionais são mais permanentes, embora não imutáveis. Para tanto, partiu-se de duas hipóteses principais de forma de agir, ambas baseadas na convicção de que o Governo deveria, mais do que em períodos anteriores, ser capaz de refletir, na condução dos assuntos estatais, as aspirações da comunidade nacional.

A primeira hipótese poderia ser a de que o Governo caminhasse na crista dos sentimentos e desejos dos vários setores que compõem a Nação, o que, a meu juízo, além de sujeitar o Estado às oscilações desses desejos e sentimentos, retiraria do Governo o seu dever de ponderar as várias tendências, pressões ou apetites de tais setores. Seria um modelo nitidamente concessivo e levaria, possivelmente, a uma falsa avaliação da influência dos diferentes ramos da sociedade.

A segunda hipótese — que se confunde, dentro de matizes nacionais, com o conceito de democracia no Ocidente — partiria da premissa de que o Governo, como um todo, através de seus poderes constitucionais, inclusive o Legislativo e o Judiciário, deveria esforçar-se por interpretar, na medida do possível, as aspirações das diversas camadas da população. Tais aspirações, naturalmente, seriam mais facilmente aglutináveis através da promoção de formas harmônicas de convivência, tais como, a melhoria da qualidade de vida e das condições de bem-estar do povo; o estímulo ao comportamento socialmente válido; o respeito ao cidadão, tanto em seus direitos quanto em seus deveres; e, também, pela conscientização de que o Brasil tem destino próprio, em cuja construção todos devem e podem participar.

Escolhida essa segunda hipótese — sem rigidez, de modo a que o modelo pudesse adaptar-se às circunstâncias mundiais que fossem surgindo — procurou-se fixar a ótica do que se poderia chamar de panorama internacional. Este se caracterizava, então, como continua a ocorrer, em grande parte, por um notável jogo de pressões e contrapressões nos eixos Leste-Oeste e Norte-Sul e, também, dentro de cada uma dessas áreas.

As relações político-militares revelavam sensível fluidez e se caracterizavam pela busca de novos equilíbrios, enquanto, no plano econômico, eram claros os sintomas de uma rápida e forçada redistribuição da riqueza universal.

No plano estratégico, o dado fundamental continuava a ser a existência dos arsenais nucleares, sua extraordinária capacidade de incineração e a consequente inviabilidade de um desarmamento geral ou — felizmente — de uma confrontação bélica global. Desse impasse nuclear decorriam fenômenos político-militares que não poderiam ser ignorados, sendo o primeiro deles o reconhecimento de

que nenhum país, nem sequer uma superpotência, é capaz de modificar radicalmente, por sua exclusiva ação, a realidade internacional.

Outro fenômeno ineludível era o de que, enquanto a *deterrence* permanecia como chave da equação estratégica, a *détente* assumia as cores de um processo sem solução no tempo e no espaço. Ao lado disso, pela incapacidade de transferência do poder nuclear, as alianças haviam passado a significar menos, ao mesmo tempo em que surgia e crescia um novo isolacionismo, apenas temperado por uma solidariedade econômica incapaz de compensar a frustração criada pelos grandes espaços táticos.

Nesse quadro estratégico persistia, no entanto, a elasticidade das zonas de influência e, consequentemente, o perigo de guerras no mundo periférico, pressionado por condicionantes externos. Dada a fragilidade dos mecanismos de segurança coletiva, incapazes de enfrentar o desafio nuclear no plano global, e o comportamento prepotente, no campo regional, tornava-se clara a necessidade de que os países tivessem sua atenção redobrada para sua defesa e segurança, a fim de garantir a sua presença regional, segundo as suas características e seu peso no plano internacional.

Não parecia haver dúvida de que os conflitos locais passariam a ter importância decisiva dentro de cada região e que as tentativas de extravasamento regional tenderiam a diluir-se, graças ao instinto de conservação das superpotências. Acontecimentos recentes parecem ter demonstrado ser correta essa visão estratégica.

No plano ideológico, começava a vislumbrar-se que o principal embate se daria entre as doutrinas, apenas aparentemente universais, dos sistemas fechados e as idéias mais permeáveis do Ocidente, baseadas no encadeamento das economias de mercado e que procuravam consubstanciar-se na temática dos direitos e deveres do Homem, direitos e deveres estes que, para a maioria da comunidade internacional, deveriam ser considerados sob os vários aspectos da realização da pessoa humana em cada sociedade nacional.

No contexto dos vários matizes dos sistemas fechados, seria necessário individualizar e tratar de forma diferente as suas várias manifestações, levando em conta os seus graus de profundidade e eficácia e a sua adaptação, às vezes temporária, à condição dos países mais pobres, frente a estruturas coloniais.

Nesse desenho global, era necessário reconhecer que as grandes potências, com o seu vigor econômico e a sua capacidade de digerir crises sociais, constituíam-se em redutos aparentemente inexpugnáveis aos impulsos de radicalização e que, no caso da América Latina, pelo fato de os países da região terem realizado sua independência sob o signo liberal, tenderiam eles a voltar aos modelos democráticos próprios à tradição de cada país.

Como arremate às premissas do planejamento da política externa do Governo Geisel, desejo dizer algumas palavras sobre a forma pela qual foi considerada, nestes últimos anos, a solidariedade ocidental. Em primeiro lugar, era necessário tornar consciente o fato de que o Ocidente não é mais uma concepção cartográfica, e nem mesmo cultural, em termos de tradição. Constitui-se, sim, em um universo econômico e numa forma de cooperação entre desiguais, em peso e motivações diretas. Nele coexistem — em posições às vezes assimétricas, é verdade — os Estados Unidos, a Europa Ocidental, a América Latina, o Japão e parte do Oriente, a África e o universo árabe-islâmico. A curto prazo, sua vulnerabilidade dá a impressão de ser óbvia, mas o equilíbrio de suas contradições é a segurança de sua preservação. Não é monolítico, mas é vital e suas águas se espalham e penetram nos lugares mais recônditos. Temos que aceitá-lo como é, pois, se procurarmos discipliná-lo, nos excluimos de sua participação. O respeito à opinião alheia, quer se trate de um indivíduo, quer de um povo, é a sua chave. Foi dentro dessa visão que o Governo procurou dar uma contribuição válida, e com ótica própria, aos problemas que o mundo ocidental enfrenta.

Examinado o quadro histórico em que foi planejada a política externa do Governo e o panorama internacional sobre o qual devia ela projetar-se, cumpre destacar as bases éticas de tal política.

A política externa do Governo Geisel esteve a serviço dos grandes objetivos permanentes do Brasil, isto é, da preservação da soberania nacional e do respeito ao pactuado, da promoção do desenvolvimento econômico e social do País e do homem brasileiro e da segurança nacional. Dentro desses objetivos amplos, moveu-se ela com sentido ecumônico e pragmático, procurando afinar-se com o pensamento e aspirações do povo brasileiro.

Quanto ao primeiro objetivo, nenhum arranhão ou vulneração dessa soberania nacional foi aceito pelo Brasil. Preservamo-la nos foros internacionais, quando sustentamos o princípio constitucional da solução dos conflitos por meios pacíficos; quando combatemos a prepotência nas relações internacionais e quando lutamos contra a cristalização do poder, que impede a ascensão de um número crescente de países aos mecanismos decisórios globais; quando defendemos o direito de o Brasil dispor de seus recursos naturais, sem aceitar imposições na gerência do que é nosso.

Nesse espírito, o Governo não reconheceu alinhamentos automáticos no quadro de nossas alianças; procuramos, soberanamente, distinguir os interesses legítimos e comuns dessas alianças dos que são próprios a cada potência.

Desse poder de julgar, de decidir e de agir em consequência nunca abrimos mão.

Também preservamos a nossa independência quando buscamos termos equitativos em nosso relacionamento bilateral. De outra parte e de modo especial, estendemos as mãos aos nossos numerosos vizinhos do aquém e do além-mar e injetamos o consequente dinamismo na cooperação com o Terceiro Mundo. A todos procuramos compreender, mas sem pretender julgá-los.

Quanto à promoção do desenvolvimento, o Itamarati pecaria contra seu dever e a modernidade de suas funções se não estivesse a serviço da política do progresso nacional. Cumpriu, assim, a Casa de Rio Branco com o papel que tem a política externa no campo econômico e comercial, na busca de novos mercados para os nossos produtos e na expansão de nossas vendas a mercados tradicionais, na captação de tecnologia e na promoção da exportação de serviços, em qualquer país do mundo, vizinho ou distante.

Do mesmo modo, esteve o Itamarati a serviço da segurança externa do Brasil. Além do campo próprio de atuação das Forças Armadas, esteio da segurança nacional, esta repousa também no quadro dos dois sistemas coletivos, da ONU e da OEA. O Brasil trabalhou a favor da paz, sempre que a viu ameaçada por situações diversas e participou, escrupulosamente, das negociações e debates naqueles foros.

Preservamos, ainda, a segurança do Brasil ao defendermos a intangibilidade dos acordos e tratados contra pressões estrangeiras. Na América do Sul, em face de riscos concretos, o Brasil concitou à paz, no interesse da boa convivência entre a família americana.

Eis o pano de fundo e os condicionantes em que se desenvolveu a política externa do Governo que acaba de fíndar. Propositadamente, não me quis referir, nestas palavras, que se dirigem principalmente à nossa Casa e aos seus integrantes, aos fatos que marcaram, muitas vezes, de forma incisiva, o desdobramento e as correções ocorridas na política externa brasileira.

De fato, a Mensagem presidencial que acaba de ser lida no Congresso me dispensa de dizer o que se fez no Itamarati, nos últimos cinco anos. Daí a minha preocupação exclusiva em explicar, aqui, o quadro e as motivações das medidas concretas tomadas, pelo Governo, no campo externo.

Nosso País é necessariamente complexo e se caracteriza por uma pluralidade de dimensões. De expressão portuguesa, com tudo o que isso implica, pertence simultaneamente ao Ocidente e ao Terceiro Mundo; tem o Brasil influência primordial na região em que está situado; possui notável diversidade étnica e é de convivência interna harmoniosa, o que o estimula a uma participação ativa e diversificada; faz parte das comunidades latino-americana e americana e é também de influência africana, o que lhe abre importante faixa de oportunidades de relacionamento.

Por fim — o que certamente deve ser destacado — é o Brasil a maior Nação católica do mundo, e Deus — qualquer que seja a imagem que dele se projete em outras partes do universo — há de ter o Brasil em seus cuidados e em suas bênçãos.

Seria incorreto definir o Brasil como parte de uma esfera de influência. Sua originalidade não permite mímicos nem soluções de dependência; continuará a crescer e tem o direito de dizer o que pensa e de dar contribuição autêntica aos diversos mundos com os quais mantém vínculos. Seu destino é o da convivência e o seu relacionamento com os demais países será cada vez mais dinâmico, independentemente do modo de organização, estágio de desenvolvimento, localização ou poder internacional de seus interlocutores.

A política externa brasileira não se submete à simplificação de que ela representa, simplesmente, a projeção inventarial de seu poder econômico e militar no campo externo. O poder projetado vai, a meu ver, além disso, pois arrasta as áreas — ou o poder das áreas — que podemos motivar.

Daí as correções setoriais e de planejamento inseridas na política exterior do Governo, do pragmatismo aliado às tradições éticas brasileiras.

A partir desse modelo, foram lançados, de forma gradual, novos conceitos, tendo como pontos de partida o reconhecimento de que os condicionantes externos do subdesenvolvimento são até mais determinantes que suas estruturas internas — quase sempre economicamente mistas e flexíveis — e podem levar certos países a posições de desespero, através de irrecorribéis reformas políticas.

Paralelamente, foram feitas correções setoriais nos mecanismos operativos de relacionamento externo, em várias áreas. Inscreve-se nesse quadro, por exemplo, todo o esforço no sentido de assegurar ao Brasil amplo e irrestrito acesso ao processo de transferência internacional de tecnologia.

Em cada uma dessas fases, críticas foram feitas à política externa, apesar de estar o Brasil adquirindo, a cada passo, maior agilidade internacional e capacidade de influir e, inclusive, a de ganhar, pelo voto, nos organismos internacionais, questões ligadas a seus interesses permanentes.

À medida que o quadro global da política externa se ia delineando, passava ela a ser compreendida, não se tendo constituído — é lícito dizê-lo — em matéria polêmica nas campanhas eleitorais. Creio que se pode concluir, portanto, que, se a política externa do Governo Geisel sofre ainda ataques de determinados setores, conseguiu ela sensibilizar a consciência nacional para a defesa dos interesses e da independência do País.

Senhor Ministro de Estado,

Entre os agradecimentos deve aparecer, como último, ainda que seja o mais profundo, o que agora faço ao Itamarati, aos seus funcionários, cuja contribuição inteligente, o apoio e a dedicação sempre me animaram nos momentos difíceis por que tive necessariamente que passar à frente desta Casa. Também de minha parte procurei compreendê-los e apoiá-los, em tudo que me foi possível.

Tenho aqui, ao meu lado, o Ministro de Estado que se empossa, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, meu caro e eminentíssimo amigo e companheiro de muitos anos, cuja colaboração lúcida e cujos conselhos me foram indispensáveis nos quatro primeiros anos de minha gestão. Devo dizer que nada me alegrou mais do que saber Vossa Excelência escolhido para suceder-me. A partir de hoje, o Itamarati estará entregue à inteligência lúcida e a competência de Vossa Excelência. Aqui, junto de nós dois, e de May, está Glória Guerreiro. Glória foi, para May e para mim, ao longo de nossas vidas, a amiga sempre presente, cujo convívio nos foi apoio constante, porque fundado na amizade.

Também aqui estão, como sempre muito próximos a mim, os Embaixadores Dário Castro Alves e João Clemente Baena Soares — ambos funcionários extraordinários — o primeiro que, como eu, se despede, e o segundo que assumirá as funções de Secretário-Geral, a segunda pessoa da Casa. A eles se somam os Chefes de Departamento, todos com invulgares atributos profissionais e pessoais e, de

forma comovente, os que trabalharam no meu Gabinete, os que partiram e aqueles que comigo permaneceram até o fim. Seria extremamente difícil poder expressar, na medida do que merecem, tudo o que a eles devo. Mas cada qual sabe que leva, dentro de si, a mensagem da minha admiração, do meu afeto e do meu agradecimento. Quando me refiro aos funcionários da Casa, falo de todos, sem exclusões, dos diplomatas, dos administrativos, do pessoal de apoio e dos mais humildes, que jamais me falharam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 83, de 1979, do Senador Lázaro Barboza, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 1977, de sua autoria, que dá nova redação ao art. 246 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria será desarquivada.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 4:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 84, de 1979, do Senador Dirceu Cardoso, solicitando o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 50, de 1978, de autoria do Senador Alexandre Costa, que extingue o Quadro de Pessoal CLT, aprovado pelo ato da Comissão Diretora nº 8, de 1976, e dá outras providências.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto a que se refere o requerimento que acaba de ser aprovado prosseguirá em sua tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Item 5:

**MATÉRIA INCLUIDA EM ORDEM DO DIA
PARA QUE O PLENÁRIO DELIBERE
SE DEVE TER PROSSEGUIMENTO
(§ 1º do art. 368 do Regimento Interno)**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, DE 1968

(de autoria do Senador Ney Braga)

Altera a redação do § 4º do art. 9º da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967.

Andamento:

22-2-68 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional e de Educação e Cultura.

30-4-70 — Lidos os Pareceres nºs 97-CCJ, pela constitucionalidade e juridicidade; 98-CSN, favorável e 99-CEC, favorável.

19-5-70 — Aprovado em 1º turno.

30-6-70 — Incluído em Ordem do Dia para discussão em segundo turno. Apresentada emenda, de autoria do Senador Eurico Rezende. A matéria volta às Comissões.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o prosseguimento da tramitação da matéria, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

Negada a tramitação, o projeto vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Ainda há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ocupamos hoje esta tribuna para falar de injustiças praticadas neste País contra ilustres homens públicos mineiros, merecedores todos eles da admiração, do respeito e da compreensão do povo brasileiro. E é claro que, hoje, analisaremos, apena, alguns deles.

Permito-me antes, Sr. Presidente, ler um trecho do livro de Fernando Pessoa, uma de suas poesias, antes de iniciar a falar desses homens públicos de Minas Gerais.

Ó sino da minha aldeia,
Dolente na tarde calma,
Cada tua badalada
Soa dentro da minha alma.

E é tão lento o teu soar,
Tão como triste da vida,
Que já a primeira pancada
Tem o som de repetida.

Por mais que me tanjas perto
Quando passo, sempre errante,
És para mim como um sonho,
Soas-me na alma distante.

A cada pancada tua,
Vibrante no céu aberto,
Sinto mais longe o passado,
Sinto a saudade mais perto.

Comecemos pelo lamentável caso que envolveu o eminente prof. Gerson Britto Mello Boson, ex-Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, compulsoriamente aposentado pelo autocrático AI-5, em 1969.

E qual foi a justificativa para a sua punição, sob todos os pontos de vista exequível?

Simplesmente "a de pretender exercer o cargo com um mínimo de dignidade", como ele mesmo diz, ou seja, tentar evitar que professores daquela Universidade — homens dignos, honestos e inocentes de quaisquer acusações — fossem punidos pelo AI-5.

Mas se a injustiça, tão palpável e ostensiva nesta ação, caracterizou e, mais do que isso, estigmatizou a sua exonerado sumária, o método como ela foi procedida atingiu as raias do absurdo.

Senão, vejamos: o ato que cassou o cargo do prof. Boson, baseado no AI-5, não foi referendado pelo então Ministro da Educação e Cultura, Sr. Tarso Dutra. Quem o afirma, Srs. Senadores, é o próprio ex-Ministro, hoje Senador Tarso Dutra, em carta ao prof. Gerson Boson, já inclusive publicada pela imprensa.

Proposto, pelo então Ministro Tarso Dutra, o arquivamento de investigações procedidas por Comissão Especial, conclusivas do afastamento compulsório do titulado, que era professor e Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais:

"A Junta Militar (Ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica) não aceitou a iniciativa ministerial e, com base no AI-5, aposentou o titulado em suas funções de professor, e consequentemente, cassou seu mandato reitoral.

O Ministro recusou-se a assinar o ato, que foi publicado, inobstante, com sua assinatura (datilografada) no *Diário Oficial*.

E aí é que eu chamo a atenção da Casa, Sr. Presidente: o ato foi publicado com a sua assinatura datilografada no *Diário Oficial*.

O Ministro endereçou exposição de motivos à Junta Militar, solicitando a republicação do ato sem a sua assinatura.

Não consta que, até a cessação das funções da Junta e, mesmo depois, haja sido feita a retificação proposta."

A atitude do Ministro Tarso Dutra foi, no caso, motivada pela ausência de razões que justificassem a punição de um Reitor altamente credenciado pela sua honorabilidade e exemplar conduta no cumprimento de seus deveres.

Os termos desta esclarecedora carta e a relevância do nome de seu signatário, por si só, sem necessitar mais de nenhuma outra argumentação, explicitam cabalmente como um homem inocente e um cidadão respeitável pode ser punido discricionariamente e até que ponto chega, num País dito civilizado, o poder ilimitado e draconiano de um regime.

Cassa-se o mais elementar direito de um cidadão, inocente acima de tudo, e mesmo esse ato cassatório, imoral e injusto, diga-se de passagem, mas que deveria, pelo menos, revestir-se de um mínimo resquício de legalidade — é forjado não se sabe por que mãos, vingativas por certo, não atendendo nem mesmo ao mais comezinho dos requisitos: a assinatura do Ministro titular, a que estava hierárquica e administrativamente subordinado o cassado. É verdade, Srs., isto de fato aconteceu!

Este é um dos mais intrincados e incríveis casos ocorridos neste País, atingindo um ilustre e competente professor e, à luz de qualquer bom senso e mesmo até do senso comum, só pode ser explicado se levarmos em conta a atmosfera de opressão que, naqueles sombrios e tristes dias, envolvia a Nação.

De toda essa monstruosa trama, tecida misteriosamente não se sabe em que câmara escura, contra um honrado e emérito mestre do saber e da cultura, dos mais brilhantes e conceituados de Minas, fica a lição — amarga, na verdade — de que os regimes totalitários geram, por sua própria dinâmica, as injustiças mais brutais e os erros mais bárbaros.

Mas não podemos, como homens civilizados e conscientes, aceitar esta abominável farsa, que destruiu um homem de bem, ruinou-lhe a vida moral e profissional e inflingiu-lhe ingentes sacrifícios financeiros.

Exigimos das autoridades deste País a reparação de seus direitos, lesados por um ato execrável que tanto mal causou àquele educador e, muito mais ainda, ao ensino e à cultura.

Falemos, agora de outros não menos ilustres mineiros, prescritos e injustiçados também pelos atos de exceção que pagaram as suas “penas”, sem nada dever e novamento se reintegraram ao seio da classe política, nesses tempos em que — esperamos — uma nova aurora parece prenunciar o renascer do Brasil, deixando para trás o negrume do obscurantismo, tempos estes que estão sendo conquistados, não como dádivas dos detentores do poder, mas pela vontade autêntica e expressa do povo brasileiro.

Falamos, Srs. Senadores, de democratas convictos, os quais contribuíram com seu esforço, trabalho e talento, para o desenvolvimento e os interesses superiores de nosso Estado e que foram cassados, sumariamente, em seus direitos políticos.

E Sr. Presidente e Srs. Senadores, na minha fala não quero nem me referir ao então Vice-Presidente da República, Dr. Pedro Aleixo, que o Ato Adicional nº 12, impediu que assumisse a Presidência da República.

Há poucos dias, em memorável solenidade realizada em Belo Horizonte, à qual não pudemos comparecer, por estarmos em Juiz de Fora, diligenciando gestões junto às autoridades visando libertar estudantes universitários presos, o MDB mineiro filiou a seus quadros, numa comovente confraternização, personalidades como: Sílvio da Cunha, Edgard da Mata Machado, Celso Passos, Milton Reis, Wilson Modesto e Jorge Carone Filho.

Num elo telúrico entre o homem e o meio, também Minas “garimpa” os seus homens públicos, lapidando-os, selecionando-os, com o devido esmero, como na bateia, o garimpeiro intrépido, no sol a pino e em sua árdua e diária faina, procura as pedras preciosas.

Aí estão eles de volta à convivência e ao meio dos democratas sinceros, a esta trincheira democrática que é o MDB.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Com muito prazer, nobre Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — O discurso de V. Ex^e, com muito desassombro, reflete o obscurantismo de uma época e me faz lembrar a punição, por Ato Institucional, por conseguinte, também, inteiramente sumária, sem direito de defesa, de vários cientistas do “Instituto Osvaldo Cruz”, que foram afastados daquele núcleo de alta pesquisa científica, causando imenso prejuízo à cultura brasileira.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Muito obrigado, nobre Senador Humberto Lucena. É exatamente o que trago, hoje, à Tribuna, lembrando inicialmente, como disse, o problema do ex-Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Professor Gerson Besson. E trazendo agora, ao Senado Federal, esta festa de confraternização que o MDB mineiro realizou há poucos dias em Belo Horizonte. Muito obrigado a V. Ex^e pela sua intervenção.

O Sr. Adalberto Sena (MDB — AC) — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Ouço, com muito prazer, o nobre Senador Adalberto Sena.

O Sr. Adalberto Sena (MDB — AC) — O aparte do nobre Senador Humberto Lucena, referindo-se particularmente ao caso dos nossos cientistas, brutalmente afastados até de suas cátedras, por atos injustos e até muitas vezes em consequência de intrigas soezes, fez-me lembrar um discurso aqui pronunciado pelo Senador Franco Montoro, em que ele reclamava contra um caso de um cientista brasileiro que, afastado de sua cátedra, tinha sido quase que imediatamente aproveitado por ato do governo francês, — que, aliás, naquela época nem era um governo socialista, pelo contrário, tinha tido uma vitória sobre o socialismo, — aproveitado numa das universidades da França. E faz-me lembrar, também, uma proposta feita na Comissão de Educação e Cultura, pelo mesmo Senador Franco Montoro, no sentido de que essa Comissão se empenhasse por averiguar todos esses casos dos cientistas afastados e de promover medidas ou lembrar ao Governo providências para que essa situação não perdurasse mais. V. Ex^e deve se lembrar que essa iniciativa ficou parada na Comissão de Educação e Cultura, na última vez, e cheguei até a dar um voto contrário ao parecer do Senador Jardim Passarinho, que achava que a Comissão não tinha meios, embora considerasse simpática a idéia, de tomar as providências alvitadas pelo Senador Franco Montoro. Cheguei a dar um voto contrário, entendendo que a Comissão tinha meios, e, modestamente, expus os meus argumentos. Espero que agora, nesta época, em que se fala em anistia de um modo geral e que se deseja, como desejamos, uma anistia ampla, não se deixe de dar ênfase a esse caso dos cientistas que foram afastados, porque o problema deles não é somente um problema político — como disse o nosso colega Humberto Lucena — mas sim um problema que traz prejuízos enormes às nossas universidades, a ponto de pertermos, como naquele caso, que não é o único, professores que estão dando a sua contribuição a outros países, como se fôssemos — e aqui quero relembrar, também, um aparte do Senador Paulo Brossard, lembrando o que havia dito Renan, na França, a respeito da expulsão do Brasil do Sr. Silveira Martins, em que ele disse que o Brasil ou era um País de gênios, para dispensar um homem como aquele, ou, então, era um país de nêscios, para chegar a uma atitude daquele quilate. Muito obrigado a V. Ex^e.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Muito obrigado pela intervenção de V. Ex^e, nobre Senador Adalberto Sena e pela a referência de V. Ex^e, nobre Senador Humberto Lucena acerca dos cientistas brasileiros. Num País carente de cérebros, recordo-me, também, que na Comissão de Educação e Cultura, ao lado de V. Ex^e, do Senador Evelásio Vieira e do Senador Franco Montoro, nós defendímos, realmente, um reexame da situação desses cientistas brasileiros, que foram cassados pelo famigerado Ato Institucional nº 5.

Muito obrigado a V. Ex^{ts}s, Senadores Adalberto Sena e Humberto Lucena.

E continuando, Sr. Presidente:

Aí estão eles de volta à convivência, ao meio dos democratas sinceros a esta trincheira democrática que é o MDB.

Retornam de uma longa e penosa hibernação — a que o arbítrio e a prepotência, consolidados nos atos de exceção, os atiraram.

E com eles, muitos outros também, como Clodsmidt Riani, Deputado e líder sindical, no "tortuoso e difícil caminho da democracia", nesses longos 15 anos de opressão, quedaram-se em suas jornadas.

E aqui, Sr. Presidente e Srs. Senadores, quando menciono este grande Líder Sindical, Clodsmidt Riani, da minha terra, em Juiz de Fora, para dizer do caráter desse moço que procurado na época pela Revolução lá se apresentou e, durante seis anos ficou preso, só na Ilha Grande permaneceu quase dois anos. Grande líder sindical, homem de bem, que após a sua prisão retornou às suas atividades na Companhia Mineira de Eletricidade e foi, por incrível que pareça, Sr. Presidente, defendido por aqueles diretores que jamais viram no grande líder sindical Clodsmidt Riani, um homem de extrema-esquerda, mas um homem que sonhava também nesta Pátria com o sindicalismo livre, fora da intervenção do Ministério do Trabalho.

Deixo aqui, também, consignado a Clodsmidt Riani, homem de Juiz de Fora, as nossas homenagens por tanto que sofreu nas prisões deste País e que hoje lá, na nossa Cidade, labuta ao lado de sua família, com a cabeça erquida, cheio de fé e de esperança neste País.

Pagaram por isso.

Sofreram. E nem por isso desceram da paz e do pacifismo do povo.

Edgar da Mata Machado nos diz: "A paz é isto: o povo quer viver numa ordem tranquila e justa. Isto é paz."

Foram perseguidos. Nem assim a sua crença na justiça desvaneceu. Bem ao contrário, recrudesceu em seus corações o conceito de justiça, que, momentaneamente, pôde ser perturbado, porém jamais amordaçado.

O arbítrio os calou, na verdade. Mas não a consciência democrática que os anima e que ecoa — como sempre ecoou, desde Tiradentes — das montanhas de Minas para toda a nacionalidade.

Agora, o MDB, que enfatiza a sua luta e suas preocupações na anistia, condição da pacificação da família brasileira, os acolhe e os abriga de braços abertos, fraternalmente.

E os recebemos com aquela efusão de irmãos a longo tempo separados, mas nem por isso menos saudosos do seu convívio cordial e da sua presença imprescindível.

Não importa saber de onde vêm, a que Partido, no passado, pertenceram. Alguns talvez não perfilaram nos quadros do Movimento Democrático Brasileiro.

Não importa! A casa é deles. O que importa é saber que comungamos os mesmos ideais cívicos.

Defendemos, intransigentemente, a liberdade, a democracia, a justiça social, a redistribuição equânime da riqueza nacional, o combate à miséria e ao subdesenvolvimento, os sagrados direitos dos trabalhadores.

Importa dizer — repetimos — que a casa é deles, porque o filho pródigo à casa torna, que a nossa democracia precisa deles, de suas experiências, de suas vivências políticas.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Permite V. Ex^t um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Ouço V. Ex^t, com muito prazer.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Nobre Senador Itamar Franco, congratulo-me com V. Ex^t e associo-me à sua, também minha modesta solidariedade a todos aqueles brasileiros que foram sacrificados sob o guante do arbítrio. Atravessamos, nestes anos todos, um túnel de trevas e anseia-se por uma fresta de

luz, ao menos. Ao mesmo tempo em que o MDB do seu Estado, do grande Estado de Minas Gerais, recebe, de braços abertos, em uma festa cívica, os cassados, os sacrificados arbitrariamente, também o MDB do meu Estado prepara-se para receber eminentes brasileiros que também foram submetidos a um processo de injustiça e que integrados conosco nesta luta pela democracia, sem dúvida nenhuma, estaremos juntos de braços dados, passo a passo, buscando-a. Permite-me V. Ex^t que, rapidamente, cite apenas alguns nomes do meu Estado que estão sendo, agora, recebidos em festa, também, pelo MDB. São eles: o ex-Senador Pedro Ludovico Teixeira; o ex-Governador Mauro Borges Teixeira; o ex-Prefeito de Goiânia Iris Resende Machado; o ex-Senador João Abraão; ex-Deputados Federais: Pedro Celestino, Paulo Campos; Antônio Magalhães; Almir Turisco; ex-Deputados Estaduais: Eurico Barbosa; Manoel Brandão; Valterino Cunha; Olindo Meireles; Cristóvão do Espírito Santo; Bianor Barbosa; do ex-Prefeito de Anápolis José Batista Jr.; ex-Secretário de Estado Ari Demóstenes; o ex-Desembargador Hamilton Velasco. E me permita V. Ex^t que eu cite aqui, fazendo coro às palavras do ilustre Senador Humberto Lucena, o nome de Juscelino Kubitschek de Oliveira, do seu grande Estado e também cassado arbitrariamente, como representante do meu Estado, nesta Casa. Muito obrigado.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Muito obrigado, Senador Henrique Santillo. Ontem, em Minas Gerais; hoje, no seu grande Estado de Goiás, essa festa de confraternização. A nossa esperança, Senador Henrique Santillo, é que um dia, que não há de tardar, neste País se faça a festa dos ressentimentos esquecidos e haja, através da anistia, o perdão e, através da anistia, a Nação possa conciliar-se. Muito obrigado a V. Ex^t, pela sua intervenção.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Permite V. Ex^t um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Ouço, com muito prazer, V. Ex^t, Senador Evelásio Vieira.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Senador Itamar Franco, quantos equívocos, quantas injustiças! É por isso que o MDB, permanentemente, clama por anistia, por perdão.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Muito obrigado, Senador Evelásio Vieira. E a esperança, Senador Evelásio Vieira, de que, realmente, a anistia não pode mais tardar. Há pouco, o Senador Henrique Santillo lembrava o Senador Juscelino Kubitschek de Oliveira. Não precisamos buscar exemplos muito longe da nossa História, para lembrar apenas o exemplo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, que, mesmo com a Revolta de Araracás e de Jacaréacanga, soube, imediatamente, perdoar aqueles oficiais, e muitos deles puderam atingir ao topo da sua vida militar. Juscelino Kubitschek de Oliveira foi o homem que soube perdoar. E estamos certos também que o atual Presidente da República — ainda me recordo uma passagem descrita pelo grande Otávio Magabeira, quando dizia que encontrou numa das fusões do Rio de Janeiro quando para lá foi conduzido o então Coronel Figueiredo, pai do ilustre Presidente da República João Baptista Figueiredo. Então Sua Excelência o Senhor Presidente da República tem, no próprio lar, o exemplo da necessidade de dar a esse País com a maior urgência a anistia, o perdão para que a Nação possa se reconciliar.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL) — Permite V. Ex^t um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Com muito prazer, nobre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL) — Quero confessar ao eminente amigo que, desta vez, é apenas a ponte, porque eu quero me dirigir mesmo ao nobre colega por Goiás, Senador Henrique Santillo. É que ele fez referência ao ex-Governador Mauro Borges, e eu sou muito ligado a Mauro Borges, primeiro, pela nossa origem militar; segundo, porque fomos Governadores na mesma época; e,

terceiro, por um motivo muito maior: É que eu mal iniciava o Governo no meu Estado, quando houve uma enchente particular de Alagoas, não como essa agora — uma enchente brasileira, foi somente alagoana, mas os nossos dois maiores rios inundaram e trouxeram dificuldades enormes ao Governo para abrigar, prover subsistência a milhares de desabrigados famintos. Apelei para as autoridades, mas antes que chegasse qualquer socorro, para surpresa minha, veio um avião de Goiás, um DC-3, enviado pelo então Governador Mauro Borges, lotado de alimentos, medicamentos e até um médico para socorrer o seu colega de Alagoas que, no momento, lhe aparteia. Portanto, nesta oportunidade, não posso deixar de dizer da minha grande alegria por ver restituído aos seus direitos políticos o grande Governador, o grande patriota, o grande coração que é Mauro Borges. Muito obrigado.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Muito obrigado, Senador Luiz Cavalcante, quando se refere ao grande Governador que foi Mauro Borges. Como servi apenas de ponte para V. Ex^e, consultaria o Senador Henrique Santillo se gostaria de, utilizando-se dessa ponte, transmitir, por certo, a sua palavra.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Para, também desculpando-me, ilustre Senador Itamar Franco, e agradecendo ao nobre Senador Luiz Cavalcante, afirmar que, para honra nossa, o ex-Governador Mauro Borges Teixeira, por este motivo e outros, há de ser, a partir de julho deste ano, Presidente do nosso Partido, em Goiás.

O SR. Leite Chaves (MDB — PR) — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Com prazer.

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — Como os demais companheiros seus, congratulo-me com V. Ex^e. Realmente estamos assistindo à volta ao nosso Partido, de companheiros que já estavam no Brasil, mas que não estavam, ainda, em condições de realizar suas vocações no exercício de cargos eletivos. Quatro deles, que eram Deputados, no Paraná reingressaram no MDB recentemente. Um deles foi o ex-Deputado Leo de Almeida Neves, outro ex-Deputado Renato Celidônio, o ex-Deputado Jacinto Simões e o ex-Deputado Walter Pecoits. Todos voltam sem mandato, um pouco mais envelhecidos. O último deles, o Deputado Walter Pecoits, além de voltar sem o mandato, volta sem um dos olhos; perdeu-o na violência. Mesmo Deputado, preso pela Polícia do Paraná, na época em que era Governador o atual Governador Ney Braga, foi vítima de uma das violências inomináveis no meu Estado. Preso, indefeso, sem qualquer proteção, teve o olho violentado pelo cano de um revólver de um policial. Estão voltando, sem mágoas, sem amargura, mas com a grande consciência do instante em que vivem, e com redobrado desejo de servir, de servir ao seu Estado e de servir ao País e, sobretudo, de servir a um regime que não seja o regime da excepcionalidade. No instante em que V. Ex^e trás à baila esse assunto, não podemos nos esquecer dos exilados, são cinco mil que estão sofrendo angústias e alguns deles morrendo no exterior. Uns, pelo suicídio como já tivemos oportunidade de dizer aqui no Senado, citando publicação recente de uma jornalista, que não foi contestada pelo Governo. Cinco mil exilados, segundo o livro, vivem as mais duras penas na amargura do exílio. Ontem quando interpelávamo o ex-Ministro das Relações Exteriores e nós nos atinhamos a um ponto da sua descrição histórica sobre a origem dos Estados Unidos, nós concordávamos com ele que os Estados Unidos têm sido ao longo dos anos um país violento em determinados problemas. Mas eu fazia questão de observar que era um povo ilimitado na sua capacidade de perdão e de reidentificação. Lembrava-me que mesmo depois da Guerra de Secessão — uma das mais violentas dos Estados Unidos — quando a paz se fez, quando a paz foi selada, os vencedores admitiram que os vencidos ficassem com os rifles, com as suas próprias armas. Mostramos que mesmo depois de uma guerra violenta com o Japão, reidentificaram-se com esse país, do qual são grandes amigos hoje. Até mesmo com a Rússia e com a China de que

eram inimigos inconciliáveis, até recentemente, hoje negociam, comerciam e realizam experiências conjuntas, inclusive no espaço. Pois aqui no Brasil, onde houve uma revolução desta natureza, de caráter discutível, — que, aliás, nós negamos que seja revolução, porque foi um movimento de concentração de privilégios — pois veja V. Ex^e, quando isso ocorre, a despeito dos tempos, dos sacrifícios, das contingências determinarem nova realidade, continuamos a assistir a esse drama dos exilados e dos cassados. E neste momento o Presidente da República, o atual Presidente da República, na maior demonstração de demagogia já vista em todos os tempos convoca todos os Ministros e segue para o Maracanã, para um jogo, sob o pretexto de atender às vítimas de Minas Gerais. O Governo teria outras condições para o atendimento. A finalidade daquela presença é realmente uma demagogia desenfreada, quando realmente o que se carece é o apaziguamento da Nação, com a reformulação imediata desses atos de excepcionalidade. Congratulo-me com V. Ex^e por seu pronunciamento na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Peço ao nobre Senador Itamar Franco não permita mais apartes, uma vez que S. Ex^e tem apenas 3 minutos para concluir o seu discurso.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Pediria licença à Presidência apenas para conceder aparte aos Senadores Evelásio Vieira e Saldanha Derzi, e, em menos de 5 minutos, estarei encerrando a minha fala, com a autorização de V. Ex^e.

Concedo o aparte ao nobre Senador Evelásio Vieira.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Senador Itamar Franco, V. Ex^e tem sido muito feliz, alcançado grande rendimento nas suas abordagens nesta Casa. A manifestação de V. Ex^e, nesta tarde, provoca uma ponte entre o Senador Luiz Cavalcante e o Senador Henrique Santillo, a ponte da solidariedade e da compreensão. Essa ponte poderá e deve ser aumentada. Que o Senador Luiz Cavalcante não seja, na outra margem, apenas um pilar, mas que tenha, na outra margem, em cada Senador arenista, em cada Deputado arenista um pilar para a grande ponte que vai possibilitar a passagem para que todos aqueles que foram injustiçados pelo regime da força possam reintegrar-se na sociedade brasileira. Era o registro que tínhamos a fazer, diante dessa ponte constituída e que precisa ser ampliada, para o próprio interesse do Brasil, a fim de alcançarmos a reconciliação que desejamos, que queremos e que o Brasil precisa.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Muito obrigado, nobre Senador Evelásio Vieira, por esta intervenção de V. Ex^e.

Ouço o Senador Saldanha Derzi.

O Sr. Saldanha Derzi (ARENA — MS) — Senador Itamar Franco, os discursos de V. Ex^e, como sempre, são brilhantes, dado à sua inteligência. Lamentavelmente faço pequeno reparo, e V. Ex^e vai servir de ponte novamente. Lamento o exagero do eminent e nobre Senador Leite Chaves. Exagerado nas acusações e exagerado nos elogios. Exagerado nas acusações, quando diz que temos mais de 5 mil exilados. Ora, a Nação inteira sabe, absolutamente, que isso não é verdade. Se S. Ex^e tirasse dois zeros desses 5 mil, acredito que se aproximasse, mais ou menos, da realidade. E novamente exagerado, quando, embora fosse uma sessão secreta, ontem com o Ministro Azeredo da Silveira, o representante paranaense teceu muitos elogios às benesses, ao coração, à bondade do americano, dizendo que, na Guerra de Secessão, o nortista tinha realmente atendido bem ao sulista, o que não é verdade, e respondendo brilhantemente o Ministro Azeredo da Silveira, asseverando que não houvera maior crueldade, maior exagero na repressão por ser um sulista, do que aquela praticada pelo nortista americano. Realmente, o nortista massacrou o sulista americano, embora alguns pudesssem permanecer com sua arma. Foi realmente uma crueldade o que o americano do norte cometeu, naquela ocasião, contra os seus irmãos sulistas. Quanto a esse gesto de generosidade do eminente Presidente João Baptista Figueiredo, ele não está sendo bem interpretado pelo Senador Leite Chaves. O eminente Presidente

da República quis demonstrar ao Brasil que havia necessidade de o povo brasileiro dar uma demonstração de solidariedade àqueles patrícios nossos que estão sofrendo com efeitos da vasta enchente que assolou Minas Gerais, Estado do Rio, Espírito Santo, Bahia e Sergipe. A presença do Chefe do Governo nessa festa de solidariedade ao povo brasileiro, aos brasileiros atingidos, vítimas dessa catástrofe, a presença do Chefe do Governo no Maracanã nesse jogo benéfico tem o sentido de solidariedade. Portanto, é um gesto nobre do eminente Presidente da República que, realmente, por instinto, é um homem popular, é um homem simples, humano como nós, um homem que sentiu, desde moço as agruras de ter seu pai em desterro, no exílio, pois sofreu as consequências de um regime de força. Por isso o Senhor Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo quer fazer deste País uma verdadeira democracia. Por conseguinte, gestos como este do Presidente da República deviam ser elogiados por todos os brasileiros, por todos os políticos e por todos os homens públicos, porquanto Sua Excelência está dando um exemplo de solidariedade aos patrícios necessitados neste momento.

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — Permite V. Ex^e um aparte, nobre Senador?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Peço ao nobre Senador Leite Chaves que acate a decisão da Mesa, porquanto há seis oradores inscritos, e V. Ex^e é um deles.

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — Serei breve, Ex^e

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo ao Senador Itamar Franco cinco minutos para concluir o seu discurso.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Sr. Presidente, dou um minuto ao Senador Leite Chaves para o seu aparte, e terminarei meu discurso prontamente.

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — Senador Itamar Franco, quando digo que há cinco mil exilados é porque um livro recente, divulgado no País o diz. O livro se chama "Os Exilados". Foi editado recentemente, e está à venda em todas as livrarias. A sua autora chama-se Cristina Pinheiro. Trouxe esse livro a Plenário e sobre ele fiz um pronunciamento nesta Casa, e não houve contestação de quem quer que seja. Muito obrigado a V. Ex^e

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — É preciso, mais do que nunca, nesta hora, "colher a rosa sem matar a roseira", como dizia o grande Otávio Mangabeira.

E porque sabemos, como Mata Machado, que "nossos pensamentos estão com os que deram sua confiança à fraqueza de uma causa justa e recusaram dobrar-se à evidência da força vitoriosa", prestamos a eles e a todos os que sofreram as mais terríveis injustiças, as nossas homenagens, peregrinos que são de uma nova jornada. A jornada, como dizia o saudoso Milton Campos, que haverá de deixar "livre a consciência dos cidadãos, porque na bela definição de um pensador francês, a democracia é o reino das consciências".

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evandro Carreira.

O SR. EVANDRO CARREIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. PRESIDENTE (João Bosco) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins, como Líder da Maioria.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O objetivo que viso, neste momento, é apenas trazer aos colegas do Senado o meu pedido de desculpas pelo que ocorreu hoje, por ocasião da fala do nobre Senador Evandro Carreira.

De modo nenhum houve, de minha parte, a intenção de prejudicar a exposição de S. Ex^e. Muito pelo contrário, o meu objetivo foi o de cooperar para esclarecer os importantes assuntos que estavam sendo levantados, no momento, por S. Ex^e

Estou convencido de que as diretrizes emanadas da Presidência da República, complementadas pelos conceitos relativos à política de desenvolvimento regional do Ministério do Interior, são absolutamente consentâneas com as aspirações das populações, tanto do Nordeste como do Centro-Oeste e da Amazônia. No que concerne à Amazônia estou certo de que aquelas diretrizes, quanto ainda gerais, são de grande alcance. O que S. Ex^e o Sr. Ministro do Interior de início preconiza é a criação de uma empresa governamental que possa, sem a influência naturalmente mais imediata, seja de empresas nacionais ou de empresas estrangeiras, estabelecer um *modus faciende* de ocupação da Amazônia, de modo a reduzir as nossas preocupações e a satisfazer as aspirações não só da população amazonense mas de todo o País.

Áreas foram escolhidas pelo processo RADAM, contra o qual S. Ex^e se rebela, sem razão, porque se trata apenas de um método, de uma técnica de levantamento. A sugestão do Ministério do Interior é que essas áreas sejam submetidas a experiências, porque, na realidade, não há entre nós, nem no mundo, experiência de ocupação de um espaço tão amplo, tão extenso e importante, como aquele, que possa nos orientar para a definição *a priori* dos caminhos a seguir. Essa é a verdade.

Por outro lado, penso que os apartes solicitados pelos colegas são instrumentos importantes para compor o diálogo que esclarece. S. Ex^e fala sobre o debate de idéias; tenho a impressão de que o campo natural do debate é este plenário. E jamais poderemos debater idéias se não nos acostumarmos ao diálogo. S. Ex^e poderia também lembrar-se de que há um direito que lhe assiste: o de a qualquer momento, solicitar a presença de Ministros nesta Casa. Tenho a certeza de que os Ministros atenderão com satisfação a esses pedidos, porque é intenção do Governo e, portanto, dos seus auxiliares diretos, ouvir e servir ao povo brasileiro.

Tenho absoluta certeza de que sendo esta uma casa de debates, dela aprenderei a lição do diálogo, do entendimento e da cooperação e, sobretudo, do respeito, no mais alto nível, no nível compatível com a dignidade do Senado Federal. Obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (João Bosco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Cumprindo o programa de atividades que traçou, a Comissão Parlamentar de Inquérito, que trata do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, se deslocará de Brasília com destino a Angra dos Reis, segunda-feira, dia 9, devendo viajar no avião das 7:30 da manhã daquele dia e visitar, segunda-feira mesmo, a grande fábrica de componentes nucleares de Itaguaí; no dia seguinte, visitaremos o complexo nuclear de Angra dos Reis; e na quarta-feira, as obras da futura usina de enriquecimento e reprocessamento de urânio.

Sr. Presidente, quero registrar que a nossa Comissão se deslocará com a seguinte constituição: na Presidência o nobre Senador Itamar Franco; Relator, o nobre Senador Milton Cabral, seus membros: os nobres Senadores, Passos Pôrto, Jarbas Passarinho, João Bosco, Evandro Carreira, Franco Montoro, João Calmon, e o Senador que ora lê a comunicação, e o Deputado Horácio Ortiz; como Secretário: Ary Feliciano de Araújo; Convidados: os Professores e Cientistas Nucleares: José Goldemberg, Luiz Pinguele Rosa, Professor da Universidade do Brasil do Rio de Janeiro, Dr. Paulo Alcântara.

ra Gomes, da Comissão de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dr. Luiz Fernando Oliveira, Engenheiro Nuclear, na especialidade de segurança de reatores; Dr. Luiz Roberto Miranda, especialista em corrosão de metais; Dr. Anselmo Páscoa, especialista em efeitos de irradiação, sendo que cinco são do Rio de Janeiro e o Dr. José Goldemberg, ilustre cientista nuclear, da Universidade de São Paulo, que se deslocará daquela Capital e encontrar-se-á conosco no Rio de Janeiro para a vista ao Complexo de Angra. Também integrarão a Comissão, oito jornalistas de todos os jornais que deram cobertura aos trabalhos da Comissão, desde que ela se iniciou; um técnico do Serviço de Rádio e Som do Senado. E, Sr. Presidente, convidado por FURNAS, o Subchefe da Casa Civil, Dr. Alberto Cunha, também integrará a Comissão em visita à Usina Nuclear, como um representante do Poder Executivo.

Assim, Sr. Presidente, não quero mais me alongar.

Segunda-feira próxima o Senado, através da nossa Comissão, vai tomar parte numa visita que é o descortinamento do mundo de amanhã. Com a visita que faremos, sob a Presidência do ilustre Senador Itamar Franco, ao descortinamento de uma nova época, começaremos a ser contemporâneos do futuro deste País.

Sr. Presidente, outra comunicação que desejava fazer, rapidamente, era a de que, hoje, tomei parte numa cerimônia de condecoração, com a Ordem do Mérito Militar, ao ilustre Desembargador Carlos Fernandes Aboudib, do Tribunal de Justiça do meu Estado, o Estado do Espírito Santo, que foi honrado com uma comenda atribuída pelo Superior Tribunal Militar, que honra a Justiça do meu Estado naquela pessoa do Desembargador, que tem, também, sido um dos vultos eminentes da judicatura e da magistratura do meu Estado.

Eram essas as comunicações que desejava fazer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (João Bosco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Estamos seguramente informados de que a Zona do Curimataú, na Paraíba, constituída, no todo ou em parte, dos Municípios de Cuité, Barra de Santa Rosa, Picuí, Frei Martinho, Pedro Lavrada, Cubati, Solânea, D. Inês, Cacimba de Dentro, Araruna, Tacima, Caiçara, Belém, Duas Estradas, Lagoa de Dentro e Serra da Raiz, está sofrendo os efeitos da seca, diante da prolongada estiagem, numa época do ano que normalmente é de chuva.

O Curimataú é, ao meu ver, a área mais seca da zona semi-árida do meu Estado. Há locais em que não se encontra água num raio de setenta a cem quilômetros quadrados.

O Governo tem procurado, num esforço descontínuo, sem atender a qualquer planejamento racional, construir, ali, algumas obras de pequeno porte, relacionadas com desobstrução de tanques e pequenos açudes públicos e até particulares.

Enquanto isso, alguns projetos, há muito definidos, são marginalizados, com o constante adiamento de sua execução.

É o caso por exemplo, do açude público "Cacimba da Várzea", no Vale do Rio Curimataú, cuja área de terra necessária à sua construção, foi declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, numa extensão de três milhões, novecentos e noventa e seis mil e oitocentos metros quadrados (3.996.800 m²), pelo Decreto nº 1.466, de 1º de outubro de 1962.

Os seus projetos e orçamentos tinham sido aprovados pela Portaria nº 400 de 20 de junho de 1962.

O interesse das populações locais, pela sua construção, é de tal porte, que os proprietários da referida área decidiram fazer a sua doação ao Governo, por escritura pública, em 1959.

Apesar disso, porém, aquela obra não foi realizada. Diante dos nossos sucessivos apelos às autoridades, o DNOCS tomou algumas providências visando à sua execução, como por exemplo o roço do

terreno, a abertura de uma estrada de acesso à Bacia Hidrográfica e, bem assim, a edificação de alguns prédios destinados à instalação do escritório, do almoxarifado e à residência do pessoal de obra.

De repente, porém, sem uma explicação plausível, a obra foi suspensa.

Já em 1965, diante da morosidade das providências governamentais, dirigimo-nos ao então Diretor-Geral do DNOCS, Engenheiro Stanley Fortes Baptista que, em resposta, encaminhou-nos a seguinte carta:

"Em atenção à solicitação verbal de V. Ex^ª, no que diz respeito ao Açude Cacimba da Várzea, informo:

a) O Programa de trabalho previsto para o Açude Cacimba da Várzea, é o constante do quadro anexo;

b) Como se pode ver, ainda não será atacada a barragem propriamente dita, de vez que, presentemente, os esforços estão concentrados nos trabalhos de conclusão dos açudes Serra Branca e Jatobá II;

c) Entretanto, com o recebimento do equipamento pesado recém adquirido nos Estados Unidos da América, o 2º Distrito de Obras (Paraíba), terá condições, em 1966, de atacar com maior intensidade os outros três açudes ora em andamento: Cacimba da Várzea, Cruz de Pocinhos e Riocho de Santo Antônio.

Espero ter satisfeito o pedido de informações de V. Ex^ª."

Posteriormente, decorridos mais onze anos, atendendo a nossa reivindicação da Tribuna da Câmara, por ocasião da seca que em 1976 se abateu sobre o Curimataú paraibano, o Sr. Ministro Rangel Reis, autorizou o reinício dos trabalhos de construção do açude "Cacimba da Várzea", providência administrativa que não chegou a surtir maiores efeitos, pois, por razões até hoje inexplicadas, a obra foi mais uma vez paralisada. Após reclamação que lhe fizemos, aquele titular do Ministério do Interior informou-nos que mandou incluir o mencionado açude público no orçamento específico do DNOCS, para 1979.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex^ª um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Com prazer, ouço V. Ex^ª

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador Humberto Lucena, desejo solidarizar-me com V. Ex^ª pelo pronunciamento que faz em benefício da Zona do Curimataú. Dou o meu testemunho de que aquela é uma das zonas mais sofridas do nosso sertão, por isso urge, que esses açudes seja, construídos, principalmente o da Cacimba da Várzea, pois ele é, realmente, uma necessidade para aquela região. V. Ex^ª bem sabe que a água representa a esperança e a única solução dos problemas naquele sofrido sertão. Parabéns a V. Ex^ª

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — Agradeço a valiosa contribuição de V. Ex^ª a este meu rápido pronunciamento e espero que, V. Ex^ª com o prestígio que desfruta, junto às altas autoridades do setor competente, possa ajudar-me nessa tarefa de conseguir abreviar o início da construção dessa obra de açudagem.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Ex^ª é muito bondoso. É claro que meu prestígio é igual ao de V. Ex^ª, mas pode contar com minha cooperação nessa nobre missão de ajudar o sertão nordestino, o sertão de V. Ex^ª

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB) — V. Ex^ª terá, então, o reconhecimento de uma numerosa população que aguarda há tanto tempo, a execução dessa obra.

Diante disso, Sr. Presidente, vimos solicitar ao Sr. Ministro do Interior que, ao lado de outras medidas destinadas a amparar as populações atingidas pela seca nos municípios que integram o Curimataú, na Paraíba, determine a imediata construção do açude públi-

co Cacimba da Várzea, pois, ao mesmo tempo que assegurará trabalho a centenas de pessoas desempregadas pela seca, começará a se concretizar um plano de aproveitamento integrado do vale do Rio Curimataú.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (João Bosco) — Não há mais oradores inscritos.

A Presidência, nos termos do art. 197, alínea "b", do Regimento Interno, designa para segunda-feira próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

TRABALHOS DAS COMISSÕES

O SR. PRESIDENTE (João Bosco) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 25 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVELÁSIO VIEIRA NA SESSÃO DE 5-4-79 E QUE, ENTRE-GUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É difícil negar a importância do desenvolvimento econômico e social. Acreditamos mesmo que ninguém, em sã consciência, duvida que este seja um objetivo nacional permanente e inofensável. Quer dizer, até aí todos estamos de acordo.

No entanto, quando é chegado o momento de estabelecer o estilo desse desenvolvimento, ou seja, na hora de definir prioridades, é que surgem as diferenças.

Nos últimos anos, em nosso País, a prioridade foi no sentido de privilegiar o consumo de bens duráveis, em atendimento a uma distribuição de rendas bastante concentrada em reduzidas camadas da população.

O resultado disso, como não podia deixar de ser, foi um desenvolvimento econômico e social profundamente elitista.

A crise desse modelo ganhou cores vivas a partir de 1973, muito embora tenha sido um tanto quanto dissimulada pelo realinhamento internacional dos preços do petróleo.

Muitas, Sr. Presidente, foram as fórmulas postas em prática para superar o impasse. Todas, porém, sem exceção, até mesmo aquelas voltadas para o desaquecimento da economia, padeceram sempre do mesmo mal, de querer saltar por cima do problema, garantindo assim a continuidade do modelo.

Faltou, porém, a necessária revisão de todo o aparato de apoio à produção industrial sofisticada, aparato esse alicerçado em incentivos os mais diversos — fiscais, creditícios, de reserva de mercado, de contingenciamento da produção, de transporte subsidiado, de dispêndios públicos com infra-estrutura, para só citar aqueles que, no momento, nos ocorrem.

O exemplo da indústria automobilística é bastante ilustrativo. A implantação do referido segmento industrial foi cumulada dos mais diversos benefícios. No início da década dos sessenta, segundo publicação do Sindicato da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares no Estado de São Paulo e também da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, os programas em execução pelo setor, desde 1956, compreendiam investimentos em moeda estrangeira num total de 323 milhões de dólares. No entanto, desse valor, 233 milhões de dólares, ou seja, 73 por cento, foram importações de equipamentos, sem cobertura cambial, que foram considerados investimentos diretos. A mesma indústria gozava também de um outro favor, importações a câmbio fixo, que totalizaram, entre 1956 a 1960, 425 milhões de dólares.

Afora isso, a Lei nº 2.993, de 6 de dezembro de 1956, concedeu, pelo prazo de 30 meses, isenção de direitos, taxas, adicionais, impos-

tos de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social para importação de material automobilístico.

Por outro lado, significativo foi também o reforçamento do rodoviárioismo em nosso País, ao longo dos anos, no sentido de possibilitar a expansão do citado ramo industrial. E mais do que isso, o alto custo da transformação das grandes cidades brasileiras, que, de um momento para outro, tornaram-se acanhadas para receber volumes crescentes de veículos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, chegamos a uma situação em que os Prefeitos de cidades de porte médio e mesmo de porte maior não dispõem de recursos para, pelo menos, abrandar os sérios problemas que se avolumam a cada mês, a cada semana e a cada dia.

Um outro dado é importante, Senhor Presidente, e merece ser meditado. Rapidamente tem crescido a dependência externa brasileira em petróleo. Verificamos, a partir do confronto de dois relatórios do Banco Central do Brasil, respectivamente de 1965 e 1977, que estávamos, no meado da década dos sessenta, bem mais próximos da auto-suficiência de petróleo. Em 1967, por exemplo, a produção nacional estava em torno dos 69,3%, enquanto, em 1977, não ia além de 19,7%.

Vale a pena prosseguir a nossa análise, e dentro ainda de campo próximo ao petróleo, abordando a matéria da petroquímica. Esta área permite avaliar aspectos bastante interessantes da História recente do nosso País, especialmente no que se refere à criação de uma estrutura de produção sofisticada, distante do quadro geral de recursos, tanto humanos quanto naturais, existentes no nosso território.

A revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas, de dezembro de 1977, abordando em estudo especial a produção de matérias-primas destinadas à indústria de laminados plásticos flexíveis, observou que foi a Segunda Grande Guerra o estopim para a pesquisa intensiva de substitutos sintéticos para as indústrias de plásticos, tintas e vernizes.

Um trecho do estudo, apesar de longo, não será ocioso citar. É o seguinte:

“No Brasil as iniciativas voltadas para a produção de plásticos surgiram alguns anos após o término da II Guerra Mundial, tendo-se generalizado o uso de artigos sintéticos — com a colocação, no mercado interno, de excedentes originários dos países beligerantes. Se, no início, o uso de tais produtos era condicionado por razão mais de *status* do que por vantagem econômica sobre matérias-primas disponíveis no País (como madeira, metais e vidro), com a expansão do mercado, e em face dos baixos preços do petróleo, a produção de materiais plásticos tornou-se competitiva.”

Qual seria a situação atual da petroquímica? Chegamos ao ponto de ter um setor altamente diversificado, e que, no entanto, depende ainda basicamente do exterior, em termos de tecnologia.

Assim, além de termos substituído, nem sempre com vantagens, produtos tradicionais, criamos a dependência tecnológica, cujo preço é bastante elevado.

Estamos colocados, portanto, numa situação *sui generis*. Em primeiro lugar, ao adotarmos produtos derivados da tecnologia petroquímica, impedimos o desenvolvimento de atividades voltadas para o emprego de inúmeras matérias-primas produzidas no País. As fibras sintéticas substituíram o algodão, o linho e a lã.

Em razão disso, avanços tecnológicos possíveis de serem realizados, portanto potenciais, deixam de ocorrer em nosso País, com prejuízos dificilmente quantificáveis, mas fáceis de serem apreendidos pela análise da realidade do País.

Na verdade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, somos um País importador de empregos, quando dispomos de um contingente apreciável de mão-de-obra, que, tendo oportunidade, é criativo e eficiente.

De igual modo, dispomos de um vasto território, cujas riquezas naturais ainda não foram suficientemente aproveitadas.

Enquanto isso, ao adotarmos, por exemplo, plásticos como matéria-prima, abandonamos o emprego de madeiras, papel, vidros e metais, para a produção de diversos bens. Na medida em que aceitamos utilizar detergentes sintéticos, abandonamos o hábito de usar sabões. Enquanto uma atitude assim representa um prejuízo para o País, já o dissemos, é difícil quantificar, pois nem mesmo estamos capacitados para desenvolver processos petroquímicos que utilizem matérias-primas eminentemente nacionais. É certo que neste campo há um largo caminho a percorrer.

Daí a razão de trazermos a matéria a debate, pois os investimentos no ramo petroquímico, até então elevados, tendem a continuar com uma demanda alta. A par disso, outros ramos ou setores permanecem carentes de recursos.

E não só, pois outros problemas existem e merecem uma cuidadosa atenção. A tendência, que já detectamos no ramo siderúrgico, de ser básico para a produção voltada para o consumo de camadas de altas rendas, tem sido também proposta para a ação governamental no ramo petroquímico. Dentro desta perspectiva, caberia à PETROQUISA a produção de produtos petroquímicos básicos e alguns produtos de segunda geração. A parte do leão caberia a grupos privados nacionais e estrangeiros especialmente. Não somos contrários à iniciativa privada, mas não podemos ser também favoráveis a que o setor público subsidie a produção destinada a setores restritos com recursos de toda a comunidade, quando esses recursos poderiam ter aproveitamentos alternativos de maior rentabilidade social.

São bastante acentuadas, sem dúvida alguma, as distorções do modelo brasileiro de crescimento. Até mesmo ramos tradicionais da nossa indústria estão em dificuldades, devido a terem aceito sugestões no sentido de iniciarem processos modernizadores.

O ramo têxtil é um exemplo.

A princípio, para a modernização, foram aparecendo propostas de financiamento a um custo baixo, sem dúvida atrativas. Mas uma das exigências era a de transformar em sucata conjuntos industriais que até então estavam produzindo e poderiam continuar ainda a produzir.

Entrar num tal esquema é fácil, mas o difícil é acompanhar a marcha da inovação, pois a tecnologia é dinâmica e oferece, a cada momento, novas opções para o aumento da produtividade. Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o aspecto de reposição, no caso, nada mais significa do que o acúmulo de compromissos financeiros, que vão crescendo até tornar praticamente impossível a sobrevivência da empresa.

Importar máquinas do exterior para uma indústria sofisticada não é o grande problema. O grande problema para o empresário brasileiro, o grande problema para a sociedade brasileira é a reposição, é a dependência, sempre maior, do Brasil à tecnologia externa.

Dentro de toda esta visão de conjunto que estamos compondo, Sr. Presidente, ressaltam o avanço da dependência externa — repetimos — e a colocação à margem de formas de desenvolvimento nacionais, autônomas, de maior alcance social e melhores resultados econômicos para o País.

Aliado a isso, na medida em que somos obrigados a respeitar compromissos financeiros assumidos no exterior, admitimos a necessidade de ampliar exportações, enfrentando uma concorrência internacional acirrada, protecionismos, com fortes reflexos internos.

Ainda agora, no encontro do Senhor Presidente da República com o Chanceler Helmut Schmidt, o primeiro reclamou, "chorou", do protecionismo no Mercado Comum Europeu.

Já tivemos a oportunidade de mencionar, em diversas oportunidades, os fortes mecanismos de subsídios postos à disposição do setor industrial para a exportação.

Para o setor de minérios temos também adotado uma postura favorável aos nossos concorrentes externos. Vendemos a matéria-prima ao exterior com diversos subsídios, reduzindo, assim, os custos

das indústrias de outros países, que, desta forma, ficam em posição de concorrer com vantagem no nosso próprio mercado.

Tanto o ferro quanto o manganês estão obrigados, nas vendas para o mercado interno brasileiro, a uma alíquota de 15%. Enquanto isso, para a exportação a alíquota cai para 7,5%. Uma redução de 50%, Sr. Presidente!

As demais substâncias minerais, que não o ferro e o manganês, gozam de um privilégio ainda maior. A alíquota interna é de 15%, enquanto a exigida na exportação é de apenas 4%, havendo o caso extremo do sal marinho que, de dezembro de 1971 ao final de 1978, esteve isento de tributo para a exportação.

No entanto, existe uma outra forma de subsídio, desta vez em termos de transporte, para exportação de minério de ferro. Matéria publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, de 4 de março de 1979, assinada pelo Jornalista Gabriel J. de Carvalho, afirma que a Minerações Brasileiras Reunidas goza de um subsídio que corresponde à metade do custo de transporte efetivamente calculado.

Segundo a matéria citada, em meados de 1977 a MBR pagava US\$ 4,20 por tonelada transportada, enquanto um estudo reservado da Rede Ferroviária Federal, encaminhado ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, apontava, com detalhes, um custo total de US\$ 8,54 por tonelada, na mesma Ferrovia, a denominada Linha Centro.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço o Senador Agenor Maria com a maior alegria.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Senador Evelásio Vieira, é um paradoxo o problema dos tributos sobre minérios. O tungstênio, arrancado do subsolo do Rio Grande do Norte, que é o maior produtor do País, apresenta uma alta rentabilidade. O teor de tungstênio da scheelita é excepcional. Pois bem, a WACHANG, as empresas americana e inglesa que extraem esse produto em Currais Novos, no Rio Grande do Norte, apesar da alta rentabilidade desse produto, pagam um tributo apenas de 4%, enquanto que o algodão, o sisal, a mamona, que é um produto altamente deficitário para o agricultor, pagam 15%. V. Ex^e veja o contra-senso deste Governo, que organiza uma política tributária beneficiando as multinacionais, que arrancam do subsolo o nosso precioso minério e o que fica lá, independente do buraco, é um salário de fome pago ao nosso operário, pois o salário pago por essa mina é de um mil, cento e onze cruzeiros e vinte centavos, dos quais, descontados os oito por cento do INPS desse ínfimo salário, o que fica são um mil e vinte e dois cruzeiros.

Pois bem, essas minas estão arrancando as nossas riquezas, transportando a rentabilidade desse minério que é nosso para o exterior e o que fica é o salário e esse imposto insignificante. Muito obrigado a V. Ex^e

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Externo o meu agradecimento pela esplêndida contribuição que presta, com dados objetivos, ao pronunciamento que estamos a fazer, na defesa de uma reorientação da política econômica deste País. E aproveitaria ainda para fazer considerações paralelas. O Brasil tem, especialmente o Nordeste, uma produção de excelente algodão. O Nordeste, embora não apresentando índices de produtividade a oferecer um produto em condições de preços competitivos no mercado internacional, uma qualidade excelente para possibilitar a fabricação da cambraia e outros tecidos da melhor qualidade.

Mas o Governo, em vez de privilegiar essa área para colaborar com o seu desenvolvimento, preferiu privilegiar a área do sintético. É um dentre muitos componentes que, nós colocando sobre a mesa para examiná-los, nos conduz, a cada dia, a vir a esta tribuna para fazer ver ao Governo da necessidade de reorientar essa política econômica que está sendo danosa, prejudicial aos interesses do desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Permite-me V. Ex^ª um outro aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço mais uma vez V. Ex^ª

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Senador Evelásio Vieira, o algodão produzido nessa área do Nordeste, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, que aliás são os únicos três Estados do Brasil que produzem o algodão de fibra longa, sendo que o Rio Grande do Norte e a Paraíba produzem um algodão melhor ainda do que o Ceará, porque o Rio Grande do Norte é o berço do algodão mocó, da região Seridó, este algodão já foi, antes dos pacotes tecnológicos, o melhor algodão do mundo. Quando lá chegou, no Rio Grande do Norte, a SANBRA, nos idos de 34, 35, junto com a Machine Cotton, que é uma firma inglesa, eles começaram com as usinas a comprar algodão em todas as regiões. O algodão fibroso é produzido em uma área denominada Seridó. Nesse área produz-se só esse algodão, com características de rendimento e comprimento de fibra que vai até 38 milímetros por 40 milímetros de comprimento. Pois bem, quando eles chegaram, começaram a comprar algodão de várias regiões, ou seja, do Trairi, onde se produz algodão de fibra média, o algodão que vai de fibra 32 até fibra 34, de 28/30, 32/34, que é denominado algodão de fibra intermediária; compraram algodão do Agreste, que é onde se produz algodão herbáceo, de fibra curta, que vai de 22/24 até 26/28. Eles começaram a comprá-lo, a descaroçá-lo junto e o algodão perdeu a uniformidade. O nosso algodão deixou de ser melhor do que o do Egito, porque perdeu a uniformidade. Quando o algodão do Seridó vai para as carretinhas da indústria da França, da Inglaterra, da própria Alemanha, ele tem uma perda, porque as fibras não são uniformes porque foram descaroçados vários tipos de algodão e misturados. Então, o nosso algodão passou a perder no comércio internacional para o algodão do Egito, porque falta-lhe uma qualidade que foi tirada por esses trustes internacionais, que se locupletam da fibra em benefício deles e em detrimento do próprio ruralista. O Governo brasileiro, até hoje, não fez nenhum experimento no Nordeste para beneficiar o agricultor, dando-lhe a qualidade que ele tinha antes. Os únicos experimentos no Nordeste foram feitos pela Machine Cotton, que buscava um experimento para encontrar um tipo de algodão que tivesse a coloração e a sedosidade que eles precisavam para a sua linha, a linha Machine Cotton. Depois de 10 ou 12 anos de estudo, de testes, eles realmente encontraram esse algodão que denominaram algodão Farias. Esse algodão, que está beneficiando a Machine Cotton, no fabrico de suas linhas, prejudicou o agricultor, porque o algodão perdeu a produtividade, perdeu a característica de perenidade. Para que V. Ex^ª tenha uma idéia, há 40 anos passados, o filho perguntava ao pai se ele tinha plantado aquele pé de algodão e o pai respondia: não fui eu, foi seu avô. E o algodão era perene, na realidade o algodão dessa área era tão perene que durava 40, 50, 60 anos. Com esses experimentos da Machine Cotton, o algodão perdeu a perenidade, perdeu a produtividade e, o que é pior, perdeu também a característica de uniformidade. Resultado: essa área, hoje, produz algodão, que ainda é um algodão de alta qualidade, mas sem a qualidade de uniformidade. De forma que quero dizer a V. Ex^ª o seguinte: o Governo não fez ainda, objetivamente, no Nordeste, nenhum experimento, nessa área, que desse de volta a uniformidade, a perenidade, que o nosso algodão precisa. Mas, posso afirmar a V. Ex^ª que essa área, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, está altamente prejudicada com essa produção de fibras naturais, porque esses Estados são produtores de matérias-primas. O algodão exportado, *in natura*, para o Sudeste deixa no Estado produtor 11% do produto. Acontece que no Sudeste transformam o produto bruto em manufatura de linha e nós no Nordeste compramos de volta a linha feita com esse algodão a trezentos cruzeiros o quilo. Nós vendemos o algodão por dez cruzeiros e o compramos de volta, transformado em linha, por trezentos cruzeiros, a linha beneficiada. Então, estamos importando mais tributo do que exportando, daí porque o em-

pobrecimento dessa área, que produz matéria-prima. Enfim, os Estados do Brasil produtores de matéria-prima estão para o Sudeste como o Brasil está para os países desenvolvidos da Europa. De forma que eu me parabenizo com o discurso de V. Ex^ª e acredito que essa temática de V. Ex^ª é de alta significação e precisa ser debatida nesta Casa com a profundidade que o assunto requer. Muito obrigado a V. Ex^ª

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Eu agradeço novamente a V. Ex^ª

O Sr. Bernardino Viana (ARENA — PI) — Permite-me V. Ex^ª um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Com muito prazer.

O Sr. Bernardino Viana (ARENA — PI) — Gostaria de esclarecer, segundo os entendimentos que colhi na minha vida profissional no Banco do Brasil, que a política de exportação do Brasil é orientada no seguinte sentido: o País tem determinada produção, vamos verificar qual o consumo, não só o consumo humano, como o consumo das fábricas e, então, procuramos exportar o excedente no mercado internacional. Se o preço no mercado internacional é superior ao preço de mercado brasileiro, então não há necessidade de incentivo. Mas se o preço nosso é inferior ao preço do mercado internacional, então é justo que o Governo brasileiro reajuste esse preço para que o produtor brasileiro não tenha prejuízo. Por exemplo, no caso do sal marinho, nós haveríamos, por exemplo, de jogá-lo no mar? Ou queimar o sal marinho, como se queimou o café, em tempos passados? Não, nós procuramos exportar, dando um subsídio ao nosso produtor, para que o seu custo de produção tenha uma margem necessária de lucros e possa oferecer competição no mercado internacional. Agora, outro problema a que eu queria referir-me é problema do algodão. Temos um parque industrial que utiliza fibras 28/30, 30/32, 32/34, 34/36 e 36/38. Então, temos que produzir, no Brasil, diversos tipos de fibra de algodão, para que o nosso parque industrial possa funcionar, principalmente o parque industrial nordestino de fiação e tecelagem, que já foi montado para a utilização de diversos tipos de fibra de algodão.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — No início das considerações V. Ex^ª está certo.

Realmente um País que se prepara para produzir para os seus habitantes procura também produzir excedentes para vender no mercado externo. Agora, acontece que no Brasil não temos realizado uma política econômica planejada e inteligente, dando preferência à exploração de nossas matérias-primas. Nós temos, inclusive, trazido, implantado em nosso País indústrias para transformá-las em bens úteis, com matérias-primas de outros países, quando devemos dar preferência às nossas matérias-primas.

O Nordeste, por exemplo, tem algodão de alta qualidade e pode aumentar a sua produção, desde que o Governo ampare o agricultor, o produtor nordestino.

O certo, o inteligente, aquilo que V. Ex^ª faria, nós do MDB todos faríamos, seria incentivar a instalação de indústrias têxteis no Nordeste, para evitar o passeio do algodão ao centro-sul, ao meu Estado, para onde o algodão é transportado, do Ceará, em caminhões queimando óleo, queimando gasolina, até Santa Catarina; lá é transformado, em nossos teares, em camisas, toalhas e outros artigos, retornando ao consumo do nordestino.

Por que não vamos instalar lá as indústrias têxteis, para explorar aquela matéria-prima? Mas não, o Governo brasileiro prefere industrializar o sintético, em detrimento da nossa economia. É por isso que venho, há quatro anos, batendo nessa mesma tecla da necessidade de uma reorientação da política econômica brasileira, mais voltada ao aproveitamento das nossas riquezas naturais.

Eu ouvia falar sempre no Nordeste, da sua seca, do seu povo que era pobre, e tinha uma imagem de que todo o Nordeste era po-

bre, apenas com uma reduzida elite privilegiada. Fui ao Nordeste, percorri vários Estados, e saí de lá com uma outra imagem: um Nordeste com riquezas naturais extraordinárias, um povo bom. Agora, o que precisa é instrumentar o Nordeste, dar-lhe os recursos necessários ao seu próprio desenvolvimento. O Nordeste apoiado inteligentemente dará uma grande contribuição ao Brasil, mas não com esse modelo político econômico, voltado a privilegiar as grandes empresas nacionais, voltado a privilegiar as grandes empresas transnacionais, que recebem subsídios nas matérias-primas e nas manufaturas para exportação. É contra isso que nos opomos, queremos o aproveitamento das nossas riquezas naturais, que são abundantes.

O Sr. Bernardino Viana (ARENA — PI) — Permite V. Ex^e um aparte?

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço novamente V. Ex^e, nobre Senador Bernardino Viana, para, na seqüência, ouvir a voz do Ceará.

O Sr. Bernardino Viana (ARENA — PI) — Fico-lhe muito grato. Ocorre o seguinte: queria esclarecer, também, um ponto de vista. No Nordeste as fábricas que temos montado na indústria têxtil e confecções, exatamente aquelas que a nossa capacidade de poupança nos permite oferecer, em contrapartida, aos empréstimos bancários e à SUDENE, são suficientes. Por exemplo, no meu Estado, o Piauí, uma das maiores dificuldades que temos de implantar indústrias é, exatamente, porque não encontramos capitalistas. As pessoas que ali estão não têm a contrapartida necessária para completar com os recursos que o crédito bancário lhes oferece os incentivos da SUDENE. Tanto assim que há pouco tempo o Estado do Piauí criou o Fundo de Apoio à Industrialização, exatamente para dividir com o empresário a contrapartida que ele é obrigado a oferecer para montar a sua indústria. Então, numa zona descapitalizada como é o Nordeste, ainda — e todos nós brasileiros sabemos disso —, a dificuldade que encontramos é exatamente a de oferecer a contrapartida para montar um maior número de equipamentos e unidades industriais.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Nós, inclusive, nos identificamos muito, porque sou de um Estado que é o Piauí do Sul, economicamente falando, que é Santa Catarina, que também tem um capital financeiro muito reduzido. Mas o Estado de V. Ex^e, como o Nordeste, não tem atingido estágios melhores e de maior desenvolvimento, porque o Governo não tem tido sensibilidade para os Estados nordestinos, como de resto para o Brasil.

Veja V. Ex^e: o Piauí tem o algodão, tem a matéria-prima, mas falta-lhe o capital. Ao invés de drenar recursos para essas financeiras que faliram, vamos alocar esses recursos para o Piauí! Vamos suprir o Piauí de capital. Vamos levar para o Piauí escolas técnicas industriais para preparar o técnico de nível médio. Vamos levar para o Piauí centros de treinamento para preparar o homem do Piauí, que é um homem dedicado, um homem trabalhador, um homem inteligente, que é um homem que tem alta capacidade de assimilação, mas que precisa ser instruído, precisa de um aprendizado. Vamos criar condições no Piauí e teremos excelentes resultados.

Agora mesmo, o Grupo Artex, da minha cidade, Blumenau, vai transferir para o Ceará uma indústria localizada em São Paulo, porque lá no Ceará tem o que eles mais precisam, a matéria-prima, o algodão. E eles vão preparar os técnicos no Ceará para a sua indústria, quando cabia ao Governo preparar a mão-de-obra qualificada. Mas, infelizmente, o Governo não tem sensibilidade, não tem visão, não tem inteligência, para entender aquilo que V. Ex^e e todos nós entendemos. Eis a razão por que estamos insistindo nessa tese da reorientação econômica neste País.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço o nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Nobre Senador Evelásio Vieira, no curso do pronunciamento de V. Ex^e foi dada ênfase especial a essa carência de recursos com que se defronta o Nordeste para expandir-se e desenvolver-se. No que se relaciona com a SUDENE, que é uma das duas grandes agências desenvolvimentistas — a outra é o Banco do Nordeste —, permite V. Ex^e que eu faça o destaque de que, criada a política de incentivos fiscais — graças à inspiração de um representante nordestino, o então Deputado pernambucano Gileno de Carli —, incentivos esses que, em 1962, se concentravam, totalmente, na região nordestina — 100% para a região nordestina, em 1977, esses percentuais foram reduzidos a 21% para beneficiar aquela região. Foram destacados percentuais para a SUDAM, para a pesca, para o turismo, para o florestamento e reflorestamento. No que tange ao Banco do Nordeste existia e resistia aquele fundo das secas, que era exatamente um percentual tributário de 0,8% que, movimentado pelo Banco do Nordeste, oferecia um suporte de recursos apreciável para o atendimento aos anseios de crescimento da região. Pois bem, há pouco tempo o que se viu foi o ex-Presidente do Banco do Nordeste, o economista Nilson Holanda, fazer uma patética proclamação ao País, reclamando recursos estáveis e duradouros para que o BNB pudesse cumprir seus objetivos institucionais. Veja V. Ex^e que, realmente, nós encontramos os recursos, começamos a desfrutar daquela euforia representada pela perspectiva de utilização de importâncias vultosas e gradativamente se subtrai do Nordeste aquilo que era essencial para a aceleração do seu desenvolvimento. Era esta a intervenção que desejava fazer no brilhante e oportuno discurso de V. Ex^e.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Agradeço o aparte de V. Ex^e e quero deixar bem claro que não sou contra incentivos fiscais, contra incentivos econômicos; não, a minha posição de oposição é contra os excessos, contra os incentivos excessivos, aqueles incentivos não para áreas prioritárias. Quando Prefeito de Blumenau, fui buscar indústrias no exterior, não empresas transnacionais; empresas com 100 empregados, com 200 empregados, as empresas sem os vícios das multinacionais, e levei muitas empresas para a Cidade de Blumenau, porque havia uma carência de empregos e oferecemos incentivos econômicos e fiscais. Sou a favor, mas tem que ser bem selecionado, tem que ser aplicado em setor reprodutivo, para dar rendimento, rentabilidade a curto e a médio prazo.

Quero deixar esta posição bem definida, porque sou a favor; sou contra os privilégios; em relação à SUDENE, que V. Ex^e citou — e lamento não estar presente o Sr. Senador José Lins. A SUDENE foi criada para ser um grande agente de desenvolvimento do Nordeste, mas foi um órgão que pecou, na vigilância da aplicação desses incentivos na área do Nordeste. O Nordeste foi enganado, foi ludibriado, foi roubado por alguns maus empresários do centro-sul. Cibia a SUDENE, se não tivesse condições, se habilitar para tal, se instrumentar para vigiar a aplicação desses incentivos; e, hoje, o Nordeste estaria numa situação muito melhor.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Em relação à sistemática 34/18 V. Ex^e sabe o que ocorria: os escritórios cobravam comissão exorbitante, até de 30%, onerando substancialmente as empresas que iam se instalar no Nordeste.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Parte substancial desses incentivos foi desviada. Foi apenas contabilizada. Inclusive iniciaram a construção de prédios, mas nem precisava terminar, porque o lucro foi de tal ordem que aqueles prédios inacabados e abandonados não representam prejuízo nenhum para eles; pelo contrário, foi uma mecânica até para ganhar mais.

Ouço o nobre Senador Agenor Maria.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Senador Evelásio Vieira, se o Governo Federal quisesse, seria fácil, porque esse tipo de algodão seridó só se produz nessa área do Nordeste. São Paulo vem, há 40 anos, fazendo experiência e nunca conseguiu produzir esse tipo de algodão, porque o algodão só se produz em terras frias, em lugares frios. Quer dizer, o agreste, seja do Rio Grande do Norte, do Ceará ou da Paraíba, não produz esse tipo de algodão. Não produz, mesmo. O algodão é especial dessa área a que V. Ex⁴ se refere. Então, o que o Governo Federal deveria fazer seria com que as fábricas de fios finos que trabalham com esse tipo de algodão fossem implantadas naquela área da Paraíba, do Ceará, do Rio Grande do Norte. Seria muito simples. V. Ex⁴ tem toda a razão. Levar o algodão do Ceará e da Paraíba para Santa Catarina, transformá-lo em fios finos, manufaturá-lo e levá-lo de volta é realmente um absurdo. Muito obrigado a V. Ex⁴

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço o nobre Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Congratulando-me com o discurso de V. Ex⁴, versando temas econômicos da maior atualidade, gostaria de me fixar num ponto que me parece muito oportuno: quando V. Ex⁴ refere que a ARTEX, que é uma indústria de Santa Catarina, estaria pensando em transferir uma de suas empresas que operam no ramo têxtil para Fortaleza, no Ceará, justamente para ficar mais próxima da matéria-prima que é fundamental para a sua manutenção. Acho que o que o Governo Federal deveria fazer, nobre Senador, seria dar maiores estímulos para que outras transferências desse tipo fossem feitas no setor industrial brasileiro, com vistas a uma maior adequação das fábricas com matérias-primas locais. No caso do Nordeste há ainda mais um aspecto, de natureza social, a salientar: é que o equipamento dessas fábricas que estão se transferindo deve ser um pouco antigo e, por conseguinte, precisa de uma maior absorção de mão de obra...

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — É verdade.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — ... que é o nosso grande drama, pois a SUDENE implanta indústrias, na região, altamente sofisticadas — porque automatizadas — para competir no terreno da produtividade, deixando-nos com o problema do desemprego, que se agrava a cada dia que passa. Acredito que uma política desse tipo poderá pelo menos minorar o problema.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — A intuição de V. Ex⁴ funcionou. A ARTEX vai transferir de São Paulo uma de suas indústrias, cujas máquinas não são modernas. Ela poderia, lá, implantar uma indústria moderna, mas preferiu levar as máquinas já com alguns anos de uso para absorver um número maior de mão-de-obra, que é o interesse do Nordeste. V. Ex⁴, exatamente por intuição, sem saber dos fatos, acertou. Mas, veja V. Ex⁴: no Nordeste, com as matérias-primas que tem lá, excelentes, se o nosso Governo tivesse inteligência, visão, faria uma associação com os Governadores do Nordeste, com os órgãos de desenvolvimento da área e mandaria Comissões para a Europa, para o próprio Estados Unidos, a fim de trazer pequenas empresas, com máquinas que para nós são modernas e para lá são obsoletas. Eles têm interesse. Eu tenho já visitado a Europa, estive com empresários lá. Eles têm interesse, porque eles lá não têm perspectivas de maior desenvolvimento, mas, aqui, eles têm; o que falta é a iniciativa do Governo para ir ao encontro e criar as facilidades para eles se instalarem. Se nós, no Centro-Sul, tivemos um desenvolvimento maior do que os senhores, no Nordeste, foi graças a pequenos empresários que vieram da Alemanha, da Polônia, da Itália e de outros países — esta é uma grande verdade — que trouxeram, além de pequeno capital, o grande capital do conhecimento, da tradição.

O Sr. Cunha Lima (MDB — PB) — V. Ex⁴ me permite?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço V. Ex⁴

O Sr. Cunha Lima (MDB — PB) — Nobre Senador Evelásio Vieira, os conceitos expendidos por V. Ex⁴ recebem e merecem o apoio de nossa Bancada nordestina, como ocorreu através dos apertos de vários Srs. Senadores que participaram do discurso de V. Ex⁴. Na verdade, posso dar um testemunho. As indústrias mais prósperas, que obtêm menor êxito na nossa região, são aquelas que exploram os produtos regionais como o algodão, o sisal, mitérios e tantos outros produtos vegetais ou minerais da nossa pobre, mas potencial área, que pode ser aproveitada em função do desenvolvimento dela própria, da Nação e para trazer divisas para o nosso País. Congratulo-me com o discurso de V. Ex⁴, porque neste instante transmite um pensamento que é nosso, é uma aspiração que defendemos em todos os instantes pensando no progresso do Nordeste. Muito obrigado a V. Ex⁴

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Muito obrigado a V. Ex⁴ pela solidariedade que empresta às minhas palavras.

Vemos portanto que o modelo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tem mantido um estilo que em muito pouco interessa à maioria da população do País, colocada à margem de um real consumo e tendo, ao mesmo tempo, que responder a compromissos pesados e crescentes.

Por tudo isso, cada vez mais fica evidente que um modelo assim estruturado representa muito mais em sacrifícios do que em reais vantagens. Cabe, portanto, fazer a sua análise, de forma exaustiva, e partir para um estilo de desenvolvimento apoiado nos recursos humanos e naturais do País e sobretudo voltado ao atendimento das necessidades dos habitantes do território brasileiro. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HENRIQUE SANTILLO NA SESSÃO DE 5-4-79 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Esta Casa, ontem, ouviu o Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Delfim Netto, que aqui veio a convite do ilustre Presidente da Comissão de Agricultura, o nobre Senador Evelásio Vieira. O Ministro deixou, na Casa, registradas as diretrizes para sua atuação à frente daquele Ministério. É justo, portanto, Sr. Presidente, que esta Casa, também oficialmente, tome conhecimento da palavra dos trabalhadores da agricultura no País. E como ponto inicial do meu discurso, nesta tarde, passo a ler uma nota oficial da CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, assinada no dia trinta e um de março de mil novecentos e setenta e nove e publicada no dia primeiro de abril do corrente ano, em todos os órgãos da imprensa nacional.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — V. Ex⁴ me concede um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Pois não.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Antes de V. Ex⁴ entrar na leitura do texto, quero dizer que a Comissão de Agricultura do Senado da República pensa da mesma forma que V. Ex⁴ e já decidiu não apenas convidar o Ministro da Agricultura, mas toda aquelas pessoas com responsabilidade na atividade agropecuária.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Sempre estive certo, meu ilustre companheiro, Senador Evelásio Vieira, de que a atitude de V. Ex⁴ seria e há de ser sempre esta.

Vou ler, Sr. Presidente, a nota oficial da CONTAG.

CONTAG
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

“A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, e suas 21 Federações filiadas,

reunidas hoje nesta Capital, vêm de público reafirmar a posição da Classe Trabalhadora Rural sobre a Reforma Agrária, diante das recentes declarações do Ministro da Agricultura, Professor Antônio Delfim Netto:

1. O Presidente Figueiredo, em diversos pronunciamentos à Nação, tem afirmado ser a Agricultura a meta prioritária da sua administração. Nas diretrizes básicas de seu Governo, o Presidente enfatizou que "a questão fundiária deverá receber atenção imediata para seu equacionamento e solução programada" e que "o desenvolvimento tem o homem como objeto. Em toda a sua inteireza, espiritual, moral, ética, social, cultural e material."

2. Criou-se, assim, nova expectativa no seio da Classe, sobre a possível deflagração de um processo de Reforma Agrária ampla e massiva, nos termos do Estatuto da Terra, tendo em vista que o desequilíbrio de nossa estrutura agrária é bem conhecido, situando-se o Brasil, atualmente, na faixa dos países com maiores índices mundiais de concentração da propriedade da terra.

Os latifúndios controlam mais de 70% das terras e canalizam a maior parte do crédito e dos incentivos governamentais. Apesar disso, o bom desempenho de nossa pequena agricultura é insófismável: os pequenos proprietários posseiros, parceiros e arrendatários, trabalhando em apenas 20% da área explorada, são responsáveis por mais de 40% de nossa produção agropecuária e por mais de 50% da produção de alimentos.

É de ser ressaltado, por outro lado, que o restante da produção brasileira decorrente do trabalho na terra, é fruto do esforço e do suor dos trabalhadores rurais assalariados.

3. No dia 30 de março deste ano, no "Informe JB", o *Jornal do Brasil*, publicou declarações do Ministro da Agricultura, reiterando seu desprezo pelo tema Reforma Agrária, afirmando que poderá fazê-la a partir do dia seguinte, mas que a mesma não daria certo, pois em cada pedaço de terra distribuído a um brasileiro teriam de ser colocados dois japoneses e não havia onde arranjar 220 milhões de japoneses. Vale salientar que, antes de empossado, o Professor Antônio Delfim Netto já afirmara, para estarrecimento geral, que a Reforma Agrária era "assunto para economista desocupado".

4. Reconhecem os trabalhadores rurais ao Senhor Antônio Delfim Netto o direito de ter e emitir opiniões sobre qualquer assunto, inclusive sobre Agricultura. Não aceitam, entretanto, que um Ministro de Estado, colaborador imediato do Presidente da República, venha de público menosprezar os que trabalham na terra e que deveriam receber do Ministro da Agricultura, pelo menos, o respeito que merecem.

5. Se ironia não é linha de argumentação convincente nem construtiva, a nível de posicionamento ministerial, no caso presente ela foi usada, ao mesmo tempo, contra uma classe trabalhadora que tem o justo orgulho de ser responsável por parte ponderável do crescimento do País e que está marginalizada dos frutos desse crescimento, e também contra a maior e mais legítima aspiração dessa Classe: a Reforma Agrária, entendida como "o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de Justiça social e ao aumento da produtividade."

Seguem-se as assinaturas dos representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG, e de vinte e uma federações de trabalhadores na agricultura, de todos os Estados brasileiros, filiados a esta mesma CONTAG.

Sr. Presidente, sem dúvida, não se pode desconhecer a absoluta premência de se acudir o problema agrícola no País. A mim me parece, todavia, que o problema agrícola não se dissocia, em hipótese alguma, no Brasil da atualidade, do problema fundiário. E este problema é tão grave a condicionar uma série de outros problemas na agropecuária brasileira que, segundo dados oficiais da Fundação do IBGE, entre os anos de 1970/75, no País, houve a incorporação, como novas fronteiras às áreas aproveitadas pela agropecuária brasileira, de cerca de 28 milhões de hectares. Vinte e oito milhões de hectares se incorporaram, Srs. Senadores, às áreas aproveitadas, neste Brasil inteiro, constituindo-se novas fronteiras de produção agropecuária.

O que se lamenta, no entanto, é que, nesse mesmo período, desses 28 milhões de hectares, segundo o próprio IBGE, 21 milhões, ou seja, 75% da área incorporada, se fizeram em propriedades acima de mil hectares, e, portanto, em grandes propriedades rurais. Grandes propriedades rurais estas que acabaram por receber do Governo os necessários incentivos para a sua definitiva implantação, já que dados oficiais estão, aí a demonstrar-nos que cerca de 60% dos incentivos concedidos à agricultura brasileira se fizeram, nos anos de 1977/1978, às propriedades de mais de mil hectares.

Sem dúvida, creio que de propósito, estimulou-se a implantação do latifúndio, do latifúndio improdutivo, muitas vezes, como reservas para especulação e, ao lado deste latifúndio improdutivo, a mesma política esteve a condicionar o aumento do minifúndio exausto economicamente.

Assim é que dados ainda do IBGE — portanto, insuspeitos — indicam-nos que, de 70 a 75, as propriedades rurais do País, com menos de 2 hectares, aumentaram de 884 mil para 1 milhão, com um aumento de 13%.

Por outro lado, esta mesma fonte nos indica que as propriedades com mais de mil hectares que, em 1970, estavam na ordem de 36 mil, em 1975, ascenderam à casa de 48 mil, em aumento relativo de cerca de 16%.

Na faixa intermediária da pequena e média propriedades rurais, ocorreu o contrário. E, neste mesmo período, as propriedades rurais entre 10 e 100 hectares, passaram a 1 milhão e 934 mil para 1 milhão e 897 mil.

Sem dúvida alguma, considero infelizes as palavras do insigne Ministro da Agricultura, Professor Antônio Delfim Netto, quando outem — e, portanto, há poucas horas — disse a esta Casa que "a reforma agrária generalizada causa muito mais problemas do que resolve".

"Não conheço um exemplo de reforma agrária que, num prazo de 10 a 15 anos, tenha produzido resultados razoáveis, quanto ao desenvolvimento do setor agrícola."

A reforma agrária, é claro, não é apenas um instrumento de solução econômica, mas um instrumento basicamente de solução social.

Vejam, Srs. Senadores, que leio, aqui, trabalho realizado por pessoas insuspeitas, coordenadas pela revista *Veja*. São eminentes homens brasileiros, pesquisadores, estudiosos dos problemas da terra. E estes homens, neste trabalho de novembro de 1978, em editorial, ao se referirem aos incentivos instrumentalizados pelo Governo, como condicionantes de uma reforma agrária as avessas, dizem:

Mas a tal ponto as aplicações têm sido feitas de maneira a privilegiar as grandes propriedades — elas absorvem 40% do total distribuído — que já se observa uma tendência decrescente do rendimento rural. Hoje, para cada cruzeiro investido pelo governo no setor, há um retorno de apenas 92 centavos em produção. E não é só. Se houve ganhos de produtividade, restritos em sua maioria às culturas destinadas à exportação, nos demais casos, como no do feijão, da mandioca e do arroz — alimentos típicos da pequena produção e consumidos internamente —, assiste-se a uma queda sensível da produtividade. As recentes crises de

abastecimento de produtos essenciais à dieta popular, em boa parte, podem ser atribuídas ao desestímulo gerado por essa política de crédito rural, cujos benefícios atingem apenas 0,5% dos pequenos agricultores.

Essas distorções talvez não merecessem participação da pequena propriedade na formação do produto agrícola brasileiro. De acordo com os dados do recadastramento de 1972, realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os imóveis com menos de 100 hectares — que representam mais de 80% dos imóveis do País e detêm menos de 20% da área total cadastrada — são responsáveis por mais de 50% da colheita dos produtos básicos de alimentação, bem como dos produtos de transformação industrial e dos hortifrutícolas. A rigor, de acordo com o levantamento do INCRA, os imóveis com mais de 2.000 hectares, embora possuam 40% da área rural, contribuem com menos de 10% do total colhido, destacando-se apenas nas atividades canavieiras, de extração vegetal e florestal.

Apesar disso, a ênfase na colonização das novas fronteiras, adotada como uma alternativa à reforma agrária, principalmente a partir de 1973, tem contribuído não apenas para deixar inalterado o quadro da concentração da propriedade da terra. Mas também para agravá-lo. De acordo com o censo agrícola de 1975, em relação a 1970, foram incorporados 28 milhões de hectares de novas terras à produção rural. Desse total, 21 milhões foram transformados em propriedades com mais de 1.000 hectares, em projetos predominantemente pecuários, estimulados pela política de incentivos fiscais do governo. A apropriação de imensas glebas com esse objetivo, somada à existência de aproximadamente 40 milhões de hectares de terras improdutivas, transformadas em simples reserva de valor, fecha assim o cinturão que impede a expansão da pequena propriedade — contribuindo para o agravamento da tensão social e dos conflitos no campo.

São levas de imigrantes aos milhões a se transferirem de suas pequenas propriedades de subsistência, quer como pequenos proprietários, quer como arrendatários, para as cidades grandes, a localizarem-se nas favelas, a criarem problemas sociais, ou então, a se transferirem para centros urbanos mais próximos da produção agrícola e se transformarem em trabalhadores temporários, em homens da zona rural, "bóias frias". E vejam bem! Costumam contribuir para a maioria das estatísticas do próprio Governo quanto à distribuição das rendas monetárias no País, porque é lógico, o pequeno agricultor, de cultura de subsistência, não recebe moeda, mas transfere-se para o pequeno centro urbano e, a partir daí, começa a receber em moeda, começa a auferir renda monetária, começa a participar das estatísticas.

Daí então, Srs. Senadores, o fato de eu mesmo poder concordar com os dados apresentados pelo ex-Presidente da República, na Mensagem Presidencial enviada a esta Casa no corrente ano, onde se afirma que os 10% da população mais pobre teve um aumento de rendimentos monetários proporcionalmente maior do que os 10% mais privilegiados da pirâmide social brasileira.

São os problemas sociais que se criam e se avolumam, é a fome, é a miséria...

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — ... e a solução deste problema, Sr. Presidente, não está em apenas estimular a implantação das empresas rurais; não está apenas em estimular a aplicação de recursos financeiros no campo, através de empresários rurais. A solução desse problema, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que não é apenas de ordem econômica, mas é

sobretudo de ordem social — e eu citei as palavras do Ministro propositamente, é um problema de busca de um objetivo maior, que é a da justiça social — a solução desse problema está na solução do problema da posse da terra e de seu uso.

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Vou conceder, inicialmente, o aparte ao ilustre Senador Evelásio Vieira e, em seguida, a V. Ex^e

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Nobre Senador Henrique Santillo, a estratégia econômica estabelecida e vigente até o momento provou que não temos condições de eliminar a nossa grande dívida externa e só o poderemos com o desenvolvimento da agroindústria brasileira. É o único caminho para podermos eliminar a nossa dívida externa, e alcançarmos *superavit* na balança comercial, buscando divisas para o nosso desenvolvimento. Está provado também que, com a política agrícola desenvolvida até o momento, não temos condições de adquirirmos internamente o necessário à subsistência de todos os brasileiros. Ora, temos que partir, agressivamente, para o aumento da produção. A curto prazo, não poderemos aumentar essa produção, através da produtividade. Teremos que, obrigatoriamente, atacar o problema fundiário criando e ampliando as fronteiras. Então, isto é um fato irreversível — queria o Ministro da Agricultura ou o Presidente da República proceder de forma diferente, porque terá que ser atacado esse problema. Este é um ponto prioritário, fundamental. Fora disso, não teremos condições de dar o desenvolvimento à produção de que necessitamos, para alimentar os brasileiros e conseguirmos os excedentes para as exportações.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Assiste inteira razão a V. Ex^e e agradeço o seu aparte.

Sem dúvida alguma, o problema da Reforma Agrária, entendido como a solução da posse da terra e do seu uso, pelo próprio trabalhador rural, não é, também, apenas um problema de ordem social, é, também, um problema de ordem econômica. Os dados estatísticos, fornecidos pelo próprio Governo, estão, aí, a nos demonstrar que a produtividade agrícola é e continua sendo maior no Brasil, nas pequenas e médias propriedades rurais, de trabalhadores familiares, propriedades transformadas em uso familiar. Isso que pode e deve ser estimulado no País, não será nenhuma novidade, não se constituirá em nenhuma coisa diferente, porque, tantos os países da Europa Ocidental, quanto vários Estados norte-americanos e o próprio Japão, desenvolveram a sua agricultura econômica e tecnologicamente, deste modo.

Ouço, com prazer, o ilustre Senador Lomanto Júnior.

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — Nobre Senador Henrique Santillo, V. Ex^e está abordando, na tarde de hoje, um problema de transcendental importância para o desenvolvimento econômico e social do nosso País, que é, sem dúvida alguma, o desenvolvimento da sua agricultura. Em vários setores, concordo com V. Ex^e: o problema de uma nova estrutura agrária para o País não é apenas um problema social, mas é, também, um problema econômico. E temos que marchar para a sua solução o quanto antes. O Governo chefiado pelo atual Presidente Figueiredo, em vários pronunciamentos, tem dado ênfase e afirmado mesmo que é a meta prioritária do Governo. E V. Ex^e fez uma afirmação, com que concordo inteiramente: o problema agrícola está, sobretudo, intimamente ligado ao problema fundiário. Esse é um problema que temos que resolver, para melhorar as condições da produção e da própria produtividade e para dar tranquilidade no campo. Este problema fundiário tem que ser encarado com a maior seriedade e com certa urgência, porque ele tem sido fator de desavenças, tem sido fator de injustiças que, constantemente, estamos a presenciar, a ler, através da Imprensa, e a tomar conhecimento através dos órgãos

de informação. Quero me congratular com V. Ex^º pelo seu pronunciamento e dizer que o Governo tem um grande instrumento que precisa ser agilizado que é o Estatuto da Terra. Por em funcionamento e dar um sentido prioritário a este Estatuto da Terra e o Governo estará, sem dúvida alguma, modificando a própria estrutura rural do País. Tenho uma experiência que foi muito válida no setor da colonização. Ela produziu rendimentos os mais satisfatórios, não só sob o aspecto econômico, como sob o aspecto social, melhorando a produção e, ao mesmo tempo, aumentando o fornecimento de gênero de primeira necessidade para alimentação do povo. É claro, é evidente, que o Governo está preocupado e vai fazer, V. Ex^º pode ficar tranquilo de que a estrutura agrária do País será renovada, o Estatuto da Terra será agilizado. O Governo marchará para examinar, com a maior seriedade e até com rigor, o problema fundiário. E nós não temos a menor dúvida de que, ao lado de aumentar a produção daquele setor de exportação, como vem ocorrendo com a soja, com o cacau da Bahia, nós devemos, sobretudo, aumentar a produção daqueles gêneros de consumo interno aos quais V. Ex^º se referiu ainda há pouco, porque só assim poderemos atender a esta grande demanda da população pobre do País. Estou de acordo com V. Ex^º. Esses agricultores que saíram de lá, tangidos, às vezes, pelas dificuldades porque não podiam continuar o seu trabalho na terra, por várias circunstâncias, e que vieram formar este cinturão de miséria nas capitais, na periferia das grandes cidades, estes homens precisam retornar. E se V. Ex^º consultar esta gente — e eu tenho já tido alguns contactos neste setor com velhos amigos que vieram da minha Região — eles estão desejosos de voltar. Assegurem-lhes a terra para trabalhar, dêem-lhes condições mínimas para que eles possam desenvolver a sua especialidade. Eles que não têm outra especialidade senão o trabalho da terra estão aqui sem realmente poder atender, poder exercitar a sua atividade. Eles voltarão, em vez de ser uma boca consumindo, voltarão para ser um braço produzindo. Concordo com V. Ex^º; uma nova estrutura agrária no País é imprescindível e deve ser imediato. Tenho a convicção de que esta é a grande preocupação do Governo que vai atacar, repito, não só o problema fundiário como também o de colonização, que tem dado excelentes resultados. Tenho uma experiência realizada nesse setor; quando tive a honra de governar o meu Estado, pude fazer mais de seis mil famílias baianas proprietárias de terras. Minhas congratulações a V. Ex^º, — desculpe tomar o seu precioso tempo — pois o seu discurso me impressionou, sobremodo, e suas palavras vêm ao encontro do meu pensamento; daí, manifestar-lhe a minha concordância e continuar debatendo com V. Ex^º este problema que é, sem dúvida alguma, dos mais importantes para o povo brasileiro.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Sou eu quem agradece a V. Ex^º, altamente sensibilizado por verificar que a Liderança do Partido Majoritário concorda, pelo menos em parte, com o que estou dizendo.

Isto me dá condições de concordar também apenas em parte com o que V. Ex^º disse. Na verdade, segundo consta, e foi publicado por toda a imprensa, tais preocupações não são as do Sr. Ministro da Agricultura, Professor Delfim Netto.

Lamento também dizer que, há poucos dias, a imprensa nacional toda publicou declarações de uma autoridade do INCRA sobre o problema da colonização, quando disse lamentar mas que era necessário estimular as grandes propriedades, já que o processo de colonização, orientado pelo INCRA, havia fracassado. Mas, de qualquer modo, tem razão V. Ex^º quando diz que o Governo está juridicamente instrumentado para realizar a reforma, porque ele não tem apenas o Art. 161 da Constituição, que veio obviar aquele grande problema que tínhamos antes de 1964, que se constituía na luta de vários segmentos da sociedade brasileira para incluir, na Carta Magna, um dispositivo que permitisse ao Governo desapropriar latifúndios, sem pagar à vista, mas com títulos especiais da dívida pública; ele tem também o Estatuto da Terra que, lamentavelmente, até

agora, foi um instrumento morto, enterrado nas gavetas do Ministério da Agricultura e de outros ministérios.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Permite V. Ex^º um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Concedo o aparte, com prazer, ao ilustre Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Solidarizando-me com o pronunciamento de V. Ex^º em torno da urgência da reforma agrária no Brasil, que é um velho tema em torno do qual se agitou muitas vezes a alma brasileira, eu gostaria justamente de enfatizar esse ponto que V. Ex^º acaba de salientar; desde 1964 — depois da queda do ex-Presidente João Goulart, que foi tão malsinada porque, justamente, entre outras coisas, preconizava a reforma agrária — que o movimento militar vitorioso, através do Governo Castello Branco, instrumentou o Estado brasileiro, para realizar um começo, pelo menos, de reforma agrária no Brasil, mas até hoje, nobre Senador, nós não temos essa reforma agrária senão no papel, quinze anos depois. Essas palavras que há pouco foram pronunciadas pelo Senador Lomanto Júnior, eu já as ouvi várias vezes, na Câmara dos Deputados e no Senado.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Os dados numéricos do próprio IBGE estão aí a comprovar; houve, nesse período, uma maior concentração da propriedade agrícola.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Como bem demonstrou V. Ex^º ao invés de uma maior divisão da propriedade, o que houve foi uma maior concentração.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Uma reforma agrária às avessas!

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Uma reforma agrária às avessas. E, por sinal, aí está, a meu ver, um ponto gravíssimo; nas poucas desapropriações que foram feitas pelo Governo, inclusive no meu Estado, a Paraíba, que é um dos mais tensos nessa matéria, as indenizações foram pagas em dinheiro, e não em título da dívida pública, como preconiza a Constituição.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Estão sobrando recursos financeiros...

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — É imperdoável que o Governo numa situação de inflação como a que nos encontramos, continue utilizando dinheiro vivo para pagar indenizações de latifúndios improdutivos, quando deveria recorrer aos títulos da dívida pública. Para terminar, gostaria de salientar no discurso de V. Ex^º, já agora num plano mais de repercussão social, um grave incidente que está ocorrendo no meu estado, decorrente justamente da demora com que o Governo trata dos assuntos pertinentes aos problemas da terra. Temos lá uma grande propriedade, numa região chamada Piacas, próxima a João Pessoa, onde centenas de trabalhadores rurais, posseiros, estão sendo ameaçados de expulsão por um grande proprietário que comprou aquela gleba. O Sr. Governador do Estado foi à zona para assegurar todas as garantias aos posseiros na defesa dos seus direitos e apesar disso, apesar da grande assistência que a igreja vem dando àqueles oprimidos pelo latifúndio no meu estado, tendo à frente a figura de D. José Maria Pires, que é o grande arcebispo no meu estado, eles continuam inteiramente à mercê do grande proprietário, que tem a sua polícia particular e está cometendo as maiores arbitrariedades, como terei oportunidade de dar conhecimento ao Senado, dentro de poucos dias. Eu queria, através do discurso de V. Ex^º, pedir também a atenção das autoridades federais para esse problema particular do meu estado, a Paraíba.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Agradeço imensamente aparte de V. Ex^º, que vem consubstanciar ainda mais nossas palavras, por se tratar, sobretudo, de um eminente jurista,

que vem afirmar que os instrumentos jurídicos existem, e essa reforma não foi feita, mesmo que paulatinamente, porque não se quis fazê-la.

Eu gostaria de ler um breve trecho de um sociólogo da UnB, Professor Maurício Vinhas de Queiroz, que analisa bem rapidamente esse problema. Ele diz o seguinte:

Para avaliar a possibilidade de uma verdadeira Reforma Agrária no Brasil, a qual, se vier a se realizar, poderá começar até antes, mas provavelmente só se expandirá na década dos 80, precisaríamos examinar, antes de mais nada, o pacto social que une as classes dirigentes em nosso País.

Formulamos a hipótese de que esse pacto não é estável e está mudando. De um lado, permanece a aliança entre os grandes capitalistas nativos e os representantes das multinacionais, bem como a deles com a chamada alta classe média, que aliás fornece a maior parte dos homens que exercem — em nome de todo o "bloco no Poder" — os mais importantes cargos políticos e administrativos. Entretanto, vários indícios sugerem que a união das referidas classes ou frações com os grandes proprietários de terra não-capitalistas (os "latifundiários" ou "fazendeiros tradicionais"), está se enfraquecendo, se é que já não foi rompida.

A verdade é que essa gente já vinha perdendo força econômica e social antes mesmo de 1964 e, depois, perdeu mais ainda. Se ainda mantinha ou mantém poder político desproporcionalmente grande a ponto de continuar dentro do "bloco no Poder", julgamos que isso se deve sobretudo ao que denominamos o *mito tecnocrático da eficácia econômica da grande exploração rural*.

Tal mito pode ser facilmente criticado e destruído tanto do ponto de vista histórico quanto teórico. Em primeiro lugar, foram os países que praticaram uma agricultura de reduzida escala em termos microeconômicos, com predominância da mão-de-obra familiar, em propriedades pequenas e médias de apropriada tecnologia — o que é perfeitamente possível — os que se desenvolveram mais rápido e com menores custos sociais.

É o caso dos Estados Unidos, Japão, França e outros países da Europa Ocidental.

De sorte que, Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais uma vez lamento que um problema tão grave, quanto o da estrutura fundiária do País, seja tratado até mesmo com ironia.

Quero fazer coro, aqui, às 21 milhões de vozes, 21 milhões de brasileiros ocupados na agricultura e na pecuária, legitimamente representados pelas 21 federações de trabalhadores rurais filiados à CONTAG.

É preciso, realmente, ao se tratar do problema agrícola, não se ater apenas ao aspecto econômico, mas, também, e sobretudo ao social.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex¹ um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — O problema social criado com estímulo a grandes propriedades tem trazido ao Brasil problemas políticos de tal ordem que dificilmente teremos, agora, condições de resolvê-lo a contento. A hipertrofia das grandes cidades, dos grandes centros urbanos, gerando desemprego, o subemprego, as favelas, a miséria, a fome tem como causa principal, ou uma das principais, sem dúvida alguma, o elevado êxodo rural, pela falta de proteção ao pequeno e médio proprietário rural, pela falta de assistência ao pequeno e médio proprietário rural, em termos tecnológicos, para que ele pudesse sobreviver na terra que ele, sobretudo ama.

Aliás, gostaria de enfatizar, aqui, que o amor à terra, sobretudo na América Latina, é um amor que atinge as raias do transcendental; e o brasileiro, como o qualquer latino-americano, abandona o seu

pedaço de terra só quando estiver esgotado o seu último recurso, só quando tiver atingido o fundo do poço.

Concedo o aparte a V. Ex¹ com prazer.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Muito obrigado a V. Ex¹, Senador Henrique Santillo. V. Ex¹ tem razão quando levanta o problema da influência da estrutura fundiária sobre o desenvolvimento econômico e social. V. Ex¹ citou muito bem que países como Estados Unidos, quase todos os países da Europa, e a própria Inglaterra, têm uma tal estrutura de produção que cerca de 95% do seu produto agrícola provém de pequenos e médias empresas familiares. É verdade que as propriedades familiares de alguns países, como os Estados Unidos, não são tão pequenas como poderíamos imaginar. É que a força de trabalho, bem como a produtividade de uma família com o desenvolvimento, vão se tornando muito grande. Porém, V. Ex¹ há de convir que esses são, exatamente, os países onde a agricultura está mais desenvolvida no mundo. Além do mais são esses mesmos, os países onde jamais foi feita qualquer Reforma Agrária. Por outro lado, não conheço nenhum país que tenha feito Reforma Agrária geral e que tenha resolvido, satisfatoriamente, o problema da sua agricultura. Estou de acordo com V. Ex¹ em que o ajustamento da estrutura fundiária ao estágio de desenvolvimento é um dos problemas mais sérios a serem encarados quando se deseja acelerar o desenvolvimento econômico. A meu ver, no momento, o problema da agricultura brasileira deve ser encarado pelo lado da capitalização, da ajuda, da cooperação e, neste sentido, quero trazer o meu testemunho da posição do Governo, sobretudo no que tange aos pequenos e médios proprietários do Nordeste brasileiro. Projetos como o POLONORDESTE, SERTANEJO e o de Irrigação estão aplicando recursos destinados não só ao aumento da renda mas também ao ajustamento da infra-estrutura fundiária das pequenas e médias propriedades. O Projeto Sertanejo está emprestando recursos a 4% de juros ao ano, vinte anos para pagar e cinco de carência. O POLONORDESTE está levando estradas vicinais, educação, saúde, energia rural, em suma, todo um elenco de infra-estruturas econômicas e sociais para ajudar as populações mais pobres do setor rural. Por outro lado, agora mesmo, numa reunião da Comissão de Agricultura do Senado, S. Ex¹, o Ministro Delfim Netto, reiterou o apoio que o Governo do Presidente Figueiredo deseja dar à agricultura brasileira. Isso realmente, é fundamental, é importante, e vai ajudar muito. Não sou daqueles que defendem a reforma agrária geral e indiscriminada, mas sou, também daqueles que a defendem como remédio único em pontos críticos ou em casos especiais, como é o caso de algumas áreas da Paraíba e de outras, do Nordeste brasileiro. No mais, este País tem terras em quantidade para localização de suas famílias e amplas possibilidades de um grande desenvolvimento econômico e social.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Agradeço a V. Ex¹ e também me sensibilizo, porque também, em parte, V. Ex¹ concorda comigo.

Agora, há Reforma Agrária é Reforma Agrária. Sem dúvida alguma fiz questão de ler esse tópico do sociólogo Vinhas Queirós, porque acho que há um equívoco: a Reforma Agrária feita com traumas sempre é feita quando, na estrutura de poder, está inserido o poder político do latifundiário. Não é o caso do Brasil, como não foi dos Estados Unidos, quando a fez ou da Europa Ocidental, também, quando a fez. Sem dúvida alguma não é o caso do Brasil.

Realmente, há mais de 15 ou 20 anos, no País, já se poderia ter feito ou iniciado a Reforma Agrária sem traumas, por um motivo muito simples: porque, realmente, esta força política, que ainda existe, não está inserida no poder e não é majoritária. É esse o problema.

A Reforma Agrária no Brasil se fará sem traumas. Não será uma imposição feita pela força. É tão verdade isso que — veja V. Ex¹ — quando se fez o Estatuto da Terra no País, em 1964, não houve nenhum protesto, praticamente, porque não havia condições políticas para o protesto.

Quando a Emenda nº 1 incluiu o Art. 161 não houve protesto. Há trinta anos atrás, no País, essa era a grande bandeira de luta. E era um artigo como esse, o de nº 161, que foi inserido pela Emenda nº 1. Há trinta anos, sim, haveria talvez bastante protesto, não há 15 ou há 20 anos ou agora.

Daí que há Reforma Agrária e há Reforma Agrária. Ninguém está pregando a Reforma Agrária traumática, violenta, conseguida na ponta da baioneta ou na mira do fuzil. Mas quero referir, e bem concretamente, é que mesmo tendo esses instrumentos durante 15 anos, nada se fez, ou pouquíssimo se fez, agravando-se os conflitos sociais, e isso é evidente, no campo. Nestes 15 anos, os conflitos se agravaram, e os estímulos se fizeram para a constituição de novas grandes propriedades rurais nas áreas de ampliação de suas fronteiras. Sou de um Estado onde essas fronteiras estão se ampliando e se ampliando à custa de que? Da expulsão do posseiro, da expulsão, entre aspas, esta, da expulsão, sem aspas, do posseiro e da expulsão, entre aspas, do pequeno e médio proprietário rural.

Então, é preciso que a Nação adquira consciência da necessidade disso, mas é sobretudo indispensável que o Sr. Ministro Delfim Netto também adquira essa consciência e ele não a adquiriu até o momento, há de concluir-se por suas palavras, ontem, nesta Casa.

Concordo plenamente com o meu ilustre colega, Sr. Senador Evelásio Vieira, e com o Governo, de que a solução está na produção agrícola do País, que foi relegada a plano secundário, durante esse tempo todo.

Não posso concordar, no entanto, quando se afirma que o problema da produção agrícola está inteiramente dissociado do problema fundiário e é o que a maior autoridade do setor, no Governo, tem afirmado insistentemente.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Com prazer, ouço o nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Na realidade, não nos parece que a posição do Governo seja de defender a independência absoluta entre estrutura fundiária e produção agrícola, ou entre aquela e a produtividade. Ninguém pode negar esse vínculo. Até diria que há, para cada estágio de desenvolvimento, uma estrutura fundiária mais adequada. Por outro lado, nas áreas de expansão de fronteiras, há, decerto, o desencadeamento de um processo de ocupação que, por mais esforço que as autoridades façam, sempre leva uma forte dose de incontrolabilidade. Mas, é inegável que o Governo tem procurado ordenar a ocupação da Amazônia, a ocupação da pré-Amazônia no Maranhão. Tanto o INCRA, como os Governadores dos Territórios e dos Estados de Mato Grosso do Norte e do Sul têm se esforçado por esse controle. O problema é porém maior do que se pensa. As invasões indiscriminadas são quase um problema de polícia, em certas áreas. Isso aliás, tem se dado no mundo inteiro em fases como essa nossa, de expansão de fronteiras.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Esse problema está gerando conflitos sociais.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Exatamente por mais que se procure evitá-los.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — E sérios conflitos sociais. Não me refiro aqui aos invasores que, em grande parte, também defendo. São homens, são famílias à busca de trabalho em terras inaproveitáveis ou inaproveitadas.

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) (Fora do microfone.) — Em favor de grileiros.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Mas, estou me referindo aos posseiros, famílias com vinte, trinta, cinquenta ou mais anos em posse de um pequeno pedaço de chão, expulsas por grileiros, aos quais se faz uma vista grossa tremenda.

Concordo com V. Ex^e de que certa dose de aventureiros sempre existe. Mas a dose está muito grande, nobre Senador, e está se tornando insuportável.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Se V. Ex^e me permite, dou o meu testemunho de um projeto conduzido pelo Governo, do qual participei, que é o Projeto do Alto Turi, no Estado do Maranhão, numa área de expansão de fronteira, com cerca de 900 mil hectares e com um programa de instalação inicial para 5 mil famílias. Desde o início de sua instalação, enquanto o Governo procurava instalar essas 5 mil famílias, cerca de 15 mil famílias adicionais invadiram a área. E o que fez o Governo? Simplesmente aceitou como fato consumado a invasão dessas famílias, admitindo que cada uma, a seu modo, ocupasse também a sua gleba do melhor modo possível. A quantidade de famílias que chegou àquela área, num curto espaço de tempo, foi muito grande. Concordo em muitos pontos com V. Ex^e.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Sem dúvida alguma. Aliás, o ilustre Senador Lomanto Júnior abordou tema muito interessante, e também concordo com S. Ex^e. Se se fizer uma consulta a todos os marginalizados das áreas urbanas brasileiras, recém-vindos da zona rural...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) (Fazendo soar a campainha.) — Desejo informar ao nobre orador de que dispõe apenas de cinco minutos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Obrigado, Sr. Presidente, e obedecerei regimentalmente.

Todos esses marginalizados ou quase todos, sem dúvida alguma, prefeririam voltar à zona rural amparados, sendo-lhes assegurada a posse da terra e as assistências tecnológica e financeira. E estariam produzindo satisfatoriamente, tanto quanto milhões de pequenos e médios proprietários deste País, que contribuem com mais de 50% da produção agrícola brasileira.

Volto a dizer, portanto, que essa precisa ser uma grande preocupação; quando se fala em desenvolvimento agrícola, precisa-se falar, ao mesmo tempo, em reestruturação fundiária do País, porque o problema não é apenas de ordem econômica, mas também, e sobretudo, de busca incessante da justiça social.

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — V. Ex^e me permite um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) (Fazendo soar a campainha.) — Pediria a V. Ex^e, Senador Lomanto Júnior, porque está esgotado o tempo do nobre orador, que fosse breve no seu aparte, como costuma ser, aliás.

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — Obedecerei a recomendação de V. Ex^e, Sr. Presidente. Mas, o Ministro da Agricultura foi enfático e disse que uma das providências que iria adotar, e que o Governo estava realmente empenhado, era a taxação do latifúndio improdutivo. E, ainda, promoveria meios de estímulo à produtividade de aquelas glebas que produzissem mais teriam menor taxação, e aquelas outras, chamadas de latifúndios improdutivos, seriam taxadas de tal maneira que seria uma forma de o Governo pressionar a exploração da terra. Eu queria acrescentar que, cumprimentando V. Ex^e, realmente esses homens voltariam, se convidados, se assegurassem a eles aquilo que V. Ex^e já citou, porque têm saudades, amam a terra e, mais do que isso, é o que eles sabem fazer, é o que aprenderam a fazer; eles nasceram e viveram ali até serem atraídos pela miragem da grande cidade. Gostaria de dizer a V. Ex^e que acrescente no seu brilhante discurso o processo de colonização, aliando-se a esse trabalho o desenvolvimento das cooperativas, das pequenas cooperativas, porque, assim, teremos, sem dúvida alguma, um trabalho ordenado; será a instalação de uma nova estrutura agrária, que também acho precisa ser reformulada. Com a colonização

aliada ao sistema cooperativo, poderemos obter um grande equilíbrio.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Concordo com V. Ex¹, desde que seja cooperativa para dar amparo ao pequeno produtor.

O Sr. Lomanto Júnior (ARENA — BA) — É claro.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO) — Mas, não é o que tem ocorrido no País, é bom que se diga.

Concluindo, Sr. Presidente, deixo, mais uma vez, registradas as palavras dos trabalhadores rurais brasileiros, representados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, através de sua nota oficial de 31 de março último.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSE LINS NA SESSÃO DE 5-4-79 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOSE LINS (ARENA — CE) Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Considero o pronunciamento do Senador Gilvan Rocha como altamente ofensivo às autoridades brasileiras. S. Ex¹ acusa o Governo de representar o próprio império da mentira e da falta de credibilidade, e assaca acusações das mais graves, indiscriminadamente, contra todos aqueles que dele participam. Não dispensa nenhum dos Ministros atuais e se refere à ação do Executivo como à impostura e à mentira dos homens no Poder.

A meu ver, Sr. Presidente, S. Ex¹ ultrapassa o limite do direito de crítica. Já sabíamos que a Oposição nega a utilidade da crítica como instrumento de aconselhamento ou de reorientação das atitudes da autoridade criticada, visando o bem comum. Ela não está visando a correção de falhas ou mesmo dos erros do Governo. Ela visa apenas um radicalismo que ultrapassa a todas as formas de oposição democrática conhecidas.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex¹ um aparte?

O SR. JOSE LINS (ARENA — CE) — Por obséquio, Ex¹, permita-me continuar. Já que V. Ex¹ não me permitiu interferir em seu discurso, peço-lhe deixar-me terminar a minha alocução.

Sr. Presidente, que diferença há entre um engano que poderia ser cometido por uma autoridade, e que S. Ex¹ chama de mentira...

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — O jornal *O Estado de S. Paulo* também, Ex¹

O SR. JOSE LINS (ARENA — CE) — ... e um engano ou, quem sabe, uma mentira consciente ou inconsciente cometida por alguém na interpretação de dados, por exemplo, sobre o desenvolvimento nacional, sobre a economia brasileira...

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Esta é novidade, mentira consciente.

O SR. JOSE LINS (ARENA — CE) — ... quando S. Ex¹ há pouco se referiu a situação do País, em relação à saúde, interpretou, a seu modo, dados que absolutamente não encontram confirmação na verdade objetiva, pois sabemos que os índices de mortalidade geral passaram de mais de 110 para cerca de 80 por dez mil...

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Desafio V. Ex¹ a que traga esses dados. V. Ex¹ está entrando no meu terreno — sou médico.

O SR. JOSE LINS (ARENA — CE) — Não concedi aparte a V. Ex¹, e peço que V. Ex¹ me permita terminar a minha réplica.

Ainda ontem, Sr. Presidente, aqui, neste mesmo auditório, outro Senador do MDB citava em voz alta para o País — porque o Senado é o palco do povo brasileiro, falava sobre as emissões da moeda em 1963 e em 1968 e insinuava conclusões de todo descabidas em face da realidade. S. Ex¹ possivelmente estava enganado, mas insinuava ao povo uma verdade relativa, que felizmente desfiz, mostrando que a emissão de 1963 representou 25% do PIB daquele ano, enquanto a emissão do ano passado representava apenas 2,5%.

Pergunto, então, a S. Ex¹, a esta Casa e ao povo, o que falseia mais a verdade, se um engano que o Ministro Ueki ou o Dr. Paulo Bellotti possam ter cometido, ou um engano ou, quem sabe, a utilização consciente ou inconsciente de dados errôneos e a interpretação distorcida de números e de fatos apurados, para trazer o País preso à maior e mais desastrosa das forças de demagogia que já se instalou no Brasil em todos os tempos.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite um aparte agora, Ex¹?

O SR. JOSE LINS (ARENA — CE) — Absolutamente. V. Ex¹, por obséquio, deixe-me terminar.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Com toda a honra.

O SR. JOSE LINS (ARENA — CE) — Pergunto mais, Sr. Presidente, o que o povo brasileiro pode esperar da Oposição, se ela se mantiver neste caminho? Se, realmente, o povo brasileiro pode acreditar numa Oposição que faz abertamente, crítica invaz de fatos, de números e de dados distorcidos.

Suspeito Sr. Presidente, que essa demagogia é o que há de pior, atualmente, neste País.

Deixo, em nome da Maioria, o meu protesto contra esse ataque descabido e indiscriminado às autoridades brasileiras...

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Permite V. Ex¹ um aparte?

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex¹ um aparte?

O SR. JOSE LINS (ARENA — CE) — ... de que são elas mentirosas, de que não merecem credibilidade, e de que fazem uma administração de mentira. É tudo, meus Senhores. (Muito bem!)

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1978 (CN), “altera a redação do parágrafo 4º e acrescenta o parágrafo 6º ao artigo 18 e o parágrafo 3º ao artigo 25; e altera a redação do artigo 26 da Constituição da República Federativa do Brasil”.

REUNIÃO DE INSTALAÇÃO REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1979

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e nove, às dezesseis horas, na Sala Clóvis Beviláqua,

presentes os Senhores Senadores Affonso Camargo, Benedito Ferreira, João Bosco, Murilo Badaró, Passos Porto, Saldanha Derzi, José Richa, Roberto Saturnino, Tancredo Neves e os Senhores Deputados Carlos Santana, Luiz Bacarini, Athié Coury e Ruy Côdo, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1978 (CN), que “altera a redação do parágrafo 4º e acrescenta o parágrafo 6º ao artigo 18 e o parágrafo 3º ao art. 25; e altera a redação do artigo 26 da Constituição Federativa do Brasil”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Jessé Freire, Agenor Maria e os Senhores Deputados

Ricardo Fiúza, Paulo Guerra, Josué de Souza, Alair Ferreira, Nogueira de Rezende, José Torres e Roberto Carvalho.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Tancredo Neves, que declara instalada a Comissão.

Em obediência ao dispositivo regimental, o Senhor Senador Tancredo Neves esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Senhor Presidente convida o Senhor Deputado Luiz Bacarini para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado.

Para Presidente:

Deputado Ruy Côdo	12 votos
Deputado Athiê Coury	1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Paulo Guerra	11 votos
Deputado Carlos Santana	2 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Ruy Côdo e Paulo Guerra.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Ruy Côdo agradece, em nome do Deputado Paulo Guerra e em seu próprio nome, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Passos Porto para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, lavrando eu, Leila Leivas Ferro Costa, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1978 (CN), que “altera a redação do § 2º do artigo 13 e o artigo 41 da Constituição Federal, e inclui o artigo 211 e seus parágrafos no ato das disposições gerais e transitórias”.

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 1979

Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte e sete de março do ano de mil novecentos e setenta e nove, na Sala Clóvis Beviláqua, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1979 (CN), que “altera a redação do § 2º do artigo 13 e o artigo 41 da Constituição Federal, e inclui o artigo 211 e seus parágrafos no Ato das Disposições Gerais e Transitórias”, presentes os Senhores Senadores Aloysio Chaves, Henrique de La Rocque, Moacyr Dalla, Passos Porto, Franco Montoro, Humberto Lucena e Pedro Simon e os Deputados Daso Coimbra, Jorge Arbage, Edson Vidigal, Joacil Pereira e Lidovino Fanton.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores João Bosco, Jorge Kalume, José Lins e Marcos Freire e os Deputados Claudino Sales, Paulo Lustosa, José Camargo, Samir Achôa, Jorge Uequed e Miro Teixeira.

De acordo com o Regimento Comum, são abertos os trabalhos pelo Senhor Senador Henrique de La Rocque, declarando que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, é convidado para funcionar como escrutinador o Senhor Deputado Edson Vidigal.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Lidovino Fanton	11 votos
Em branco	1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Daso Coimbra	11 votos
Em branco	1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, os Senhores Deputados Lidovino Fanton e Daso Coimbra.

O Senhor Presidente eventual, Senador Henrique de La Rocque, convida para tomar assento à Mesa, o Senhor Deputado Lidovino Fanton, Presidente eleito da Comissão.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Lidovino Fanton agradece, em seu nome e no do Senhor Deputado Daso Coimbra, a honra com que foram distinguidos e, designa o Senhor Senador Passos Porto para relatar a matéria.

O Senhor Presidente da Comissão, concede a palavra ao autor da Proposta, Senador Franco Montoro, que tece várias considerações a respeito da referida Proposta.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais Membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 6, de 1979-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.646, de 18 de dezembro de 1978, que “estende até 31 de dezembro de 1979 o prazo estabelecido no § 2º do art. 1º do Decreto-lei nº 1.592, de 21 de dezembro de 1977”.

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 1979

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e nove, às dezesseis horas e quinze minutos, na sala Clóvis Beviláqua, presentes os Senhores Senadores Aderbal Jurema, Aloysio Chaves, Henrique de La Rocque, Murilo Badaró, Passos Porto, Saldanha Derzi, Tarso Dutra e os Senhores Deputados Emídio Perondi, Genésio de Barros, Leorne Belém, Paulo Ferraz, Djalma Bessa, Benjamim Farah e Walter Silva, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 6, de 1979-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.646, de 18 de dezembro de 1978, que “estende até 31 de dezembro de 1979 o prazo estabelecido no § 2º do art. 1º do Decreto-lei nº 1.592, de 21 de dezembro de 1977”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Dirceu Cardoso, Henrique Santillo, Itamar Franco, Lázaro Barboza e Deputados Darcilio Ayres, José Maurício e Jorge Gama.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Deputado Benjamim Farah, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião de instalação, que, logo após, é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente comunica haver recebido ofício da Liderança da ARENA na Câmara dos Deputados, indicando o Senhor Deputado Jorge Arbage para integrar a Comissão em substituição ao Senhor Deputado Leorne Belém, tornando-o sem efeito, tendo em vista estar o mesmo presente.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Henrique de La Rocque, que emite parecer favorável à Mensagem nº 6, de 1979-CN, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que oferece como conclusão.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado, com voto em separado do Senhor Deputado Walter Silva.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Alfeu de Oliveira, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão, e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 11, de 1979-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.651, de 21 de dezembro de 1978, que "aumenta os limites do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, alterados pelos Decretos-leis nºs 1.460, de 22 de abril de 1976, e 1.562, de 19 de julho de 1977, e dá outras providências".

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 1979

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e nove, às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, na sala "Clóvis Bevilacqua", presentes os Senhores Senadores Henrique de La Rocque, Jorge Kalume, Jutahy Magalhães, Luiz Cavalcante, Raimundo Parente, Saldanha Derzi e Deputados Edison Lobão, Jorge Arbage, Celso Carvalho, Horácio Matos, João Gilberto e Sílvio de Abreu Júnior, reúne-se a Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 11, de 1979-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.651, de 21 de dezembro de 1978, que "aumenta os limites do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, alterados pelos Decretos-leis nºs 1.460, de 22 de abril de 1976 e 1562, de 19 de julho de 1977, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Pedro Pedrossian, Henrique Santillo, Itamar Franco, Pedro Simon, Roberto Saturnino e Deputados Saramago Pinheiro, Cardoso de Almeida, Rubem Medina, Manoel Gonçalves e Antônio Carlos.

Havendo número regimental são abertos os trabalhos pelo Senhor Senador Raimundo Parente, Vice-Presidente no exercício da Presidência, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente comunica haver recebido ofício da Liderança da ARENA na Câmara dos Deputados, indicando os Senhores Deputados Jorge Arbage, Cardoso de Almeida e Horácio Matos, para integrarem a Comissão em substituição aos Senhores Deputados José Amorim, Pedro Carolo e Rezende Monteiro, respectivamente. Comunica, ainda, que irá redistribuir a matéria ao Senhor Deputado Edison Lobão, tendo em vista a ausência do Senhor Deputado Pedro Carolo, anteriormente designado como Relator.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Deputado Edison Lobão, que emite parecer favorável à Mensagem nº 11, de 1979-CN, nos termos de Projeto de Decreto Legislativo que oferece como conclusão.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado com votos em separado dos Senhores Deputados Sílvio de Abreu Júnior e João Gilberto.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Alfeu de Oliveira, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e relatório sobre o voto parcial ao Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 1978 (Mensagem Presidencial nº 43, de 1979 (CN) — que "dispõe sobre a lei Lei Orgânica da Magistratura".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 1979

Às dezessete horas e trinta minutos do dia dois de abril do ano de mil novecentos e setenta e nove, na Sala Clóvis Beviláqua, reúne-

se a Comissão Mista incumbida de estudo e relatório sobre o Veto Parcial ao Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 1978 (Mensagem Presidencial nº 43, de 1979 (CN), que "dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura", presentes os Senhores Senadores Helvídio Nunes, Saldanha Derzi e Leite Chaves e os Deputados Gomes da Silva e Adhemar de Barros Filho.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Deputado Ruy Côdo.

De acordo com o Regimento Comum, são abertos os trabalhos pelo Senhor Senador Helvídio Nunes, que declara instalada a Comissão.

De conformidade com o Regimento, o Senhor Presidente eventual, Senador Helvídio Nunes, declara que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, é convidado para funcionar como escrutinador o Senhor Deputado Adhemar de Barros Filho.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Leite Chaves 4 votos
Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Saldanha Derzi 4 votos
Em branco 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, os Senhores Senadores Leite Chaves e Saldanha Derzi.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Leite Chaves agradece em seu nome e no do Senhor Senador Saldanha Derzi, a honra com que foram distinguidos e, designa o Senhor Deputado Gomes da Silva para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais Membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 13, de 1979 (CN), do Senhor Presidente da República submetendo à apreciação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.653, de 27 de dezembro de 1978, que "prorroga o prazo de aplicação dos incentivos fiscais criados pelo artigo 4º do Decreto-lei nº 880, de 18 de setembro de 1969, dilatado por força do Decreto-lei nº 1.345, de 19 de setembro de 1974, e dá outras providências".

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 3 DE ABRIL DE 1979

Às dezoito horas do dia três de abril do ano de mil novecentos e setenta e nove, na sala Clóvis Bevilacqua, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 13, de 1979 (CN), do Senhor Presidente da República submetendo à apreciação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.653, de 27 de dezembro de 1978, que "prorroga o prazo de aplicação dos incentivos fiscais criados pelo artigo 4º do Decreto-lei nº 1.345, de 19 de setembro de 1974, e dá outras providências", presentes os Senhores Senadores Benedito Ferreira, Helvídio Nunes, Passos Porto, Lourival Baptista, Moacyr Dalla, Murilo Badaró e Saldanha Derzi e os Deputados Alcides Franciscato, Isaac Newton, Nagib Haickel, Ernesto de Marco e Roberto Carvalho.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Agenor Maria, Evelásio Vieira, Henrique Santillo e José Richa e os Deputados Hugo Napoleão, Milton Figueiredo, Joel Ribeiro, José Freire, Peixoto Filho e João Cunha.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Senador Lourival Baptista, Vice-Presidente da Comissão, propondo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e, em seguida é dada como aprovada.

Prosseguindo, a palavra é dada ao Relator da Matéria, Deputado Isaac Newton, que emite o seu parecer favorável nos termos de Projeto de Decreto Legislativo que oferece como conclusão.

Colocado em votação, é o mesmo aprovado com voto em separado do Senhor Deputado Roberto Carvalho.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 23, de 1979 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.662, de 2 de fevereiro de 1979, que “altera a legislação do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados, nos casos que específica”.

REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 1979

Aos dois dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e nove, às dezesseis horas, na Sala Clóvis Beviláqua, presentes os Senhores Senadores Benedito Ferreira, João Calmon, José Lins, Lourival Baptista, Luiz Cavalcante, Moacyr Dalla, Passos Pôrto e os Deputados Norton Macedo, Edilson Lamartine, Nilson Gibson, Milton Figueiredo, Júlio Martins e Marcelo Cerqueira, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 23, de 1979, que submete à deliberação do Congresso Nacional o

texto do Decreto-lei nº 1.662, de 2 de fevereiro de 1979, que “altera a legislação do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados, nos casos que especifica”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Cunha Lima, Roberto Saturnino, Mauro Benevides, Lázaro Barboza e os Deputados Paulo Guerra, Natal Gale, Roque Aras, Oswaldo Macedo e Jorge Cury.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, o Senhor Senador Luiz Cavalcante, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Luiz Cavalcante convida o Senhor Deputado Júlio Martins para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Marcelo Cerqueira 12 votos
Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Nilson Gibson 12 votos
Deputado Norton Macedo 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Marcelo Cerqueira e Nilson Gibson.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Marcelo Cerqueira agradece em nome do Deputado Nilson Gibson a honra com que foram distinguidos e designa para relatar a matéria o Senhor Senador Passos Pôrto.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, lavrando, eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão e irá à publicação.

MESA

Presidente
Luiz Viana (ARENA — BA)

1º-Vice-Presidente
Nilo Coelho (ARENA — PE)

2º-Vice-Presidente
Dinarte Mariz (ARENA — RN)

3º-Secretário
Alexandre Costa (ARENA — MA)

4º-Secretário
Gabriel Hermes (ARENA — PA)

3º-Secretário
Lourival Baptista (ARENA — SE)

4º-Secretário
Gastão Müller (ARENA — MT)

Suplentes de Secretários
Jorge Kalume (ARENA — AC)
Benedito Canelas (ARENA — MT)
João Bosco (ARENA — AM)
Passos Porto (ARENA — SE)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder
Jorbas Passarinho

Vice-Líderes
Aloysio Chaves
José Lins
Aderbal Jurema
Lomanto Júnior
Moacyr Dalla
Murilo Badaró
Saldanha Derzi

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder
Paulo Brossard

Vice-Líderes
Henrique Santillo
Humberto Lucena
Marcos Freire
Mauro Benevides
Orestes Quêrcia
Pedro Simon
Roberto Saturnino

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 223-6244 e 225-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 225-8505 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Evelásio Vieira
Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares **Suplentes**
ARENA
1. Passos Pôrto 1. Jutahy Magalhães
2. Benedito Canelas 2. Affonso Camargo
3. Pedro Pedrossian 3. João Calmon
4. José Lins
MDB
1. Evelásio Vieira 1. Agenor Maria
2. Leite Chaves 2. Amaral Peixoto
3. José Richa

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Mendes Canale
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares **Suplentes**
ARENA

1. Mendes Canale 1. Raimundo Parente
2. José Lins 2. Alberto Silva
3. João Bosco 3. Almir Pinto
4. Vicente Vuolo
MDB
1. Evandro Carreira 1. Marcos Freire
2. Agenor Maria 2. Humberto Lucena
3. Mauro Benevides

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)
(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Henrique de La Rocque
1º-Vice-Presidente: Aloysio Chaves
2º-Vice-Presidente: Hugo Ramos

Titulares **Suplentes**
ARENA

1. Henrique de La Rocque 1. Lenoir Vargas
2. Helvídio Nunes 2. João Bosco
3. José Sarney 3. Almir Pinto
4. Aloysio Chaves 4. Milton Cabral
5. Aderbal Jurema 5. Bernardino Viana
6. Murilo Badaró 6. Arnon de Mello
7. Moacyr Dalla
8. Amaral Furlan
9. Raimundo Parente

MDB

1. Hugo Ramos 1. Cunha Lima
2. Leite Chaves 2. Tancredo Neves
3. Lázaro Barboza 3. Dirceu Cardoso
4. Nelson Carneiro
5. Paulo Brossard
6. Franco Montoro

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (COF)
(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jessé Freire
Vice-Presidente: Lázaro Barboza

Titulares **Suplentes**
ARENA

1. Jessé Freire 1. José Guiomard
2. João Bosco 2. Tarsó Dutra
3. Passos Pôrto 3. Benedito Canelas
4. Saldanha Derzi 4. Moacyr Dalla
5. Affonso Camargo
6. Murilo Badaró
7. Benedito Ferreira

MDB

1. Itamar Franco 1. Henrique Santillo
2. Lázaro Barboza 2. Roberto Saturnino
3. Adalberto Sena 3. Gilvan Rocha
4. Mauro Benevides

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)
(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Itamar Franco
Vice-Presidente: Roberto Saturnino

Titulares **Suplentes**
ARENA

1. Arnon de Mello 1. Helvídio Nunes
2. Bernardino Viana 2. Alberto Silva
3. José Lins 3. Benedito Ferreira
4. Jessé Freire 4. Vicente Vuolo
5. Milton Cabral
6. Benedito Canelas
7. Luiz Cavalcante

MDB

1. Roberto Saturnino 1. José Richa
2. Itamar Franco 2. Orestes Quêrcia
3. Marcos Freire 3. Tancredo Neves
4. Pedro Simon

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas
 Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)
 (9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon
 Vice-Presidente: Jutahy Magalhães

Titulares Suplentes
 ARENA

1. João Calmon	1. José Lins
2. Tarsó Dutra	2. Arnon de Mello
3. Jutahy Magalhães	3. Jorge Kalume
4. Aloysio Chaves	4. Pedro Pedrossian
5. Aderval Jurema	
6. José Sarney	
MDB	
1. Adalberto Sena	1. Marcos Freire
2. Evelásio Vieira	2. Gilvan Rocha
3. Franco Montoro	

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307
 Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
 Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)
 (17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cunha Lima
 Vice-Presidente: Tancredo Neves

Titulares Suplentes
 ARENA

1. Raimundo Parente	1. Saldanha Derzi
2. José Guiomard	2. Mendes Canale
3. Arnon de Mello	3. Henrique de la Rocque
4. Lomanto Júnior	4. Jessé Freire
5. Affonso Camargo	5. José Sarney
6. Vicente Vuolo	6. Milton Cabral
7. Alberto Silva	
8. Amaral Furlan	
9. Jorge Kalume	
10. Jutahy Magalhães	
11. Teotônio Vilela	
MDB	
1. Cunha Lima	1. Paulo Brossard
2. Tancredo Neves	2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino	3. Lázaro Barboza
4. Amaral Peixoto	4. José Richa
5. Pedro Simon	
6. Mauro Benevides	

Assistente: Antônio Carlos de Nogueira — Ramal 675
 Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas
 Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)
 (9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Helvídio Nunes
 Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares Suplentes
 ARENA

1. Lenoir Vargas	1. Jutahy Magalhães
2. Helvídio Nunes	2. Raimundo Parente
3. Jessé Freire	3. João Calmon
4. Moacyr Dalla	4. Benedito Caneias
5. Henrique de la Rocque	
6. Aloysio Chaves	

MDB

1. Franco Montoro	1. Nelson Carneiro
2. Humberto Lucena	2. Marcos Freire
3. Jaison Barreto	

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675
 Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
 Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
 (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
 Vice-Presidente:

Titulares Suplentes
 ARENA

1. Luiz Cavalcante	1. Affonso Camargo
2. Milton Cabral	2. João Calmon
3. Alberto Silva	3. Jutahy Magalhães
4. Arnon de Mello	

MDB

1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	2. Roberto Saturnino
3. Henrique Santillo	

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306
 Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
 Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
 (5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dirceu Cardoso
 Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares Suplentes
 ARENA

1. Tarsó Dutra	1. João Calmon
2. Saldanha Derzi	2. Murilo Badaró
3. Mendes Canale	3. José Sarney
1. Dirceu Cardoso	1. Hugo Ramos
2. Adalberto Sena	

Assistente: Maria Thereza Magalhães Motta — Ramal 134
 Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas
 Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
 (15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarsó Dutra
 1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi
 2º-Vice-Presidente: Lomanto Júnior

Titulares Suplentes
 ARENA

1. Tarsó Dutra	1. Aloysio Chaves
2. Bernardino Viana	2. Aderval Jurema
3. Saldanha Derzi	3. Pedro Pedrossian
4. Lomanto Júnior	4. Henrique de la Rocque
5. Mendes Canale	5. José Guiomard
6. Teotônio Vilela	6. Luiz Cavalcante
7. Almir Pinto	
8. Lenoir Vargas	
9. José Sarney	

MDB

1. Paulo Brossard	1. Marcos Freire
2. Nelson Carneiro	2. Mauro Benevides
3. Itamar Franco	3. Leite Chaves

Assistente: Antônio Carlos de Nogueira — Ramal 675
 Reuniões: Terças-feiras, às 11:00 horas
 Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)
 (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gilvan Rocha
 Vice-Presidente: Henrique Santillo

Titulares Suplentes
 ARENA

1. Lomanto Júnior	1. Saldanha Derzi
2. Almir Pinto	2. Jorge Kalume
3. Alberto Silva	3. Benedito Caneias
4. José Guiomard	

MDB

1. Gilvan Rocha	1. José Richa
2. Henrique Santillo	2. Adalberto Sena
3. Jaison Barreto	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676
 Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas
 Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
 (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jorge Kalume
 Vice-Presidente: Mauro Benevides

Titulares Suplentes
 ARENA

1. Jorge Kalume	1. Raimundo Parente
2. Luiz Cavalcante	2. Amaral Furlan
3. Murilo Badaró	3. José Guiomard
4. Benedito Ferreira	

MDB

1. Mauro Benevides	1. Cunha Lima
2. Agenor Maria	2. Jaison Barreto
3. Hugo Ramos	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676
 Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas
 Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
 (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Evandro Carreira
 Vice-Presidente: Humberto Lucena

Titulares Suplentes
 ARENA

1. Raimundo Parente	1. Affonso Camargo
2. Henrique de la Rocque	2. Pedro Pedrossian
3. Bernardino Viana	3. Aderval Jurema
4. Alberto Silva	

<p>1. Evandro Carreiro 2. Humberto Lucena 3. Lázaro Barboza</p> <p>Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307 Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716</p> <p>COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT) (7 membros)</p> <p>COMPOSIÇÃO</p> <p>Presidente: Benedito Ferreira Vice-Presidente: Vicente Vuolo</p>	<p>MDB</p> <p>Titulares</p> <p>1. Orestes Quêrcia 2. Evedídio Vieira</p> <p>Suplentes</p> <p>ARENA</p> <p>1. Benedito Ferreira 2. Vicente Vuolo 3. Pedro Pedrossian 4. Affonso Camargo</p> <p>MDB</p> <p>1. Evandro Carreiro 2. Lázaro Barbosa 3. Orestes Quêrcia</p> <p>1. Passos Pôrto 2. Lomanto Júnior 3. Alberto Silva</p> <p>1. Leite Chaves 2. Agenor Maria</p> <p>Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306 Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716</p>	<p>B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS, E DE INQUÉRITO</p> <p>Comissões Temporárias</p> <p>Chefe: Ruth de Souza Castro Local: Anexo II — Térreo Telefone: 225-8505 — Ramal 303</p> <p>1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Votos 3) Comissões Especiais e de Inquérito, e 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).</p> <p>Assistentes de Comissões: Harolda Pereira Fernandes — Ramal 674; Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598; Mauro Lopes de Sá — Ramal 310; Leila Leivas Ferro Costa — Ramal 314.</p>
---	--	--

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERALPARA O ANO DE 1979

HORAS	TERÇA	S A L A S	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	RONALDO	09:30	C.F.	CLOVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	ANTÔNIO CARLOS
	C.A.R.	CLOVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	GUILHERME		C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	SÔNIA
11:00	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	ANTÔNIO CARLOS	10:00	C.E.C.	CLOVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	SÔNIA
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	RONALDO
09:30	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	GUILHERME	10:30	C.S.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	GUILHERME
10:00	C.C.J.	CLOVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	MARIA HELENA		C.L.S.	CLOVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	DANIEL
	C.A.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	SÔNIA	12:00	C.R.	CLOVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	MARIA THEREZA
10:30	C.E.	RUY BARBOSA Ramsis-621 e 716	DANIEL				
11:00	C.M.E.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	RONALDO				

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:	Via-Aérea:
Semestre Cr\$ 200,00	Semestre Cr\$ 400,00
Ano Cr\$ 400,00	Ano Cr\$ 800,00
Exemplar avulso Cr\$ 1,00	Exemplar avulso Cr\$ 2,00

Secção II (Senado Federal)

Via-Superficie:	Via-Aérea:
Semestre Cr\$ 200,00	Semestre Cr\$ 400,00
Ano Cr\$ 400,00	Ano Cr\$ 800,00
Exemplar avulso Cr\$ 1,00	Exemplar avulso Cr\$ 2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF

TRÂNSITO

Legislação atualizada.

**Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento
(atualizados)**

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

Furto de uso.

**“Revista de Informação Legislativa” nº 38
452 páginas**

Preço: Cr\$ 25,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

- **Lei Orgânica dos Partidos Políticos (e suas alterações);**
- **Código Eleitoral (e suas alterações);**
- **Sublegendas;**
- **Inelegibilidades (Leis Complementares nºs 5/70 e 18/74);**
- **Colégio Eleitoral (Presidente da República e Governadores);**
- **Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral;**
- **Resolução do Tribunal de Contas da União
(prestaçāo de contas dos partidos políticos);**
- **Lei do transporte gratuito em dias de eleição
(Lei nº 6.091, de 15-8-1974).**

Edição: Setembro de 1974

340 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

SUPLEMENTO 1976

(com adendo de maio de 1978)

Preço: Cr\$ 20,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.**

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00